

RELATÓRIO ECONÓMICO DO 1.º SEMESTRE DE

2021

Janeiro 2022

Largo Lumeji
N.º 11/13 Luanda
Mutamba (ex-Casa Americana)
www.cinvestec.com



Centro de Investigação
Económica da Universidade
Lusíada de Angola

Investigadores participantes:
Heitor Carvalho
Agostinho Mateus

Índice geral resumido

ACRÓNIMOS.....	5
RESUMO.....	12
1 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB).....	15
1.1 PIB NOMINAL.....	15
1.2 SITUAÇÃO SOCIAL.....	28
1.3 PIB EM MEDIDAS ENCADEADAS DE VOLUME.....	32
2 INFLAÇÃO.....	41
3 ESFERA EXTERNA — BALANÇA DE PAGAMENTOS (BP).....	47
3.1 VISÃO GERAL.....	47
3.2 BALANÇA CORRENTE E DE CAPITAL.....	47
3.3 POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL LÍQUIDO.....	59
3.4 PERSPECTIVA DOS ACTIVOS MONETÁRIOS.....	61
3.5 PERSPECTIVA DAS RESERVAS.....	61
3.6 RESERVAS INTERNACIONAIS.....	62
4 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS.....	64
4.1 AMBIENTE DE NEGÓCIOS.....	64
4.2 POLÍTICA MONETÁRIA.....	75
4.3 POLÍTICA FISCAL — OGE.....	92
5 ANEXO.....	104
5.1 VAB DOS RESTANTES SECTORES.....	104

Índice geral detalhado

ACRÓNIMOS.....	5
RESUMO.....	12
1 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB).....	15
1.1 PIB NOMINAL.....	15
1.1.1 PROBLEMAS METODOLÓGICOS DO CÁLCULO DO PIB.....	15
1.1.2 CRESCIMENTO HOMÓLOGO DA PROCURA INTERNA DE PRODUTOS INTERNOS.....	18
1.1.3 EXPORTAÇÕES.....	22
1.1.3.1 VARIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS.....	22
1.1.3.2 EXPORTAÇÕES DO SECTOR PETROLÍFERO.....	23
1.1.3.3 ESTRATÉGIA DE EXPLORAÇÃO DE HIDROCARBONETOS 2020–2025.....	24
1.1.4 CRESCIMENTO HOMÓLOGO DO PIB EM USD DEFLACIONADOS.....	26
1.1.5 PREVISÃO DO CRESCIMENTO DO PIB E DA “PRODUÇÃO INTERNA”.....	27

1.2	SITUAÇÃO SOCIAL.....	28
1.2.1	DESEMPREGO.....	28
1.2.2	CONSUMO.....	29
1.2.3	A QUESTÃO DEMOGRÁFICA.....	31
1.3	PIB EM MEDIDAS ENCADEADAS DE VOLUME.....	32
1.3.1	VARIAÇÃO DO PIB.....	32
1.3.2	VALOR ACRESCENTADO BRUTO (VAB) SECTORIAL, QUADROS GERAIS.....	33
1.3.3	SECTOR PETROLÍFERO.....	34
1.3.4	AGRICULTURA.....	35
1.3.5	PESCAS.....	36
1.3.6	INDÚSTRIA TRANSFORMADORA.....	37
1.3.7	OUTROS SERVIÇOS.....	38
1.3.8	CONSTRUÇÃO.....	39
1.3.9	SERVIÇOS PÚBLICOS.....	39
1.3.10	COMÉRCIO.....	40
1.3.11	RESTANTE ANÁLISE POR SECTORES.....	40
2	INFLAÇÃO.....	41
3	ESFERA EXTERNA — BALANÇA DE PAGAMENTOS (BP).....	47
3.1	VISÃO GERAL.....	47
3.2	BALANÇA CORRENTE E DE CAPITAL.....	47
3.2.1	BALANÇA DE BENS E SERVIÇOS.....	48
3.2.1.1	EXPORTAÇÕES.....	48
3.2.1.2	IMPORTAÇÕES.....	54
3.2.2	TRANSFERÊNCIA DE RENDIMENTOS.....	57
3.3	POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL LÍQUIDO.....	59
3.3.1	ACTIVOS — INVESTIMENTO ANGOLANO NO EXTERIOR.....	59
3.3.2	PASSIVOS — INVESTIMENTO ESTRANGEIRO EM ANGOLA.....	60
3.4	PERSPECTIVA DOS ACTIVOS MONETÁRIOS.....	61
3.5	PERSPECTIVA DAS RESERVAS.....	61
3.6	RESERVAS INTERNACIONAIS.....	62
4	POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS.....	64
4.1	AMBIENTE DE NEGÓCIOS.....	64
4.1.1	RESUMO.....	64
4.1.2	TRANSFORMAÇÃO DA RIQUEZA EM CAPITAL.....	65
4.1.3	CONCORRÊNCIA.....	67
4.1.4	LIBERDADE DE COMÉRCIO.....	68
4.1.5	CONFIANÇA.....	71

4.1.6	CONHECIMENTO.....	71
4.1.7	TAXA DE NATALIDADE.....	72
4.1.8	O PRIMADO DA LEI.....	72
4.1.9	SEGURANÇA PÚBLICA.....	73
4.1.10	A REFORMA DO ESTADO.....	73
4.1.11	A CORRUPÇÃO.....	74
4.1.12	ASPECTOS DESENVOLVIDOS EM OUTROS CAPÍTULOS.....	74
4.2	POLÍTICA MONETÁRIA.....	75
4.2.1	INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA LIQUIDEZ.....	75
4.2.1.1	BASE MONETÁRIA.....	75
4.2.1.2	TAXAS DE JURO.....	80
4.2.1.3	ABSORÇÃO E CEDÊNCIA DE LIQUIDEZ.....	81
4.2.2	EFEITOS DAS POLÍTICAS DE GESTÃO DA LIQUIDEZ.....	82
4.2.2.1	CRÉDITO.....	82
4.2.2.2	AGREGADOS MONETÁRIOS.....	85
4.2.2.3	TAXAS DE CÂMBIO.....	87
4.2.2.4	RESERVAS INTERNACIONAIS.....	89
4.2.3	CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA E CAMBIAL PARA A INFLAÇÃO.....	90
4.2.4	CONCLUSÕES.....	91
4.3	POLÍTICA FISCAL — OGE.....	92
4.3.1	QUALIDADE DA INFORMAÇÃO.....	92
4.3.2	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2021.....	92
4.3.2.1	RECEITA.....	92
4.3.2.2	DESPESA.....	94
4.3.2.3	SALDOS ORÇAMENTAIS INCLUINDO SALDO DA DÍVIDA.....	97
4.3.2.4	OPERAÇÕES DE DÍVIDA.....	98
4.3.2.5	DESPESA POR FUNÇÃO.....	99
4.3.3	ESTRATÉGIA ORÇAMENTAL - CENÁRIO MACROFISCAL ATÉ 2035.....	102
5	ANEXO.....	104
5.1	VAB DOS RESTANTES SECTORES.....	104
5.1.1	INDÚSTRIA EXTRACTIVA.....	104
5.1.2	ELECTRICIDADE E ÁGUA.....	104
5.1.3	PRODUÇÃO TOTAL DE BENS E DE SERVIÇOS.....	105
5.1.4	TELECOMUNICAÇÕES.....	105
5.1.5	INTERMEDIACÃO FINANCEIRA E DE SEGUROS.....	106
5.1.6	IMOBILIÁRIO.....	106

ACRÓNIMOS

20R — 2020 Revisto. Aplica-se ao Orçamento de Estado de 2020 revisto

AGT — Administração Geral Tributária

AKZ ou AOA ou Kz — Kwanza, moeda nacional

ANPG — Agência Nacional de Petróleo e Gás

ANIESA — Autoridade Nacional de Inspecção Económica e Segurança Alimentar

AOA ou AKZ ou Kz — Kwanza, moeda nacional

BM — Banco Mundial [atender ao género (masculino) e ao contexto]

BM — Base Monetária [atender ao género (feminino) e ao contexto]

BNA — Banco Nacional de Angola

BODIVA — Bolsa de Dívida e Valores de Angola

BP — Balança de Pagamentos

BPC — Banco de Poupança e Crédito

BT — Bilhetes do Tesouro

CINVESTEC — Centro de Investigação Económica da Universidade Lusíada

Covid ou Covid-19 — Corona Virus Disease 19 (doença do coronavírus 19)

CPM — Comité de Política Monetária do Banco Nacional de Angola

DP — Decreto Presidencial

EUA — Estados Unidos da América

Eurobonds — Obrigações emitidas em moeda estrangeira

FMI — Fundo Monetário Internacional

IC — Imposto de Consumo

IDE — Investimento Directo Estrangeiro

INE — Instituto Nacional de Estatística

INSS — Instituto Nacional de Segurança Social

IP — Imposto de Propriedade, substituí o IPU (Imposto Predial Urbano)

IPCN — Índice de Preços no Consumidor Nacional

IRT — Imposto sobre Rendimentos do Trabalho

IVA — Imposto do Valor Acrescentado

Kingila, Kinguila ou Quinguila — pessoa que negocia moeda estrangeira no mercado informal

Kwenda — Programa de fortalecimento da protecção social que consiste no cadastramento e transferência directa de verbas para os mais necessitados

Kz ou AKZ ou AOA — Kwanza, moeda nacional

Luibor — Luanda Inter-Bank Offered Rate

M1 — Agregado monetário composto pelas notas e moedas em poder do público e depósitos transferíveis

M2 — Agregado monetário composto pelo M1 e outros depósitos

M3 — Agregado monetário composto pelo M2 e outros instrumentos equiparáveis a depósitos

ME — Moeda Externa

MI ou MN — Moeda Interna ou Moeda Nacional (Kwanzas)

MinFin — Ministério das Finanças

MPME — Micro, Pequenas e Médias Empresas

OGE — Orçamento Geral de Estado

ONU — Organização das Nações Unidas

OPEP — Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OT — Obrigações do Tesouro

Overnight — Operações de troca de liquidez entre bancos com vencimento ao dia

PAC — Programa de Apoio ao Crédito

PGR — Procuradoria Geral da República

PIB — Produto Interno Bruto

PIIL — Posição de Investimento Internacional Líquido

PIP — Plano de Investimentos Públicos

PN — Polícia Nacional

PRODESI — Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações

PRR — Passivos Relacionados com Reservas

RE — Relatório de Execução

REF — Relatório de Execução Fiscal

REPO — Empréstimos com Acordos de Recompra

RF — Relatório de Fundamentação

RIB — Reservas Internacionais Brutas

RIL — Reservas Internacionais Líquidas



SINFIM — Subsídios directos à produção, Impostos directos à produção e serviços de intermediação Financeira Indirectamente Medidos

TAAG ou TAAG, linhas aéreas de Angola — Empresa de transportes aéreos de Angola

UE — União Europeia

USD — United States Dollar (dólar dos Estados Unidos da América)

VAB — Valor Acrescentado Bruto

Índice de Gráficos e tabelas

Tabela/Gráfico 1 — PIB, Procura Externa e Procura Interna de Produtos Internos em USD correntes	15
Tabela/Gráfico 2 — PIB, Procura Externa e Procura Interna de Produtos Internos em USD correntes	18
Tabela/Gráfico 3 — Crescimento homólogo da “produção interna” deflacionada da inflação interna (USD de 2015)	19
Tabela/Gráfico 4 — Crescimento homólogo da “produção interna” deflacionada da inflação interna e da inflação mundial (USD de 2015)	20
Tabela/Gráfico 5 — Variação da “produção interna” em USD deflacionados (USD 2015)	21
Tabela/Gráfico 6 — Produtividade da produção interna de bens finais	22
Tabela/Gráfico 7 — Variação das exportações de bens e serviços	22
Tabela/Gráfico 8 — Variação das exportações de bens e serviços em USD deflacionados	23
Tabela/Gráfico 9 — Evolução do PIB petrolífero e da produção de petróleo	23
Tabela/Gráfico 10 — Evolução da produção de petróleo em milhares de barris dia	23
Tabela/Gráfico 11 — Produção e exportações de crude — comparação semestral	24
Tabela/Gráfico 12 — Exportações do sector petrolífero (crude + refinados + gás)	24
Tabela/Gráfico 13 — Comparação da produção de petróleo e previsões	25
Tabela/Gráfico 14 — Crescimento homólogo do PIB em USD deflacionados (USD de 2015)	26
Tabela/Gráfico 15 — Crescimento homólogo do PIB com a alteração da taxa de inflação corrigida pelo CINVESTEC	26
Tabela/Gráfico 16 — Evolução do PIB deflacionado usando diversos deflatores	27
Tabela/Gráfico 17 — Evolução do PIB deflacionado anual com a inflação corrigida	27
Tabela/Gráfico 18 — Variação homóloga, face ao ano anterior e a 2017, da produção agrícola <i>per capita</i>	28
Tabela/Gráfico 19 — Emprego formal e informal em milhares de pessoas	29
Tabela/Gráfico 20 — Indicadores de emprego urbano	29
Tabela/Gráfico 21 — Oferta ao consumo	30
Tabela/Gráfico 22 — Variação dos valores <i>per capita</i> : do VAB não-petrolífero, da Produção Interna e do consumo em USD deflacionados	31
Tabela/Gráfico 23 — Evolução do PIB em medidas encadeadas de volume 2018–2020	32
Tabela/Gráfico 24 — Variação homóloga do VAB por sectores	33
Tabela/Gráfico 25 — Quadro geral do peso por sectores	34
Tabela/Gráfico 26 — Evolução do VAB petrolífero	34
Tabela/Gráfico 27 — Evolução do VAB das actividades agrícolas	35
Tabela/Gráfico 28 — Produção agrícola <i>per capita</i> dos principais produtos em Kg e Cal	35
Tabela/Gráfico 29 — Evolução do VAB das actividades pesqueiras	36
Tabela/Gráfico 30 — Evolução do VAB da actividade industrial	37
Tabela/Gráfico 31 — Evolução do VAB do sector de Outros Serviços	38
Tabela/Gráfico 32 — Evolução do VAB do sector da construção	39
Tabela/Gráfico 33 — Evolução do VAB dos serviços públicos	39
Tabela/Gráfico 34 — Evolução do VAB do comércio	40
Tabela/Gráfico 35 — Comparação dos índices de inflação do INE e do CINVESTEC	41
Tabela/Gráfico 36 — Preços actuais (Setembro), supondo um crescimento igual ao índice acumulado de inflação em Luanda, para todos os produtos da amostra do INE	42
Tabela/Gráfico 37 — Variação trimestral da inflação do INE e variação cambial trimestral	43
Tabela/Gráfico 38 — Variação trimestral da inflação do INE	44
Tabela/Gráfico 39 — Balança de Pagamentos	47
Tabela/Gráfico 40 — Balança real	47

Tabela/Gráfico 41 — Balança de bens e serviços.....	48
Tabela/Gráfico 42 — Exportações por categoria de produto.....	48
Tabela/Gráfico 43 — Estrutura das exportações por categoria de produto.....	49
Tabela/Gráfico 44 — Evolução das exportações petrolíferas.....	49
Tabela/Gráfico 45 — Exportações de petróleo bruto em volume e preço.....	50
Tabela/Gráfico 46 — Variação das exportações do sector petrolífero excepto petróleo bruto.....	50
Tabela/Gráfico 47 — Variação das exportações não-petrolíferas.....	51
Tabela/Gráfico 48 — Evolução do preço e da quantidade (milhões de quilates) de exportação de diamantes.....	51
Tabela/Gráfico 49 — Exportações de bens e serviços com excepção dos sectores petrolífero e diamantífero.....	52
Tabela/Gráfico 50 — Outras exportações de bens.....	53
Tabela/Gráfico 51 — Importações de produtos e serviços, eliminando a aquisição de aeronaves e embarcações em 2019.....	54
Tabela/Gráfico 52 — Estrutura das importações, eliminando a aquisição de aeronaves e embarcações 2019.....	55
Tabela/Gráfico 53 — Estrutura das importações de bens por categorias de produto.....	55
Tabela/Gráfico 54 — Importação de serviços (milhões de USD).....	56
Tabela/Gráfico 55 — Cobertura das importações de serviços.....	57
Tabela/Gráfico 56 — Transferências de rendimentos (milhões de dólares).....	57
Tabela/Gráfico 57 — Expatriação da rentabilidade dos capitais (milhões de dólares).....	58
Tabela/Gráfico 58 — Posição líquida do investimento internacional (milhões de dólares).....	59
Tabela/Gráfico 59 — Perspectiva dos activos monetários como saldo da BP (milhões de dólares).....	61
Tabela/Gráfico 60 — Perspectiva das reservas como saldo da BP (milhões de dólares).....	61
Tabela/Gráfico 61 — Evolução das Reservas (RIB & RIL).....	62
Tabela/Gráfico 62 — Valor das transacções da BODIVA.....	66
Tabela/Gráfico 63 — Taxa de actividade.....	71
Tabela/Gráfico 64 — Evolução da base monetária em moeda nacional (mil milhões de Kwanzas).....	75
Tabela/Gráfico 65 — Evolução dos coeficientes de reservas obrigatórias.....	75
Tabela/Gráfico 66 — Índice de crescimento da BM em MN (2017 = 100).....	76
Tabela/Gráfico 67 — Índice de crescimento das reservas livres em MN (USD; 2017 = 100) e coeficiente de reservas obrigatórias em MN.....	77
Tabela/Gráfico 68 — Índice de crescimento da BM em ME (USD; 2017 = 100).....	77
Tabela/Gráfico 69 — Índice de crescimento das reservas livres em ME (USD; 2017 = 100) e coeficiente de reservas obrigatórias em ME.....	78
Tabela/Gráfico 70 — Índice de crescimento nominal da BM em MN e em ME.....	78
Tabela/Gráfico 71 — Percentagem das reservas em MN sobre o M2 em MN (em Kz).....	79
Tabela/Gráfico 72 — Percentagem das reservas em ME sobre o M2 em ME (em USD).....	79
Tabela/Gráfico 73 — Taxas BNA.....	80
Tabela/Gráfico 74 — Evolução das taxas Luibor.....	80
Tabela/Gráfico 75 — Operações de mercado.....	81
Tabela/Gráfico 76 — Evolução das taxas médias de juro da banca para empréstimos às empresas.....	82
Tabela/Gráfico 77 — Evolução das taxas de juro activas a mais de um ano (real e nominal).....	82
Tabela/Gráfico 78 — Peso do Estado nos activos das outras sociedades de depósitos.....	83
Tabela/Gráfico 79 — Índice de crescimento nominal e real do crédito (c/ a inflação do INE).....	84
Tabela/Gráfico 80 — Crédito por ramo de actividade (em milhões de Kz).....	85
Tabela/Gráfico 81 — Evolução dos agregados em moeda nacional.....	85
Tabela/Gráfico 82 — Índice de crescimento dos agregados em MN (2017 = 100).....	86
Tabela/Gráfico 83 — Índice de crescimento dos agregados em ME em USD (2017 = 100).....	86
Tabela/Gráfico 84 — Crescimento nominal acumulado dos agregados em MN (Kz; escala principal) e em ME (USD; escala principal) e nível de dolarização (Kz; escala secundária).....	87

Tabela/Gráfico 85 — Evolução das taxas de câmbio.....	87
Tabela/Gráfico 86 — Índices das taxas de câmbio nos mercados oficial e informal.....	88
Tabela/Gráfico 87 — Evolução das Reservas (RIB & RIL).....	89
Tabela/Gráfico 88 — Índices de inflação do INE e do CINVESTEC.....	90
Tabela/Gráfico 89 — Execução de 2021 — Receita não financeira.....	92
Tabela/Gráfico 90 — Execução de 2021 — Despesa não financeira.....	94
Tabela/Gráfico 91 — Execução de 2021 — Despesa não financeira, incluindo a despesa oculta... ..	95
Tabela/Gráfico 92 — Execução de 2021 — Saldos.....	97
Tabela/Gráfico 93 — <i>Stock</i> e crescimento da dívida nominal.....	98
Tabela/Gráfico 94 — <i>Stock</i> e crescimento da dívida facial.....	98
Tabela/Gráfico 95 — Execução de 2021 — Despesa por função.....	99
Tabela/Gráfico 96 — Despesa por função comparada com a proposta do CINVESTEC.....	100
Tabela/Gráfico 97 — Cenário macrofiscal e pressupostos.....	102
Tabela/Gráfico 98 — Evolução do VAB da actividade extractiva.....	104
Tabela/Gráfico 99 — VAB e exportações da indústria extractiva.....	104
Tabela/Gráfico 100 — Evolução do VAB do sector eléctrico e das águas.....	104
Tabela/Gráfico 101 — Evolução do VAB da produção total de bens.....	105
Tabela/Gráfico 102 — Evolução do VAB da produção de Serviços.....	105
Tabela/Gráfico 103 — Evolução do VAB dos serviços de telecomunicações.....	105
Tabela/Gráfico 104 — Evolução do VAB da intermediação financeira e de seguros.....	106
Tabela/Gráfico 105 — Evolução do VAB dos serviços imobiliários.....	106

Nota introdutória

Este relatório visa apresentar a evolução dos principais agregados económicos nacionais, analisando os dados mais recentes publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), pelo Banco Nacional de Angola (BNA), pelo Ministério das Finanças (MinFin) e outros, cuja recolha encerrou no dia 20 de Outubro de 2021. O 2.º Trimestre de 2021 é a data base do relatório, determinada pela publicação do PIB pelo INE; a análise refere-se sempre aos dados mais recentes, quer estes correspondam a datas anteriores ou posteriores à data de base.

De notar que os dados publicados pelos diversos organismos começam por ser preliminares, sofrendo, normalmente, alterações substanciais, pelo menos até ao final do 2.º Trimestre, após a sua primeira publicação. A análise dos dados preliminares poderá, portanto, estar sujeita a alterações significativas.

Todas as linhas de tendência são polinomiais de grau 3.

O relatório, incluindo o Resumo e o Anexo, mas excluindo os gráficos e espaçamento entre parágrafos, contém, menos de 55 páginas, correspondentes a cerca de 2 horas de leitura.

RESUMO

Devido às questões metodológicas no cálculo do PIB em medidas encadeadas de volume do INE, expostas no corpo do relatório, usámos os dados oficiais do PIB nominal publicados pelo BNA como base para os indicadores da evolução da nossa economia

No 1.º Semestre de 2021, o PIB em USD correntes (sem o uso de qualquer deflator) cresce 6%, com as exportações (procura externa de produtos internos) a crescerem 47,5% e a Procura Interna de Produtos Internos a cair 14%.

Usando a inflação do INE para deflacionar a procura interna e a inflação mundial para deflacionar a procura externa o PIB cai -3,8%, com as exportações a crescerem 42,7% e a procura interna dos nossos produtos a reduzir-se em 16,6%.

Portanto, as exportações dos nossos produtos crescem entre 43% e 48%, enquanto a capacidade de satisfazer a procura interna através da produção interna, a que o debate económico costuma chamar “produção interna”, longe de ter crescido, diminuiu entre 14% e 17%!

A produtividade por trabalhador da produção não exportada — PIB não exportado (BNA) a dividir pelo número de empregados (INE)¹ — cai de 356 para 278 USD mensais!

As exportações sobem vertiginosamente.

As exportações de petróleo bruto crescem 47% em valor nominal, mas decrescem 16% em volume, mostrando uma total dependência dos preços nos mercados internacionais. Relativamente ao 1.º Semestre de 2019, caem 21% em valor!

As exportações de outros bens do sector petrolífero, nomeadamente o gás liquefeito, registam também um crescimento totalmente suportado nos preços no mercado internacional. As exportações de diamantes crescem 46% em valor, mas apenas 5% em quilates; relativamente ao semestre homólogo de 2019, sobem 5% em valor, mas caem 3% em quantidade.

As exportações de tudo o resto (bens e serviços) crescem 82% em valor, mas caem 62% relativamente a 2019, nomeadamente devido à perda quase total dos serviços de viagens, que eram a nossa maior exportação de produtos fora dos sectores petrolífero e diamantífero.

Admitindo que as exportações totais serão proporcionais às exportações de crude e que se assista a um crescimento nominal da “produção interna” nulo relativamente ao 1.º Semestre, teremos:

— Comparando com o ano de 2020, prevemos que a “produção interna” cresça -9%, as exportações +83% e o PIB +24%!

— Comparando com o ano de 2019, o último período completo pré-pandemia, prevemos que a “produção interna” cresça -29%, as exportações +9% e o PIB -13%!

A situação do emprego revela uma estagnação completa entre o final de 2020 e o 2.º Trimestre de 2021. Relativamente a 2019, assiste-se a uma deterioração significativa do emprego formal (-360 mil empregos) e a um aumento substancial do emprego informal (+ um milhão e cem mil empregos), que traduz um crescente e muito preocupante divórcio entre a actividade económica e o Estado.

¹ Não excluímos os trabalhadores das indústrias exportadoras, o que distorce o cálculo, mas não nos parece demasiado relevante quando a ênfase recai sobre a evolução e não sobre o valor absoluto.

O consumo, medido através da soma da produção interna não exportada com a importação de bens de consumo final, em USD deflacionados da inflação mundial, cai 16,5%, devido ao decréscimo de 16,6% da “produção interna” e ao crescimento de 11% das importações. Relativamente a 2017, o consumo reduz-se em cerca de 50%.

Esta redução da oferta ao consumo e a diminuição da concorrência devido à queda no número de negócios são as principais causas da enorme inflação em 2021!

A conta externa melhora significativamente, com a conta corrente a apresentar um *superavit* de 3,7 mil milhões de USD. Contudo, a conta financeira, excluindo activos monetários, deteriora-se de 1,3 mil milhões positivos para quase 3 mil milhões negativos, devido ao aumento da concessão de crédito comercial ao exterior no valor de 1,6 mil milhões e à redução do investimento estrangeiro em 1,1 mil milhões, nomeadamente o investimento directo estrangeiro (0,8 mil milhões) e dos empréstimos externos (0,6 mil milhões).

Os activos monetários externos estagnaram (+23 milhões de USD). As reservas internacionais líquidas voltam a crescer devido à melhoria da conta-corrente.

O ambiente de negócios não mostrou evolução significativa. Os programas governamentais têm prometido muito, mas produzido poucos resultados. A riqueza, especialmente a imobiliária e fundiária, não se transforma em capital devido às resistências para a alteração da Lei de Terras; o mercado financeiro continua a transaccionar exclusivamente dívida estatal; como vimos, a informalidade na economia aumentou; o número de negócios não cresce, e a percentagem das empresas criadas que iniciaram a actividade cai de 30% para 20%; as regras continuam confusas, e em grande parte inexecutáveis, logo, toleradas discricionariamente, prejudicando a concorrência leal; o estado das estradas e as práticas de interferência das autoridades a todos os níveis têm afastado a extensão da actividade comercial ao campo, prejudicando gravemente a economia e as relações inter-regionais; o comércio externo continua condicionado administrativamente, agora com um alívio temporário discricionário, pois o DP 23/19 mantém-se em vigor; a confiança não aumenta porque a solução dos conflitos comerciais é lenta e as regras pouco claras; o ensino regrediu durante a pandemia, mostrando, ainda, uma forte inércia para voltar aos níveis de 2019; as regras são pouco explícitas e mal regulamentadas, dando azo a interpretações discricionárias pelos agentes de autoridade; a segurança pública, apesar dos esforços, tem-se deteriorado com o aumento dos níveis de miséria, continuando a PN a estar incumbida de actividades de controlo da actividade dos cidadãos em detrimento do combate à delinquência e ao crime; a despesa do Estado continua centrada na burocracia sendo urgente um debate sério sobre a distribuição da despesa pública e os níveis de serviços públicos possíveis; o combate à corrupção tem sido acompanhado de uma má gestão dos activos recuperados, penalizando a economia e não apenas os prevaricadores, e continua muito limitada pela lei, que devia permitir o escrutínio dos agentes do Estado que possuem riqueza, sob as mais variadas formas, superior ao que alguma vez auferiram na sua actividade; finalmente, mas de importância crucial, as chefias intermédias não exigem níveis de produtividade aos seus funcionários, que se perdem a engendrar esquemas para obter meios ilícitos à custa do serviço público que deviam prestar.

O simplifica tem de ser aprofundado e acompanhado de medidas contra a resistência da burocracia instalada; o Kwenda e o PRODESI não podem absorver todo o esforço e atenção do Estado: o que importa é o crescimento do apoio social e da produção, que, na verdade, declinam, sendo estes programas muito úteis, mas apenas se servirem como exemplo dinamizador do resto da actividade.

Neste quadro, a política monetária do BNA não tem contribuído para o desenvolvimento da produção. Na nossa opinião o BNA é das poucas instituições tecnicamente competentes do nosso Estado, o que, de um lado é muito positivo, mas, de outro, torna extremamente eficazes as suas políticas quando, na nossa opinião, prejudicam o crescimento.

O BNA tem secado com a máxima eficácia toda e qualquer liquidez do sistema monetário, constituindo um sério entrave ao desenvolvimento do crédito, que é uma das condições essenciais da melhoria do nosso ambiente de negócios.

Os dados sobre a política fiscal são muito pouco detalhados. Necessitamos de dados exactos e detalhados. Porém, mesmo com o escasso detalhe disponível, é perfeitamente claro que há um empolamento exagerado da burocracia e da defesa em detrimento do apoio social nos orçamentos e da execução da segurança pública face à educação e à saúde.

Antes de mais, é necessário reconhecer a nossa história e assumir o dever social de apoio aos antigos militares, quer os que ainda se encontram, desnecessariamente, nas fileiras, quer os que já foram reformados ou simplesmente desmobilizados. É nossa opinião que o Estado e a sociedade têm o dever moral de reconhecer o direito a uma reforma digna de todos os militares que serviram durante os conflitos e de assumir esta despesa, de forma clara, como despesa de apoio social, retirando-a da defesa. Esta rubrica, assim clarificada, não deve, na nossa opinião, representar mais de 4% da despesa pública.

A burocracia continua a ocupar uns inaceitáveis 30,5% (OGE 22) da despesa, que é necessário reduzir drasticamente para não mais de 4%. É que a maior parte desta despesa, além de excessiva, é extremamente prejudicial à actividade económica e à vida dos cidadãos. Longe de ser um serviço público, é, em geral, uma imposição que só prejudica. O cerne do problema da política fiscal radica exactamente aqui e na sua contrapartida, que é o apoio social directo aos cidadãos necessitados, substituindo os nefastos subsídios a preços.

Outro problema da política fiscal tem sido a execução, criando-se um orçamento completamente diferente do que foi debatido e aprovado através da execução que tem privilegiado a defesa e a segurança em detrimento da educação e da saúde.

As receitas petrolíferas, com excepção do ano de 2021, que se compara com a situação excepcional de 2020, têm decrescido constantemente. Entre 2030 e 2033, terão desaparecido na prática. Há que pensar, hoje, como queremos manter viável o Estado angolano através da subida da receita não petrolífera e da descida da despesa do Estado. O último capítulo deste relatório apresenta a nossa proposta de estratégia fiscal.

1 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

1.1 PIB NOMINAL

1.1.1 PROBLEMAS METODOLÓGICOS DO CÁLCULO DO PIB

O BNA apresenta trimestralmente o valor nominal do PIB em USD.

Tabela/Gráfico 1 — PIB, Procura Externa e Procura Interna de Produtos Internos em USD correntes

Principais indicadores macroeconómicos (PIB e Exportações em milhões de USD correntes)	1.º Sem. 2019	1.º Sem 2020	1.º Sem 2021	21/20	21/19
PIB	44 227	30 987	32 880	6,1%	-25,7%
Exportações	18 229	9 998	14 749	47,5%	-19,1%
Procura interna de produtos internos	25 998	20 989	18 131	-13,6%	-30,3%

Fonte: BNA.

Sem contar com a perda de valor do USD, o PIB cresceu 6% relativamente ao 1.º Semestre de 2020, mas continua 26% abaixo do valor de 2019!

Subtraindo as Exportações (procura externa de produtos angolanos) ao PIB, obtemos a Procura Interna de Produtos Internos, ou seja, a despesa interna em produtos produzidos em Angola².

O valor económico dos produtos transaccionados (procura) e os rendimentos das transacções são exactamente iguais. O que um compra (despesa), outro vende, obtendo um rendimento (salários e lucros, etc.) com o que produziu (produção). Por isso dizemos que o PIB pode ser visto na óptica da produção, da despesa e do rendimento: o valor é sempre o mesmo. Contudo, como a contabilização estatística não é exacta, existem sempre diferenças entre os valores medidos através das várias perspectivas. Um PIB bem calculado tem sempre um valor de discrepâncias estatísticas entre as várias ópticas, porém suficientemente reduzido para que as leituras não sejam contraditórias.

Ora, o actual cálculo do PIB em medidas encadeadas de volume distorce completamente esta lei básica. Por exemplo, de acordo com os actuais cálculos do INE, o PIB petrolífero real³ decresceu 12,3%, em termos homólogos, no 2.º Trimestre de 2021, quando as exportações do sector petrolífero aumentaram 124% e os custos de produção correspondentes a quantidades mais reduzidas se devem, naturalmente, ter reduzido⁴. Ou seja, os rendimentos do sector (de forma simplificada: lucros das petrolíferas, rendas do Estado e salários dos trabalhadores das petrolíferas) aumentam mais de 125%, mas o cálculo actual do INE diz que desceram 12,3%! Ou, em alternativa, os rendimentos deixaram de ter qualquer relação com a despesa e a produção, quebrando-se uma das leis mais básicas da economia!

O actual cálculo do INE, com o beneplácito de FMI, BM e ONU, pode ser tudo o que quisermos; e decerto terá um qualquer significado económico, mas, seguramente, não é o PIB!

Teoricamente, o problema pode colocar-se nos seguintes termos: a variação do nível geral de preços deve ser descontada ao PIB nominal, mas não as variações relativas de preços!

Ora, aqui reside a dificuldade, uma vez que todas as alterações de preços são, à partida, relativas⁵.

² A Procura Interna de Produtos Internos somada com a procura externa de produtos internos constitui a procura total de produtos internos, ou seja, o PIB. A procura interna é, por sua vez, constituída pela Procura Interna de Produtos Internos e a procura interna de produtos externos (importações). Só os produtos internos, fazem parte do PIB, que é o Produto Interno Bruto. É bruto porque os bens duradouros são contabilizados pelo seu valor de aquisição não se deduzindo as amortizações do período.

³ O antigo director do INE insistiu sempre que era o PIB em medidas encadeadas de volume e não o PIB real. Pensamos que tinha razão no que dizia, mas, na prática, sempre foi e continua a ser tratado como se fosse o PIB real.

⁴ Veja-se a queda de 47% dos “outros serviços a de negócios – sector petrolífero” adquiridos ao exterior.

⁵ Para o valor do PIB apenas contam as variações dos preços dos bens finais, uma vez que as variações dos preços intermédios estão contidas na variação dos bens finais; contudo, as variações de preços das existências de bens intermédios, embora materialmente pouco relevantes, contam para o PIB.

O valor económico da produção varia com o tempo em função dos avanços tecnológicos e das preferências dos consumidores. Foi para tentar resolver este problema que se passou do cálculo do produto a preços constantes para o cálculo em medidas encadeadas de volume. Contudo, quando estamos perante exportações relevantes de matérias-primas, com preços muito voláteis, este método, usado sem critério económico, falha completamente, como acabámos de demonstrar.

Na verdade, de acordo com a teoria, o método deveria ser usado exclusivamente para determinar a variação do valor da moeda das transacções, permitindo descontá-la no valor das diferentes produções, mantendo a variação relativa dos preços. Isto implica imediatamente a exclusão das exportações na determinação da variação geral dos preços de uma dada economia se elas tiverem lugar em outras moedas. Dito de outra forma, com exclusão dos EUA, parcialmente, da UE e de algumas formas de comércio regional que transaccionam externamente em moeda interna, todas as restantes exportações devem ser excluídas do apuramento da variação geral de preços internos.

Isto significa que se deveria usar o método das medidas encadeadas de volume exclusivamente para as produções homogéneas cujas transacções se efectuem de forma muito significativa em Kwanzas. O método do cálculo é, na verdade, a aplicação de um índice de preços (Laspeyres, Fisher, etc.) e deveria parar exactamente neste ponto. Apurado o índice de preços, o mesmo deveria ser aplicado sobre todos os valores nominais das produções homogéneas de forma a preservar as respectivas variações relativas de preços. É aqui que reside o problema!

Como dissemos, todas as alterações de preços são, inicialmente, relativas. Apurar a variação geral de preços a partir das variações relativas de preços requer um processo de aproximação e pressupostos. Não há forma de medir directamente a variação geral de preços!

Portanto, supõe-se que, considerando um número razoável de produções e aplicando-lhes um método matemático bem justificado (índice de Laspeyres⁶, por exemplo), as variações relativas dos preços se anulam, obtendo-se como resultado a variação geral de preços. Trata-se, evidentemente, de uma aproximação, não apenas porque os métodos matemáticos têm pressupostos intrínsecos como também porque existe o pressuposto económico geral de que as variações relativas de preços se anulam, o que pode ou não verificar-se. Um índice de preços é, portanto, o cálculo aproximado da variação geral dos preços das transacções numa dada moeda, numa dada economia.

Não podem misturar-se, num único índice, pelo menos sem uma conversão adequada e bem justificada, variações de preços em moedas diferentes, nem mercados diferentes. Tal conversão, não foi até hoje apresentada, nem, muito menos, acolheu o consenso científico suficiente para poder ser usada. Por maioria de razão, é inaceitável que se misturem moedas e mercados sem qualquer tipo de conversão! Não existe qualquer sustentação teórica para o aplicar, simultaneamente, a várias economias (angolana e mundial) e a várias moedas (Kwanzas e USD, entre outras)!

Em vez de apurar o índice e de o aplicar às produções homogéneas maioritariamente transaccionadas no mercado interno, as instituições internacionais, nomeadamente o FMI e o BM, secundadas pelo INE, adoptaram uma visão, na nossa opinião, excessivamente contabilística, tentando extrair directamente o valor do PIB da aplicação de um método de cálculo que foi concebido para extrair um índice de preços.

Como resultado, surgiram incongruências, como a perda de “aditividade”, que mais não é do que a incompreensão do significado do índice de preços.

Na verdade, uma vez determinado o índice de preços e aplicando-o às diferentes produções homogéneas, obtemos o seu valor expurgado da variação geral de preços, mas mantendo a sua variação relativa, como se exige para o correcto apuramento do PIB. Do ponto de vista prático, a questão da perda de actividade fica também imediatamente resolvida.

⁶ Pensamos que é o índice usado pelo INE.

O problema não foi excessivamente grave enquanto se aplicou apenas aos países cujas exportações eram excedentes de produtos maioritariamente transaccionados internamente. Havia o problema do cálculo incorrecto do valor das produções homogéneas que levava à perda de aditividade, mas o valor geral do PIB estava dentro de margens de erro razoáveis. O cálculo só se tornou absolutamente incongruente quando se aplicou a produções homogéneas quase exclusivamente destinadas à exportação e com grande volatilidade de preços, como é o caso do petróleo bruto.

Para as exportações, deveria ser calculado o índice de preços internacional desta moeda, usando exactamente o mesmo critério que consiste em apurar a variação geral de preços, usando o mesmo método de cálculo em medidas encadeadas, mas desta vez aplicado ao mercado internacional.

Em conclusão, para o apuramento do PIB real, deveria ser calculado o índice de preços das transacções internas, aplicando-o sobre todos os valores nominais das produções homogéneas (ou rendimentos ou despesa); e, para as exportações, seria necessário convertê-las em produtos externos do ano base, dividindo-as pelo deflator externo, e, convertê-las em produtos internos, dividindo-as pela taxa de câmbio real. Matematicamente:

$X/Pe.Pe.E(i/e)/Pi$, ou seja,

$X.E(i/e)/Pi$

Em que X são as exportações em moeda externa, Pe o deflator externo (índice de Lespeyres calculado para o mercado internacional, por exemplo), $E(i/e)$ a taxa de câmbio apresentada em quantidades de moeda interna por unidade de moeda externa, como estamos habituados, isto é, Kwanzas por USD, por exemplo, e Pi o deflator interno (índice de Lespeyres calculado para o mercado interno, por exemplo).

Como é evidente, $X.E(i/e)/Pi$, é o valor em Kwanzas correntes das exportações [$X.E(i/e)$] deflacionado do índice de preços interno (Pi).

Costuma dizer-se que quem não tem cão caça com gato!

Não existindo um cálculo correcto dos índices de preços interno e externo, somos forçados a usar, como aproximação, a inflação! Temos também de contornar o problema das taxas de câmbio, quando elas são fixadas administrativa ou quando existe um excessivo peso de alguns agentes (nomeadamente do Estado ou as exportadoras de matérias-primas) na sua fixação, como é o nosso caso.

O índice de inflação pode ser considerado uma aproximação aceitável ao índice geral de preços. É o resultado de um cálculo muito diferente, em que se usa um pacote de produtos geralmente mais limitado, cujos pesos (ponderadores) são determinados em prazos relativamente longos⁷ e que incluiu os preços dos produtos importados. Apesar das diferenças, o objectivo é o mesmo, calcular a perda de valor da moeda. Por isso a aproximação é aceitável. Aliás, seria útil confrontar constantemente os índices de preços usados para o cálculo do PIB real e a inflação, procurando e resolvendo incongruências, como aliás é feito em grande parte dos países do mundo.

Para as transacções internas, considerámos o índice de inflação interno, para as transacções externas, o índice de inflação mundial⁸.

Para as transacções internas (PIB-Exportações), convertemos o valor de USD correntes, apresentado pelo BNA, para Kwanzas correntes, multiplicando-o pela taxa de câmbio actual. Descontámos depois a variação geral de preços, dividindo o valor em Kwanzas correntes pelo índice de inflação interno, obtendo o valor em Kwanzas de 2015 (foi este o ano que escolhemos como base). Ou seja, aparentemente usámos a equação acima. Na verdade, porque o valor em USD

⁷ Entre nós, os ponderadores de 2020 substituíram os de 2012, ou seja, os anteriores vigoraram durante 8 anos, o que, esperamos, seja uma excepção que não se repita.

⁸ Índice extraído do *site* Statista.

foi decerto calculado multiplicando o valor da produção em Kwanzas pela taxa de câmbio, limitámo-nos a reverter este cálculo e a deflacionar o valor original em Kwanzas, usando a taxa de inflação interna. Como quisemos manter a apresentação em USD, convertemos o valor em Kwanzas de 2015 para USD de 2015, dividindo-o pela taxa de câmbio do ano base⁹

Para as transacções externas, limitámo-nos a dividir o valor em USD correntes, apresentado pelo BNA, pela taxa de inflação mundial, convertendo-o em USD de 2015, evitando usar o índice da taxa de câmbio.

Para obter o PIB, somámos estes dois valores, sendo, conseqüentemente, o resultado apresentado em USD de 2015 em todos os períodos, sendo a sua variação uma medida aproximada da variação real do PIB.

Esta soma contém, teoricamente, uma incorrecção, uma vez que de um lado temos produtos internos e de outro produtos externos. Assumimos, contudo, que esta soma distorce menos a realidade do que a aplicação da equação que apresentámos acima, devido aos problemas de cálculo de inflação interna e à evolução das taxas de câmbio que passaram da taxa fixa para uma desvalorização controlada, para uma variação descontrolada, para uma taxa com uma reduzida intervenção do BNA, mas sempre muito dependente dos preços voláteis do petróleo. Em vez de aplicar à produção exportada a taxa de câmbio real, afectando-a da nossa inflação e taxa de câmbio, preferimos contabilizar o valor das exportações em produtos externos. Apesar da incorrecção teórica o resultado prático parece-nos mais adequado.

Como dissemos, quem não tem cão, caça com gato!

1.1.2 CRESCIMENTO HOMÓLOGO DA PROCURA INTERNA DE PRODUTOS INTERNOS

Recordemos a tabela anterior.

Tabela/Gráfico 2 — PIB, Procura Externa e Procura Interna de Produtos Internos em USD correntes

Principais indicadores macroeconómicos (PIB e Exportações em milhões de USD correntes)	1.º Sem. 2019	1.º Sem. 2020	1.º Sem. 2021	21/20	21/19
PIB	44 227	30 987	32 880	6,1%	-25,7%
Exportações	18 229	9 998	14 749	47,5%	-19,1%
Procura interna de produtos internos	25 998	20 989	18 131	-13,6%	-30,3%

Fonte: BNA.

Sem considerar qualquer deflator, o PIB cresceu 6% relativamente ao 1.º Semestre de 2020, mas continua 26% abaixo do valor de 2019!

A Procura Interna de Produtos Internos somada com a procura externa de produtos internos constitui a procura total de produtos internos, ou seja, o PIB. Portanto, subtraindo as Exportações ao PIB, obtemos a procura interna de produtos¹⁰ internos, ou seja, a despesa interna em produtos produzidos em Angola.

Pela natureza do cálculo, poderíamos ter feito uma correcção. As importações podem ser subtraídas à procura interna, obtendo-se a Procura Interna de Produtos Internos, ou à procura externa, obtendo-se as exportações líquidas. Na verdade, se quisermos analisar com mais rigor o comportamento de cada uma destas componentes do PIB, deveremos deduzir parte das importações a cada uma delas,

⁹ Como usámos a relação Kwanza/USD, que a generalidade dos angolanos está habituada a seguir, multiplicámos os USD pela taxa de câmbio para obtermos Kwanzas e dividimos os Kwanzas pela taxa de câmbio para obter USD. Se tivéssemos usado a taxa de câmbio USD/Kwanza, como aparece geralmente na teoria, as operações seriam as inversas.

¹⁰ Usaremos sempre produtos e bens em sentido lato, incluindo serviços.

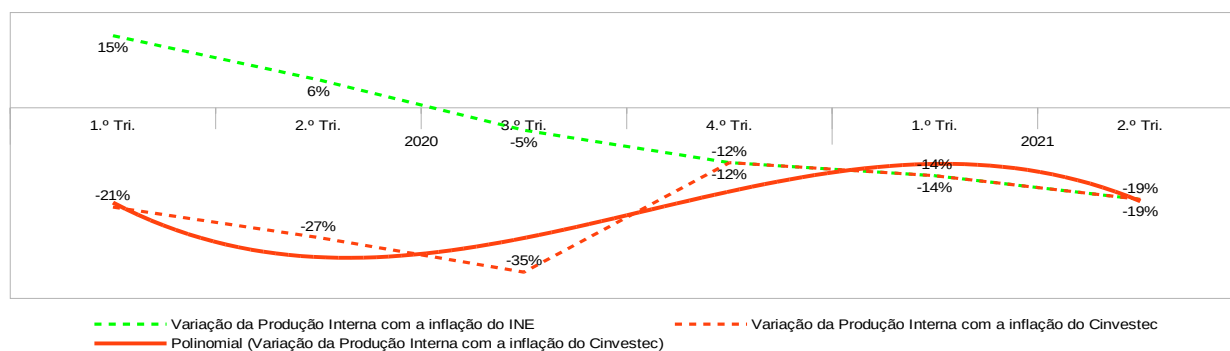
uma vez que existem produtos externos incorporados nos bens objecto de procura externa e interna. Porém, na ausência de dados completos, decidimos apresentar as exportações brutas.

De qualquer forma, as importações de “outros serviços a de negócios – sector petrolífero”, no 1.º Semestre de 2021, variam -47% e -34%, relativamente aos períodos homólogos de 2019 e 2020, respectivamente, de acordo com o BNA. Somando à procura interna os bens externos incorporados nas exportações, apenas iria agravar a queda da Procura Interna de Produtos Internos.

A Procura Interna de Produtos Internos representa, em condições de *deficit* de oferta, a capacidade de suprir as necessidades internas com produtos produzidos internamente. O nível de produção não depende de qualquer restrição da procura, antes representa a incapacidade de se produzir mais em condições competitivas.

O discurso político e as análises nos *media* popularizaram a expressão “produção interna” com este significado. Embora não seja rigorosa, a expressão vingou. Vamos, por isso, a partir de agora, usá-la, colocando-a, entre aspas para não se perder o rigor.

Tabela/Gráfico 3 — Crescimento homólogo da “produção interna” deflacionada da inflação interna (USD de 2015)



Fontes: BNA e INE.

Como pode observar-se no gráfico, usando a inflação do INE (tracejado verde), a “produção interna” apresenta uma queda constante e contínua, completamente indiferente à variação da situação sanitária, o que é absolutamente inexplicável.

Usando o deflator corrigido pelo CINVESTEC (tracejado vermelho), nota-se uma influência decisiva da pandemia, com o agravamento da queda até ao 3.º Trimestre de 2020, mas uma sensível recuperação no 4.º Trimestre.

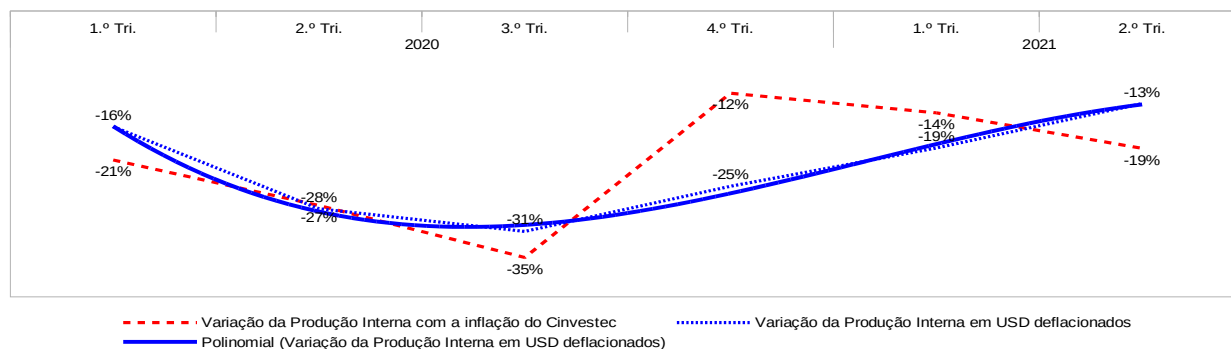
Terminado o efeito da correcção do deflator, os dois cálculos passam a ser, naturalmente, coincidentes.

O comportamento da “produção interna” agrava-se substancialmente em 2021, conduzindo a duas conclusões muito importantes e preocupantes: por um lado, a queda da produção é incongruente com o desconfinamento; por outro, a “produção interna” parece revelar uma incapacidade crescente de suprir a nossa procura!

Estas conclusões poderão resultar de um problema com o deflator, isto é, para tornar as coisas coerentes, a inflação deveria ser bastante menor do que a reportada pelo INE! Não sabemos que erros estão a ser cometidos no cálculo da inflação porque o INE não disponibiliza a informação completa, nomeadamente que preços está a usar (os ponderadores aparentemente são coerentes). Ora, o INE tem um historial recente de erros graves na recolha ou registo dos preços, que o levou a efectuar uma correcção drástica dos preços da sua amostra, em Janeiro de 2021! Em Abril eliminou a amostra nas suas publicações deixando-nos sem forma de continuar a aferir a sua correcção!

A “produção interna”, definida como a capacidade de satisfazer a procura interna através da produção interna, passou de 11.146 mil milhões, no 1.º Semestre de 2020, para 11.607 mil milhões de Kwanzas (+4%), no 1.º Semestre de 2021. Com uma inflação de 25,32% (INE), o crescimento real da “produção interna” foi de cerca de -17%!

Tabela/Gráfico 4 — Crescimento homólogo da “produção interna” deflacionada da inflação interna e da inflação mundial (USD de 2015)



Fontes: BNA e INE.

Se a apreciação do USD face ao Kwanza correspondesse exactamente à relação entre a inflação interna e mundial, as linhas do gráfico seriam coincidentes, o que se verifica, com razoável aproximação, entre o 1.º e o 3.º Trimestres de 2020.

Nos 1.º e 2.º Trimestres, é nítida a trajetória inversa das curvas devido à depreciação do USD num momento em que a inflação interna se agrava profundamente relativamente à inflação externa¹¹.

Note-se que estas circunstâncias combinadas representam um aumento da taxa de câmbio real, um aumento do número de produtos internos necessários para corresponder a uma unidade de produto externo, isto é, uma perda de competitividade que pode ser muito perigosa! Como reagimos por impulsos, agora estamos a tentar baixar a inflação (que até pode estar mal calculada) a todo o custo, prejudicando gravemente a produção interna, ou seja, a inflação futura!

Observando o gráfico, a curva que representa a “produção interna” em USD deflacionados parece corresponder melhor às restrições sanitárias, mostrando uma tendência de recuperação para terreno positivo até ao final do ano. Não é lógico que com maior abertura se produza menos do que quando se estava confinado. Portanto, entre as várias curvas escolhemos a da produção em USD deflacionados; contudo, a discrepância entre os números introduz um forte grau de incerteza.

Ora, as políticas de correcção dependem, evidentemente, da informação sobre a situação. Tomar medidas de política económica baseadas em informação incorrecta não pode dar bons resultados!

É, portanto, urgente que se faça uma auditoria técnica independente ao INE e a quem calcula o PIB publicado pelo BNA!

Ou o PIB nominal está errado! Ou a inflação calculada pelo INE está errada! Ou os dados do PIB não-petrolífero do INE estão errados! Ou estão todos errados simultaneamente! Certo é que os dados não jogam!

Precisamos URGENTEMENTE de saber o que se passa!

Sem considerar qualquer deflador, a “produção interna” em USD decresceu 14% relativamente a 2020 e 30% face a a 2019! Portanto, usando como deflador a inflação interna (corrigida ou não), ou a inflação externa, ou não usando qualquer deflador, a capacidade interna para suprir a procura interna tem diminuído constante e drasticamente!

¹¹ Note-se que o efeito da variação cambial ocorre quando se converte o valor da “produção interna” de Kwanzas para USD, cálculo que já vem incorporado nos dados.

Acreditamos que esse declínio teve origem, primeiro, no choque brutal que foi a introdução simultânea do IVA e da taxa de câmbio flexível, em Outubro de 2019 e, depois, no confinamento, estando agora numa trajectória ascendente que atingirá terreno positivo no final do ano, porém num patamar muito abaixo da produção de 2019.

É pois urgente que se conheça com verdade qual a situação da produção e da inflação e que tomemos medidas urgentes para o rápido crescimento da primeira e a redução da segunda!

Tabela/Gráfico 5 — Variação da “produção interna” em USD deflacionados (USD 2015)

	2018	2019	2020	2021 1º Sem
Variação da “produção interna” com a inflação do Cinvestec	-5,7%	-13,2%	-24,9%	-16,6%
Variação da “produção interna” em USD deflacionados	-26,8%	-27,1%	-24,9%	-16,3%

Fonte: BNA.

Comparando os cálculos usando como deflator a inflação interna corrigida pelo CINVESTEC e a inflação externa, vemos que os dados são muito diferentes enquanto a taxa de câmbio se vai aproximando da taxa flexível, tornando-se muito semelhantes nos últimos anos. Apesar da variação em 2021 ser muito semelhante, é o resultado de uma evolução quase simétrica, partindo de pontos de partida diferentes, pelo que haverá a tendência para que a coincidência desapareça. Como analisámos, isto deve-se à utilização do IPCN do INE como deflator que está a gerar crescimentos incoerentes. Se até agora privilegiámos a variação com a inflação corrigida, agora estamos um pouco mais inclinados para a variação em USD deflacionados.

Analisando esta curva, a “produção interna” caiu 6% em 2018, em resultado do agravamento do mercado interno com a redução dos rendimentos petrolíferos do Estado e a redução da actividade petrolífera.

Após um período de intervenção com sucesso para a estabilização cambial, o BNA abandonou-se a uma completa letargia, deixando o diferencial para o mercado informal aumentar consideravelmente. O diferencial, que tinha atingido 19% em Setembro de 2018, aumentou para 29% em Março de 2019, levando as campainhas a soarem no BNA, que reagiu com algum atraso, primeiro deixando desvalorizar o Kwanza, em 11%, no 3.º Trimestre, e, depois, introduzindo a taxa flexível, em Outubro, precedida de uma desvalorização de 30% naquele mês. Os empresários começaram a responder com o aumento de preços e o encerramento ou redução de actividade.

Nesse mesmo mês de Outubro de 2019, o IVA é introduzido de forma completamente desajeitada, com uma taxa incompreensivelmente diferente das taxas sobre o consumo que substituiu (10% de IC e 1% de selo de recibo) e uma atitude pouco condescendente e cooperante da AGT. A confusão deu lugar ao pânico, e os preços cresceram, em 2019, entre 70% e 90%, para a generalidade dos produtos, embora o INE apenas tivesse reconhecido uma inflação anual de 17%.

Foi esta profunda crise, a que chamamos de IVA/Taxa flexível, que determinou a queda dramática a produção em 2019 que, agravada pela Covid-19, teima em perdurar.

A primeira condição para se combater um problema é reconhecer que ele existe. Enquanto insistirmos que a “produção interna” está a crescer, quando é evidente pelos dados do PIB nominal e da inflação que está a decrescer contínua e acentuadamente, todas as políticas serão desenhadas para uma realidade inexistente, prejudicando a actividade económica do país!

Em 2020 a “produção interna” declina 25% como consequência dos sucessivos confinamentos que agravaram a crise do IVA/Taxa flexível.

Em 2021, esperava-se uma recuperação rápida da actividade com o desconfinamento, em linha com o que está a acontecer na generalidade dos países africanos, mas a crise parece persistir, com os números a não serem absolutamente claros quanto à tendência: estamos perante um agravamento da

produção, talvez por efeito de uma inflação galopante, ou perante uma recuperação da produção, como indicam os valores em USD deflacionados e uma inflação efectiva menor do que a reportada pelo INE? Não temos dados para calcular, pelo que insistimos na necessidade de auditar estes números e torná-los coerentes.

Tabela/Gráfico 6 — Produtividade da produção interna de bens finais

Produtividade anualizada da “produção interna” deflacionada do IPNC corrigido pelo CINVESTEC (USD 2015)	2019			2020				2021		1.º Sem. 2019	1.º Sem. 2020	1.º Sem. 2021
	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.			
Produção Interna mensal deflacionada – 10 ^{^6} USD 2015 – Prod. tri/3	4 743	5 254	3 121	3 725	3 452	3 441	2 762	3 194	2 788	4 743	3 588	2 991
População empregada (milhões)	9,646	9,932	9,925	10,084	10,073	10,113	10,749	10,821	10,715	9,646	10,078	10,768
Produtividade mensualizada em USD*	492	529	315	369	343	340	257	295	260	492	356	278
Produtividade anualizada em USD*	5 900	6 348	3 774	4 433	4 112	4 083	3 084	3 542	3 123	5 900	4 273	3 333
Crescimento trimestral		7,6%	-40,5%	17,4%	-7,2%	-0,7%	-24,5%	14,9%	-11,8%			
Crescimento homólogo					-30,3%	-35,7%	-18,3%	-20,1%	-24,1%		-27,6%	-22,0%
Produtividade em milhares de Kwanzas	147	165	150	186	183	191	168	188	167	147	184	178

Fontes: Produção e câmbio médio: BNA; emprego e população: INE.

Esta tabela mostra a evolução da produtividade sem a distorção resultante dos preços das matérias-primas exportadas. Os dados aqui apresentados incluem o emprego nas actividades de exportação, o que deturpa um pouco os cálculos. Usámos a inflação corrigida pelo CINVESTEC como deflator.

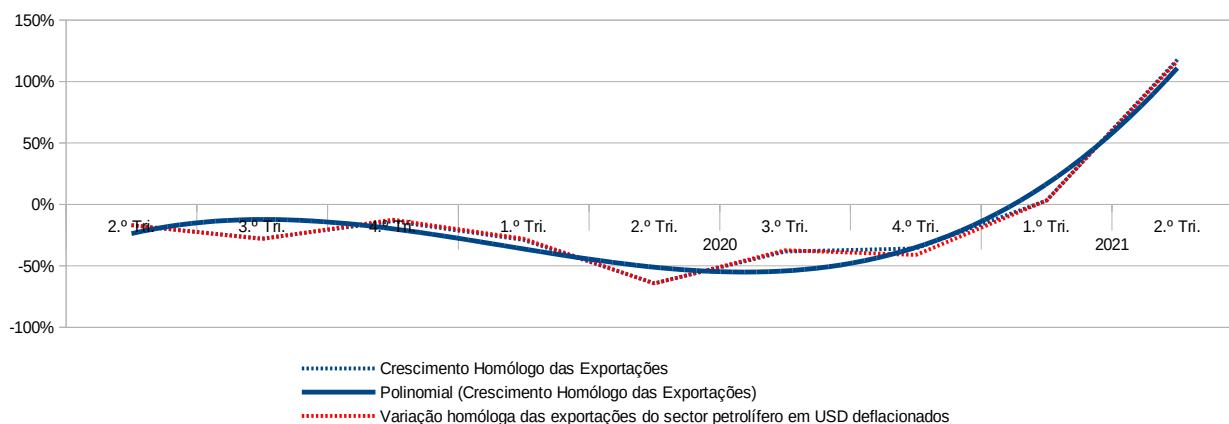
A produtividade cai profundamente a partir do 4.º Trimestre de 2019, o que é resultado da nossa correcção do IPCN. A queda é brusca, de 500 para 350 USD, com uma subida estranha no 3.º Trimestre de 2019, seguida de uma queda muito forte, no 4.º Trimestre. Como já referimos, tudo indica que a correcção da inflação devesse ter sido feita pelo menos nestes dois trimestres, reduzindo o crescimento no 3.º Trimestre e alisando a queda no 4.º Trimestre.

A queda brusca no último trimestre de 2020 mantém-se até aos últimos dados disponíveis e deve-se ao crescimento do emprego informal. Aparentemente, o problema não está nos números do emprego, que se mantêm estáveis. Provavelmente, um quadro de redução do emprego formal e dos rendimentos reais em função da inflação levou a generalidade das pessoas a procurarem formas de sobrevivência, quando se aliviou o confinamento, criando um auto-emprego muito pouco produtivo.

1.1.3 EXPORTAÇÕES

1.1.3.1 VARIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS

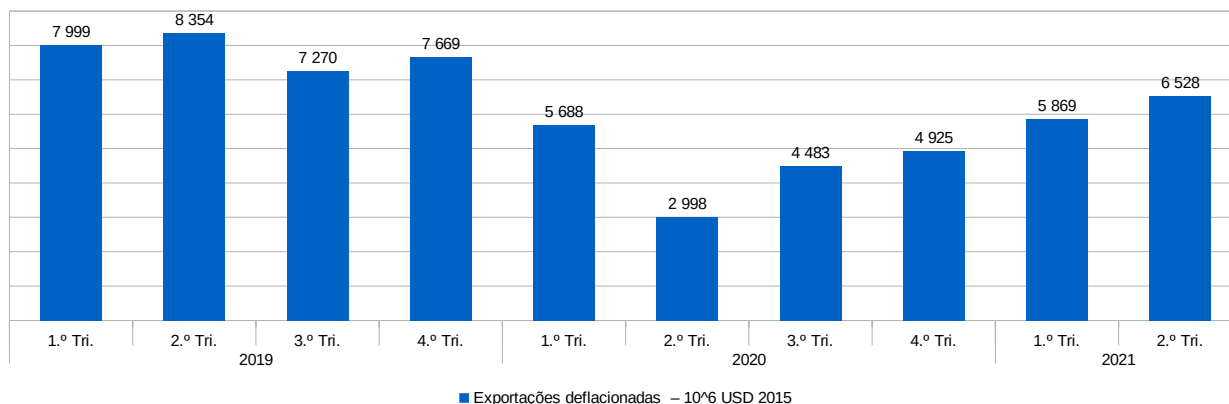
Tabela/Gráfico 7 — Variação das exportações de bens e serviços



Fonte: BNA.

A variação das exportações de bens e serviços (pontado azul) e das exportações do sector petrolífero (pontado vermelho) sobrepõe-se totalmente, demonstrando o completo domínio deste sector. Apenas no 4.º Trimestre de 2020 se assiste a um ligeiro descolar da sobreposição das linhas.

Tabela/Gráfico 8 — Variação das exportações de bens e serviços em USD deflacionados



Fonte: BNA.

O declínio das exportações de bens e serviços com a pandemia é bem evidente no gráfico. Tendo os preços das exportações de crude recuperado totalmente no 1.º Semestre (média de 65,15 USD por barril face ao 4.º Trimestre de 2019, com 65,2 USD por barril), nota-se perfeitamente a influência do declínio das quantidades (média de 6,380 milhões de USD no 1.º Trimestre de 2021 contra 7.670 no 4.º Trimestre de 2019).

1.1.3.2 EXPORTAÇÕES DO SECTOR PETROLÍFERO

Tabela/Gráfico 9 — Evolução do PIB petrolífero e da produção de petróleo

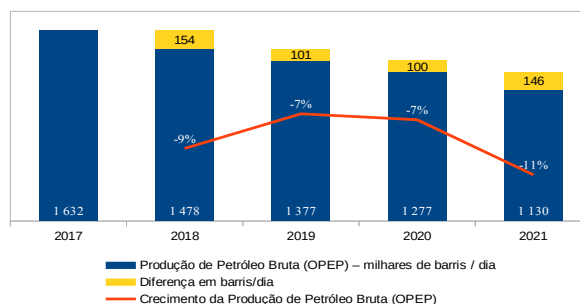
Actividade petrolífera	2019				2020				2021	
	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.
Crescimento da Extração e Refinação de Petróleo – INE	-7%	-3%	-10%	-6%	-6%	-9%	-5%	-11%	-16%	-12%
Produção de Petróleo Bruta (OPEP) – milhares de barris / dia	1 421	1 424	1 318	1 345	1 402	1 267	1 253	1 186	1 136	1 125
Crescimento da Produção de Petróleo Bruta (OPEP)	-6,5%	-3,6%	-10,6%	-6,6%	-1,3%	-11,0%	-5,0%	-11,9%	-19,0%	-11,2%
Diferença em pontos percentuais	-0,2	0,4	0,9	0,1	-5,1	1,9	-0,5	1,0	3,1	-1,1

Fontes: INE e OPEP.

Existe um constante declínio trimestral que se agrava a partir do 4.º Trimestre de 2020.

A relação entre o crescimento do PIB petrolífero e das exportações de crude é bastante regular, com excepção do 1.º Trimestre de 2020 e do 1.º Trimestre de 2021, o que deveria ser explicado.

Tabela/Gráfico 10 — Evolução da produção de petróleo em milhares de barris dia



Fonte: OPEP.

Nota: Para este gráfico, foi usada a média dos trimestres de cada período. Recorde-se que estamos a comparar a média dos trimestres do 1.º Semestre de 2021 com a média dos trimestres do ano de 2020.

Desde 2018, a produção cai sucessivamente a um ritmo médio anual de -8,8%, equivalente a 125 mil barris/dia, agravando-se no 1.º Semestre de 2021 para -11,5% e 146 mil barris/dia!

Tabela/Gráfico 11 — Produção e exportações de crude — comparação semestral

Actividade petrolífera	2019				2020				2021		1.º Sem. 2019	1.º Sem. 2020	1.º Sem. 2021	21/20	21/19
	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.					
Produção de Petróleo Bruta (OPEP) – milhares de barris / dia	1 421	1 424	1 318	1 345	1 402	1 267	1 253	1 186	1 136	1 125	1 423	1 335	1 130	-15,3%	-20,5%
Exportações BNA	1 352	1 347	1 276	1 301	1 303	1 251	1 195	1 131	1 076	1 077	1 350	1 277	1 076	-15,7%	-20,2%
Volume da produção não exportada	68	78	42	44	99	17	58	54	60	48	73	58	54	-6,8%	-25,8%

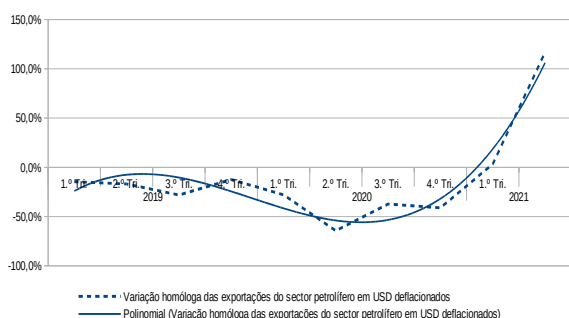
Fontes: OPEP e BNA.

Neste gráfico mostra-se a comparação, não com o ano, mas com a média dos 1.ºs Semestres de 2019 e 2020. Analisada desta forma, a queda da produção agrava-se para 15%, relativamente a 2020, representando -20,5% do volume produzido em 2019.

A produção não exportada aproxima-se da capacidade da refinaria da Petrangol. A quantidade não exportada no 1.º Semestre de 2019 é compensada no 2.º Semestre.

Tabela/Gráfico 12 — Exportações do sector petrolífero (crude + refinados + gás)

Fonte: OPEP.



As exportações do sector variam em torno de -20% até ao início da pandemia. No 2.º Trimestre, as exportações em valor caem 60%, reduzindo a queda para 40% nos 3.º e 4.º Trimestres.

Em 2021, as exportações passam para terreno positivo, com o efeito do crescimento dos preços a cobrir a redução das quantidades, ligeiramente, no 1.º Trimestre, mas em mais de 100% no 2.º Trimestre.

A linha de tendência é sinusoidal, com um máximo acima de 117%, no 2.º Trimestre de 2021, e um mínimo de -64%, no 3.º Trimestre de 2020.

1.1.3.3 ESTRATÉGIA DE EXPLORAÇÃO DE HIDROCARBONETOS 2020–2025

As previsões de produção petrolífera sem reposição de reservas constantes do Decreto Presidencial 228/20 apontam para o declínio da produção para menos de 1 milhão de barris por dia a partir de 2023, atingindo 500 mil barris em 2028 e praticamente desaparecendo em 2032 (dentro de 11 anos)!

Estas previsões vêm apresentadas num gráfico com fraca definição, não permitindo uma comparação numérica. Todas as tentativas de obter a tabela que está por detrás do gráfico foram infrutíferas. Aparentemente, os dados numéricos constantes de uma Lei do país são considerados segredo de Estado por alguns servidores públicos.

Não sendo possível usar a previsão mais recente, manteremos a comparação com as duas previsões anteriores, embora todas elas sejam muito próximas a partir de 2023.

Comparando a produção efectiva com as estimativas anteriores, nem sequer as previsões sem revisão das reservas foram cumpridas, ou seja, mantendo-se a tendência, a produção de crude terminará antes de 2032.

Tabela/Gráfico 13 — Comparação da produção de petróleo e previsões

Produção de petróleo Valores em milhares de Barris / dia	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2030	2035
Previsão do BNA (22 Mai 19)		1 465	1 428	1 435	1 364	1 278	1 097	951	830		
Previsão da produção – Apresentação do MinFin (1 478	1 592	1 655	1 597	1 463	1 329	1 088	948	827	310	19
Produção de Petróleo Bruta (OPEP)	1 632	1 478	1 377	1 277	1 130						
Diferença para o BNA		0,9%	-3,6%	-11,0%	-17,1%						
Diferença para o MinFin	10,5%	-7,2%	-16,8%	-20,0%	-22,7%						
Redução anual da produção (em milhares de barris/dia)		-154	-101	-100	-146						

Fontes: BNA, MinFin e OPEP.

Nota: Dados de 2021 até Junho.

Em 2019, 2020 e até Junho de 2021, a produção efectiva situou-se 4%, 11% e 17% abaixo da previsão feita, em 2018, pelo BNA, e 17% e 20% e 23% abaixo da previsão de 2017 do MinFin.

A produção, até Junho de 2021, situou-se nuns meros 3% a 4% acima da estimativa para 2023!

Observe-se ainda que a queda efectiva anual da produção se agrava substancialmente em 2021. A manter-se esta queda, a produção esgotar-se-á em menos de 8 anos; a manter-se a queda média de produção dos últimos 4 anos a produção esgotar-se-á em 9 anos!

Contudo, a produção mostra alguma estabilidade em 2021, isto é, há uma significativa queda no início do ano, mas depois a produção decaiu apenas cerca de 10 mil barris no 2.º Trimestre, o que pode ser um sinal muito positivo.

Com a forte recuperação dos preços no mercado internacional, há, este ano, um crescimento do sector em valor, mas a redução das quantidades é muito preocupante.

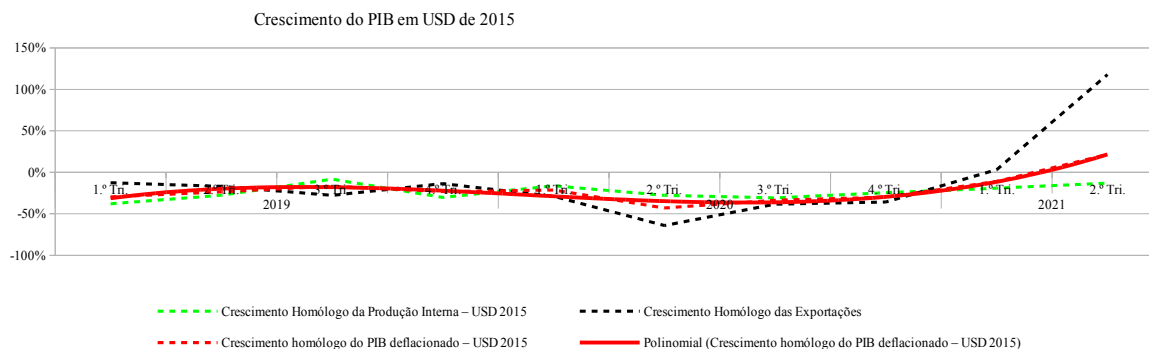
Os preços estão hoje bem acima da nossa previsão (que era de entre 60 e 65 USD por barril). A procura está a aumentar a um ritmo elevado, mas ainda não se aproximou dos valores pré-pandemia; a OPEP+ está a fazer crescer a oferta, mas nada nos garante que os ritmos de ambas sejam iguais, sendo o da oferta muito mais rígido. Aparentemente, considerações de natureza geopolítica estão a determinar a oferta e os preços, tornando difícil o trabalho dos economistas. As previsões, neste particular, abandonaram o campo da economia e passaram para o da política.

Se os deuses da política se conjurarem para manter os preços actuais até meados de 2022, cremos que haverá um interesse renovado para investir e que as reservas adicionais poderão aparecer. Se a médio prazo, como se tem dito, a oferta e a procura se equilibrarem num nível próximo dos 65 USD por barril, os novos investimentos serão escassos, e novas reservas darão, quando muito, para cumprir as previsões.

Alguma coisa se irá conseguir, mas continuamos a aconselhar que se trabalhe num cenário pessimista. Se a produção efectiva for melhor do que as previsões sem novas reservas, deveremos aproveitar para equilibrar os orçamentos de Estado futuros, reduzindo a dívida, como desenvolveremos no capítulo de Política Fiscal, na secção dedicada à estratégia orçamental.

1.1.4 CRESCIMENTO HOMÓLOGO DO PIB EM USD DEFLACIONADOS

Tabela/Gráfico 14 — Crescimento homólogo do PIB em USD deflacionados (USD de 2015)



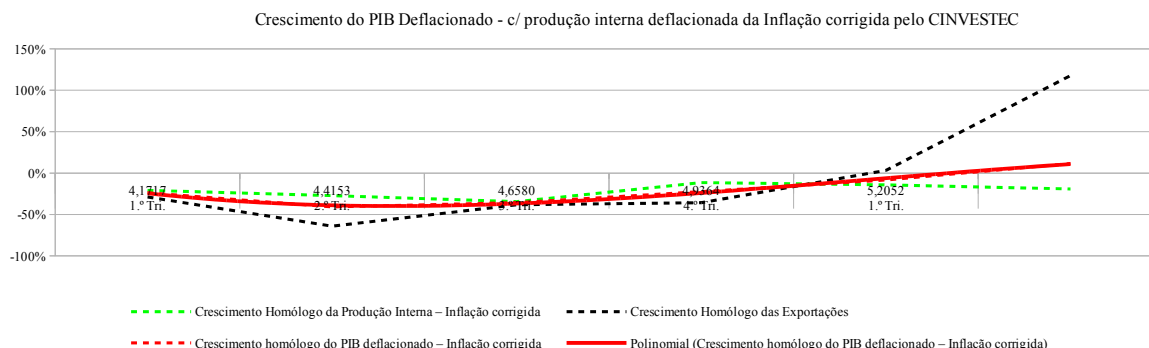
Fontes: BNA e INE.

Com a variação radical das exportações, a escala do gráfico torna-se pouco clara. Contudo, é bem visível que crescimento efectivo do PIB (tracejado vermelho) e a sua linha de tendência (vermelho a cheio) são bastante próximas e que o mesmo sempre se manteve em terreno negativo até ao 1.º Trimestre de 2021, alcançando terreno positivo no 2.º Trimestre, puxado pelas exportações.

A “produção interna” sempre se manteve e mantém em terreno negativo!

O CINVESTEC viu-se obrigado a corrigir a taxa de inflação de 2019, como explicaremos adiante. Com esta correcção, a marcha do PIB foi a seguinte:

Tabela/Gráfico 15 — Crescimento homólogo do PIB com a alteração da taxa de inflação corrigida pelo CINVESTEC

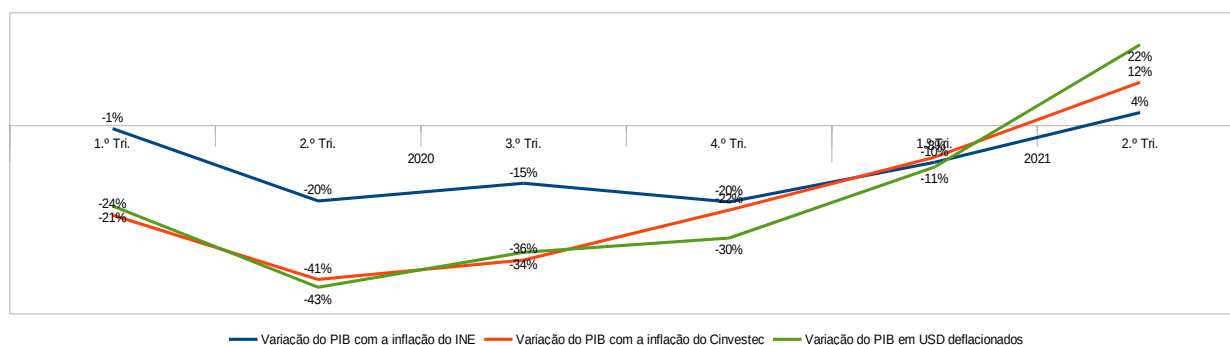


Fontes: BNA e INE.

Até 2021, a variação do PIB é sempre negativa, puxada pelas exportações, que caem mais do que a “produção interna”, que, contudo, também é sempre negativa. Em 2021, o PIB atinge terreno positivo, crescendo fortemente no 2.º Trimestre, devido ao aumento excepcional das exportações, mas a “produção interna” mantém-se em terreno fortemente negativo.

Para evitar a perda de leitura devido à escala resultante da variação das exportações, analisaremos cada uma das variáveis isoladamente, introduzindo a linha resultante da aplicação da taxa de inflação do INE.

Começemos pelo PIB:

Tabela/Gráfico 16 — Evolução do PIB deflacionado usando diversos deflatores


Fontes: BNA, INE.

Como pode verificar-se, a correcção da inflação feita pelo CINVESTEC, em 2019, torna a variação do PIB muito próxima da que resulta do cálculo em USD deflacionados num período em que a taxa de câmbio esteve muito próxima da taxa de mercado. Todos os cálculos se aproximam no 1.º Trimestre de 2021. No 2.º Trimestre, a valorização do Kwana, num quadro de crescimento da relação da inflação interna face à externa, origina um maior crescimento do PIB em USD deflacionados. Em 2021, as variações das Exportações e da “produção interna” são as mesmas quando se usa a inflação do INE e a corrigida pelo CINVESTEC. A diferença na linha do PIB resulta da perda de peso da “produção interna” quando se usa a inflação corrigida.

Na nossa leitura, o PIB caiu fortemente em 2020, incluindo no 1.º Trimestre, devido à crise do IVA/Taxa flexível, em Outubro de 2019. No 2.º Trimestre de 2020, o PIB cai para o seu valor mais baixo (-40%) devido ao auge do confinamento e à crise dos preços do petróleo; no 3.º Trimestre, o PIB recupera (-35%) devido ao aumento relativo dos preços do petróleo; no 4.º Trimestre, com a saída da crise mundial, a variação do PIB aproxima-se de -20% devido à fraca recuperação das exportações.

Em 2021, recupera para cerca de -10%, com as exportações a entrarem em terreno positivo mas a “produção interna” a manter-se, teimosamente, em cerca de -10%; no 2.º Trimestre, o PIB entra em terreno positivo (+10%), puxado para cima pelas exportações (+120%) e para baixo pela “produção interna”, que volta a cair, desta vez para -19%!

Numa perspectiva anual, o PIB comportou-se, desde 2018, da seguinte forma:

Tabela/Gráfico 17 — Evolução do PIB deflacionado anual com a inflação corrigida

	2018	2019	2020	2021 1º Sem
Varição do PIB com a inflação do Cinvestec	0,5%	-15,0%	-31,3%	0,4%

Fontes: INE e BNA.

Nesta perspectiva da análise, não existe recessão, mas estagnação, em 2018 (fruto da melhoria dos preços do petróleo); depois, a actividade económica cai significativamente em 2019 (fruto da queda dos preços do petróleo e do choque IVA/Taxa flexível de Outubro) e, ainda mais significativamente, em 2020 (fruto da pandemia). Em 2021, a economia entra em terreno positivo (+0,4%), apesar da queda acentuada para “produção interna” (-17%), empurrada pelas exportações, que crescem 43% no semestre.

1.1.5 PREVISÃO DO CRESCIMENTO DO PIB E DA “PRODUÇÃO INTERNA”

Considerando a informação sobre as exportações petrolíferas até Setembro e mantendo no último trimestre a queda ligeira das quantidades que se tem verificado este ano e considerando ainda um

preço de 80 USD/barril no último trimestre, as exportações de crude crescerão, em valor nominal, cerca de 70% no 2.º Semestre.

Admite-se que as exportações totais serão proporcionais às exportações de crude e que se assistirá a um crescimento nominal da “produção interna” nulo relativamente ao 1.º Semestre.

Comparando com o ano de 2020, prevemos que a “produção interna” cresça -9%, as exportações +83% e o PIB +24%!

Comparando com o ano de 2019, o último período completo pré-pandemia, prevemos que a “produção interna” cresça -29%, as exportações +9% e o PIB -13%!

1.2 SITUAÇÃO SOCIAL

1.2.1 DESEMPREGO

À data de fecho da informação (31 de Outubro), o INE não tinha ainda publicado os dados do 3.º Trimestre. Como já tínhamos analisado no relatório do 1.º Trimestre, os dados do desemprego do 2.º Trimestre (que ficaram disponíveis antes do encerramento da informação), limitar-nos-emos a resumir o que então dissemos.

Os dados do desemprego rural não têm grande relevância porque quase toda a população activa no campo se dedica à produção agrícola tradicional. Isso mesmo é ilustrado por uma taxa de actividade de 94,1%, por uma taxa de empregabilidade de 80,4% e por uma taxa de emprego informal na agricultura e pescas de 96,2% (calculada a partir dos dados do INE). Considerando a população estudantil e de idosos (ambas baixíssimas), relativamente poucas pessoas não procuram trabalho. Apesar de tudo isso, a taxa de desemprego rural é relativamente elevada (14,5%).

Para avaliar o impacto da actividade económica nos camponeses, teremos de analisar a produção agrícola *per capita* e a produtividade agrícola.

O crescimento da produção agrícola por habitante rural variou, usando os dados do INE, como segue:

Tabela/Gráfico 18 — Variação homóloga, face ao ano anterior e a 2017, da produção agrícola *per capita*

	2019				2020				2021		1.º Sem 2021
	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.		
Variação homóloga da produção agrícola por habitante rural	-2,0%	-1,4%	-1,7%	-2,8%	1,0%	-1,4%	1,7%	4,5%	1,8%	5,4%	3,6%
Variação da produção agrícola por habitante face ao período homólogo de 2017	-6,4%	-6,9%	-6,8%	-6,4%	-5,4%	-8,2%	-5,2%	-3,7%	-3,3%	-2,5%	-2,8%

Fonte: INE.

Os dados da produtividade agrícola só melhoram verdadeiramente a partir do 2.º Trimestre de 2020, quando o crescimento do VAB do sector passou de -21% para +2,3%, após a saída do seu antigo director do INE. Não temos dados credíveis da produção agrícola, mas sabemos que a situação nos campos é dramática, com inúmeras comunidades a passarem fome e a perderem lavras e gado, quer devido à seca quer devido à chuva intensa; nas cidades, o preço dos produtos agrícolas não pára de aumentar, mostrando escassez, não aumento da produção. Apesar desta aparente incorrecção, a produtividade desce relativamente a 2017.

O problema do mundo rural tradicional é a falta de mercados. O camponês tem e sempre teve capacidade técnica para produzir para o consumo da sua família e melhorar o seu nível de vida e produtividade; porém, se não há rádios, bicicletas, enlatados, peixe seco, catanas, kupapatas para comprar, ou se tudo é extremamente caro, deixa de haver qualquer incentivo para produzir excedentes comerciais!

As reservas monetárias resultantes da produção comercial desapareceram, o que agrava as consequências das crises agrícolas; uma percentagem cada vez maior da população rural dedica-se à mera produção de subsistência, não tem qualquer reserva e vive exclusivamente do que produz para comer.

O drama rural não é, portanto, como nas cidades, o desemprego, mas uma vida vazia de bens que complementem o que produz para a sua subsistência e uma extrema fragilidade perante as crises climáticas.

Tabela/Gráfico 19 — Emprego formal e informal em milhares de pessoas

Emprego	2019	2020	2022
	4.º Tri.	4.º Tri.	2.º Tri.
População empregada	9,925	10,749	10,715
Emprego formal	2,531	2,064	2,172
Emprego informal	7,394	8,686	8,544
Emprego na agricultura e pescas		6,035	5,930
Emprego não agrícola		4,715	4,785

Fonte: INE. Cálculos do CINCESTEC com base nos números e taxas do INE.

Regista-se uma pequena variação negativa da população total empregada entre o 4.º Trimestre de 2020 e o 2.º Trimestre de 2021, com uma variação positiva significativa relativamente a 2019. Ao mesmo tempo, o emprego formal recupera em 2021. Na ausência de empregos e rendimentos, a população viu-se obrigada “desenrascar” para sobreviver.

Tabela/Gráfico 20 — Indicadores de emprego urbano

Emprego	2019			2020			2021		
	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.
Taxa de actividade urbana	84,4%	83,3%	85,6%	86,5%	82,9%	87,8%	88,1%	87,4%	87,9%
Taxa de empregabilidade urbana	50,9%	50,3%	49,1%	47,3%	44,7%	48,5%	51,4%	50,6%	50,4%
Taxa de desemprego urbano	39,3%	41,1%	42,6%	45,3%	46,1%	44,8%	41,7%	42,1%	42,6%
Taxa de emprego informal urbano					63,4%	66,0%	67,5%	65,9%	65,6%

Fonte: INE.

Em geral, as alterações quantitativas são mínimas, mantendo-se a análise qualitativa em toda a série: as condições de emprego são muito precárias, forçando quase todos os adultos a trabalhar (88%), mas uma parte significativa não o consegue fazer (43%).

Como temos referido, os inquéritos regulares do emprego são muito recentes (2.º Trimestre de 2019), recomendando-se muita prudência na sua análise. Contudo, parece haver uma sugestão de inversão da queda do desemprego formal resultante da crise da Covid-19, o que nos dá alguma esperança.

1.2.2 CONSUMO

Se a produção interna de produtos finais é totalmente “consumida” internamente (não há praticamente exportação) e, mesmo assim, importamos bens de consumo, então, de forma aproximada, o consumo das famílias corresponde à produção interna de bens finais mais as importações de bens de consumo. Como não exportamos produtos finais e consumimos tudo que não exportamos (a produção interna de bens de investimento é quase nula, excepto na construção), a parte do nosso consumo correspondente às importações é sustentada pelas rendas que cobramos às petrolíferas.

Portanto, na perspectiva de redução substancial da produção petrolífera, teremos de aumentar substancialmente a “produção interna”, se não quisermos reduzir dramaticamente os níveis de

consumo! Quanto mais atrasarmos o processo, aumentando o endividamento à medida que os recursos petrolíferos se esgotam, pior será!

Portanto, considerando estes pressupostos, o consumo é composto pela “produção interna” (uma aproximação à Procura Interna de Produtos Internos) mais as importações de bens de consumo¹². Usando os dados do BNA, em USD deflacionados, o consumo, incluindo construção, variou como se segue:

Tabela/Gráfico 21 — Oferta ao consumo

	2019				2020				2021		1.º Sem. 2019	1.º Sem. 2020	1.º Sem. 2021	21/20	21/19
	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.					
Consumo – soma das componentes	14 205	14 308	15 835	9 440	11 240	10 403	10 373	8 348	9 643	8 428	28 514	21 643	18 071	-16,5%	-36,6%
Índice homólogo (base 2017)	87	86	95	60	69	62	62	53	59	50					
“Produção interna” – deflacionada da inflação interna corrigida pelo CINVESTEC	14 119	14 229	15 761	9 364	11 174	10 355	10 323	8 287	9 581	8 365	28 348	21 530	17 946	-16,6%	-36,7%
Índice homólogo (base 2017)	87	85	95	59	69	62	62	52	59	50					
Importação de bens de consumo - USD deflacionados de consumo	1 754	1 851	1 832	1 705	1 332	1 117	1 230	1 373	1 248	1 481	3 604	2 449	2 729	11,5%	-24,3%
Índice homólogo (base 2017)	86	79	74	76	66	48	49	61	62	63					
% das importações na oferta ao consumo	12%	13%	12%	18%	12%	11%	12%	16%	13%	18%					

Fontes: BNA e INE.

O consumo cai constantemente, desde 2017, representando, no 2.º Trimestre de 2021, 50% do que era 2017! Pior ainda, a situação tem vindo a deteriorar-se.

Como pode observar-se, a escassez, que foi um dos factores importantes da inflação mais recente, resultou sobretudo do enorme retrocesso da “produção interna”.

A importação de bens de consumo atingiu níveis preocupantes no 2.º e 3.º Trimestres de 2020, mas recuperou no 4.º Trimestre para o nível de 60% de 2017 (nível que, com algumas oscilações, mantém desde a crise do IVA/Taxa flexível).

O que verdadeiramente não aconteceu foi a esperada recuperação da “produção interna”, que continua a deteriorar-se, seja qual for o deflator que usemos.

A situação social tinha atingido proporções alarmantes, e era necessário fazer alguma coisa. Os políticos em vésperas de eleições não tinham como não tentar reverter a situação (governo) ou como não a apoiar (oposição). As medidas tomadas vão reduzir a inflação, e não há quem possa ser contra essas medidas; porém, tememos que esta relativa bonança signifique um agravamento da situação após as eleições.

O problema é que estamos apenas a usar os recursos petrolíferos para sustentar o consumo, aproveitando a feliz circunstância de os preços estarem a aumentar. Porém, como já nos apercebemos, as receitas petrolíferas não estão a crescer significativamente. Embora haja mais moeda externa na economia, o que faz baixar a taxa de câmbio, a participação nacional no consumo está a decrescer. Substituir a “produção interna” por importações para satisfazer o consumo, numa altura em que o seu peso apresentava já indícios de querer saltar de 12% para 18%, pode ser muito perigoso!

As mais recentes medidas são uma inversão total do processo, desistindo-se totalmente de apoiar a “produção interna” e voltando a fazer crescer o consumo, subsidiando as importações, quer através da redução da taxa de câmbio, quer da isenção de direitos aduaneiros!

¹² Do ponto de vista técnico, deveríamos considerar a construção como sendo, essencialmente, investimento. Contudo, poderá também argumentar-se que os “Serviços Imobiliários e Aluguer”, tal como são calculados, não esgotam o consumo de “habitação”, e, portanto, parte do sector da construção também é consumo. Na verdade, porque não existem dados do sector da construção a preços correntes, temos de incluir este sector no consumo. Esperemos que não desvirtue demasiado a medida. Ainda do ponto de vista técnico, a outra despesa de investimento deveria, evidentemente, ser deduzida à produção interna, e, por outro lado, deveriam ser acrescidas as importações de serviços não relacionadas com a produção. Não tendo dados para suportar esta maior precisão, postulámos que estas duas quantidades se anulem mutuamente.

A “produção interna”, a braços com uma menor produtividade, maiores custos e já em declínio, pode ser gravemente afectada. Ninguém pode ser insensível à actual situação social. Porém, se quisermos enveredar por este caminho, teremos de subsidiar a “produção interna”, ou estaremos a preparar um futuro muito pior para os nossos filhos e netos!

A solução que preconizamos é a seguinte. Temos de manter a taxa de câmbio e os impostos aduaneiros. Temos de rever as taxas aduaneiras de forma que a produção interna seja mais competitiva. Há que estudar cada produção, enquanto se aplicam as actuais taxas, substituindo-as, caso a caso; e há que corrigir os muitos problemas do nosso ambiente de negócios para que a produção interna se desenvolva. Não podemos deteriorar com medidas de carácter monetário e fiscal a competitividade e atractividade na produção interna!

Reduzir os impostos para os produtos de maior consumo, compensando esta descida com aumentos de outras rubricas de menor efeito social, é certamente uma boa medida; mas não temos qualquer vantagem em fazer uma redução líquida de impostos num momento em que precisamos de os aumentar (ver a secção sobre a estratégia fiscal).

Sobretudo, pensamos que a despesa fiscal deve ser urgentemente revista, substituindo a enorme despesa em burocracia e defesa por despesa social (embora saibamos que parte da despesa com a defesa é de natureza social e muito importante); e, sobretudo, tornar a despesa social muito mais eficaz e produtiva. A solução não pode ser outra senão apoiar a produção interna e os mais necessitados. Melhorar brevemente a situação para a deteriorar, sem remédio, no futuro, é uma não solução! Os políticos de todos os quadrantes parecem apostados em ignorar esta realidade.

1.2.3 A QUESTÃO DEMOGRÁFICA

Tabela/Gráfico 22 — Variação dos valores *per capita*: do VAB não-petrolífero, da Produção Interna e do consumo em USD deflacionados

Consumo per capita em USD deflacionados	2019				2020				2021		1.º Sem 2019	1.º Sem 2020	1.º Sem 2021	21/20	21/19
	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.					
Consumo mensal per capita em USD deflacionados	204	181	187	142	147	123	124	106	119	117	385	270	236	-12,7%	-38,8%
“Produção mensal Interna” per capita em USD deflacionados	133	130	136	94	108	91	91	69	85	77	263	199	161	-18,9%	-38,6%
Importações mensais per capita em USD deflacionados	71	51	52	48	39	32	33	37	34	40	122	71	74	4,5%	-39,4%
Crescimento Homólogo do consumo per capita em USD deflacionados	-27,7%	-32,9%	-13,3%	-30,3%	-28,2%	-31,8%	-33,7%	-25,5%	-18,8%	-5,6%					
Cresc. homól. per capita da “produção Interna” em USD deflacionados	-39,8%	-29,8%	-11,1%	-32,4%	-18,8%	-29,9%	-33,0%	-26,8%	-21,6%	-15,6%					
Índice do consumo per capita em USD (Dez 2017 = 100)	63	56	58	44	45	38	38	33	37	36					
Índice da “produção Interna” per capita em USD deflac. (Dez 2017 = 100)	53	52	54	38	43	37	36	28	34	31					

Fontes: BNA e INE.

Notas: A “Produção Interna” é o PIB menos Exportações. Alterámos este cálculo para os valores em USD deflacionados (USD de 2015) para evitar discussões sobre a inflação, em 2021.

Com um crescimento populacional da ordem de 3,1%, a variação dos valores *per capita* é, naturalmente, agravada!

Face a 2020, o consumo no 1.º Semestre cai 13%, com a “produção interna” a regredir 19%, e as importações a crescerem 4,5%. Face a 2019, o consumo cai 39%, com valores semelhantes para as importações e a “produção interna”.

Comparando com Dezembro de 2017 (índices), a oferta ao consumo atinge um mínimo de 33% no 4.º Trimestre de 2020, melhorando para 36%, no 2.º Trimestre, com a “produção interna” a representar, no 2.º Trimestre de 2021, 31% do que era em Dezembro de 2017.

Apesar do declínio das importações, é a queda na produção interna de bens finais que agrava a dramática redução do consumo!

O consumo por pessoa, medido em USD deflacionados, representava, no 2.º Trimestre de 2021, cerca de um terço do que era no final de 2017!

Um crescimento populacional superior ao crescimento da economia condena a população a uma espiral de miséria. É uma das condições de melhoria social que alguma coisa seja feita, urgentemente, para reduzir a taxa de natalidade de forma a facilitar a saída desta espiral de miséria. Sobretudo, é necessário que o ambiente de negócios se altere radicalmente para permitir o crescimento da “produção interna”.

Em conclusão, a situação social atingiu proporções alarmantes, dramaticamente ilustradas, no campo, pela fome e pelo abandono das zonas de residência habitual, e, nas cidades, pelo número crescente de pessoas a “visitarem” os contentores de lixo.

É urgente promover o aparecimento de novos negócios que façam crescer rapidamente a produção interna! O crescimento da produção não se faz com programas estatais (que também são importantes), mas com negócios. É esta perspectiva de foco sobre a actividade privada que parece continuar ausente nas políticas e na execução governamental.

1.3 PIB EM MEDIDAS ENCADEADAS DE VOLUME

1.3.1 VARIAÇÃO DO PIB

Notas sobre a apresentação dos dados: a escala do crescimento está colocada à esquerda; a do peso do sector à direita. O peso dos sectores é apresentado a vermelho. Os valores efectivos estão representados a tracejado, e as linhas de tendência a cheio.

O PIB em medidas encadeadas de volume do INE apresenta alguns problemas de concepção e, eventualmente, de recolha de informação ou falta de independência.

Como referimos na secção anterior, o PIB petrolífero é medido em quantidades, descontando a variação relativa dos preços do petróleo quando devia apenas descontar a variação geral de preços. O PIB em quantidades não tem qualquer sentido económico; o significado do PIB é a medida do valor criado, que não depende apenas das quantidades, mas também da variação relativa de valor das produções homogéneas. A variação relativa dos preços não pode ser descontada no cálculo do PIB!

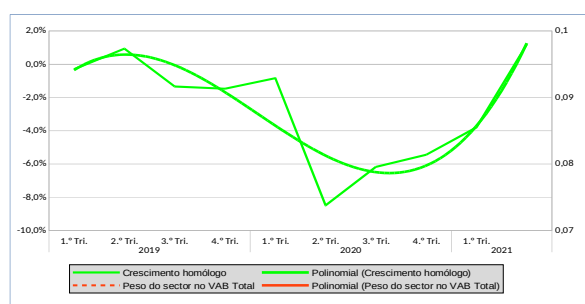
Por outro lado, o INE insiste em apresentar crescimentos para o PIB não-petrolífero quando a variação nominal do PIB é de apenas 4% e a perda de valor da moeda, medida pelo INE, é de cerca de 25% (no 2.º Trimestre). Para que a variação do PIB em volume fosse de cerca de +6%, como decorre dos números do INE, deveria ter havido deflação de cerca de 2% e não inflação de cerca de 25%!

Parece haver um grave erro no cálculo, mas, evidentemente, pode colocar-se também a hipótese do PIB nominal ou da inflação estarem mal calculados.

Nestas condições, a análise que se segue está sujeita a fortes reservas, sendo, por esta razão, o mais sucinta possível.

Tabela/Gráfico 23 — Evolução do PIB em medidas encadeadas de volume 2018–2020

Fonte: INE.



O PIB em medidas encadeadas de volume apresenta uma variação sinusoidal, quase sempre em terreno negativo, e uma variação atípica: seria de esperar uma queda brusca com a pandemia, seguida de uma recuperação mais suave, e não uma queda mais suave, do que a recuperação.

1.3.2 VALOR ACRESCENTADO BRUTO (VAB) SECTORIAL, QUADROS GERAIS

O INE apresenta, no mesmo quadro, os valores do PIB, em medidas encadeadas de volume, e dos VAB sectoriais, calculados a preços constantes¹³. Como os cálculos dos VAB e do PIB usam métodos diferentes, a soma dos VAB não é igual ao PIB. Como referimos na secção 1.1, o cálculo correcto consistiria em apurar o delator PIB aplicando-o, de seguida, ao valor nominal das várias produções homogéneas, tendo o cuidado de converter as exportações. O PIB seria a soma das produções homogéneas deflacionadas, e a perda de aditividade desapareceria.

A única coisa que faz sentido económico é usar um dos métodos matemáticos para o cálculo do índice de preços encadeado e aplicá-lo ao PIB nominal. Foi especificamente para isso que os métodos matemáticos foram deduzidos, não para calcular o PIB!

Tabela/Gráfico 24 — Variação homóloga do VAB por sectores

Variação homóloga do VAB	2019				2020				2021		Total 2019	Total 2020
	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.		
Agro-Pecuária e Silvicultura	0,8%	1,4%	1,1%	0,0%	4,0%	1,5%	4,7%	7,5%	4,8%	8,5%	-48,2%	6,6%
Pesca	6,3%	-15,7%	-29,5%	-20,7%	-11,2%	-28,7%	-21,2%	40,9%	18,5%	104,1%	-61,5%	54,9%
Indústria Transformadora	-4,2%	3,4%	-2,0%	6,0%	10,8%	-2,6%	9,1%	-0,9%	-1,9%	1,4%	-49,2%	-0,3%
Total Bens transaccionáveis	0,0%	-1,7%	-6,7%	-1,7%	3,2%	-6,0%	2,2%	9,3%	4,7%	19,7%	-51,4%	11,9%
Indústria extractiva	5,1%	2,7%	54,1%	-11,9%	-5,6%	-14,7%	-23,3%	5,0%	32,2%	-9,0%	-51,1%	12,5%
Electricidade e Água	10,0%	2,1%	3,5%	5,9%	4,0%	4,3%	2,8%	-2,9%	-0,4%	2,4%	-45,9%	1,0%
Construção	9,1%	7,0%	1,9%	1,5%	-14,0%	-26,6%	-35,6%	-41,5%	-25,1%	-1,6%	-58,2%	-14,3%
Bens	4,7%	2,5%	0,9%	-0,8%	-5,3%	-15,5%	-17,1%	-14,9%	-5,8%	8,4%	-54,2%	0,9%
Serviços	0,1%	-0,3%	4,0%	3,4%	-1,4%	-7,6%	-5,6%	1,7%	8,5%	9,5%	-52,5%	9,0%
Serviços Públicos	1,7%	3,0%	3,6%	0,9%	-0,9%	-5,7%	-6,2%	-6,8%	1,4%	5,0%	-50,8%	3,2%
Comércio	1,7%	-2,7%	4,5%	4,3%	-4,0%	2,9%	5,8%	13,5%	28,1%	14,5%	-50,9%	21,1%
Transportes e Armazenagem	-6,1%	6,9%	11,1%	24,9%	-7,7%	-62,7%	-59,6%	-13,2%	-21,4%	80,9%	-68,7%	14,1%
Correios e Telecomunicações	-7,4%	-1,5%	-0,6%	-1,1%	9,5%	0,7%	-3,0%	-16,9%	-5,2%	8,6%	-50,4%	1,5%
Intermediação Financeira e de Seguros	-8,8%	-19,2%	4,6%	-4,0%	-2,5%	2,9%	-19,7%	3,4%	-5,8%	5,5%	-57,6%	-0,1%
Serviços Imobiliários e Aluguer	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	-17,6%	-7,3%	3,1%	2,9%	3,0%	-52,6%	2,9%
Outros Serviços	-1,3%	-0,8%	2,4%	1,0%	-1,0%	-1,4%	1,3%	-2,8%	0,5%	-2,5%	-50,8%	-1,0%
VAB não petrolífero	1,9%	0,8%	2,8%	1,7%	-3,0%	-10,7%	-10,1%	-4,7%	2,9%	9,1%	-53,1%	5,9%
Extração e Refinação de Petróleo	-6,7%	-3,2%	-9,7%	-6,5%	-6,4%	-9,1%	-5,5%	-10,8%	-15,9%	-12,3%	-55,4%	-14,1%
Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos	-25,9%	-24,5%	-13,3%	-2,0%	-4,4%	3,8%	-8,8%	-3,5%	-4,0%	8,9%	-60,4%	2,6%
Imposto sobre os produtos	-30,2%	-29,4%	-33,5%	-37,2%	-8,0%	-51,6%	-40,9%	-22,9%	17,5%	4,6%	-76,0%	13,4%
Subsídios (-)	-622,4%	221,0%	97,4%	71,3%	-1652,0%	-86,1%	-97,2%	-86,3%	1093,8%	717,0%	-81,3%	826,0%
Imposto Líquidos sobre a produção	-29,1%	409,4%	209,8%	172,7%	-64,9%	-87,1%	-104,0%	-95,0%	-1567,6%	849,6%	-81,4%	1999,2%
Soma dos VAB	-1,6%	-7,4%	-5,7%	-4,1%	-4,7%	-3,2%	-2,4%	-2,3%	-9,0%	-8,5%	-53,7%	-8,7%
PIB em medidas encadeadas de volume	-0,3%	0,9%	-1,3%	-1,5%	-0,8%	-8,5%	-6,2%	-5,4%	-3,8%	1,2%	-52,7%	-1,4%
Sectores prioritários	-0,4%	-1,4%	-3,6%	-0,7%	1,7%	-4,3%	1,9%	4,8%	3,2%	11,5%	-51,2%	7,3%
"rodução Interna="oma VAB – Petróleo, extractivas e subsídios	1,1%	0,1%	0,6%	1,1%	-3,0%	-11,5%	-10,3%	-5,3%	2,3%	9,6%	-53,8%	5,8%

Fonte: INE.

¹³ Não é perfeitamente claro se o INE usa o VAB a preços constantes ou se, pelo menos para alguns sectores, as actividades contribuem para um VAB sectorial total, num cálculo semelhante ao das medidas encadeadas de volume do PIB.

Tabela/Gráfico 25 — Quadro geral do peso por sectores

Peso do VAB dos sectores	2019				2020				2021		Total 2019	Total 2020
	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.		
Agro-Pecuária e Silvicultura	7,3%	7,3%	7,1%	7,2%	7,9%	8,3%	8,3%	8,1%	8,0%	8,2%	8,1%	8,1%
Pesca	3,7%	3,4%	2,7%	2,6%	3,4%	2,7%	2,4%	3,9%	3,9%	5,1%	3,1%	4,5%
Indústria Transformadora	6,3%	6,8%	6,6%	6,9%	7,2%	7,4%	8,0%	7,2%	6,8%	6,9%	7,3%	6,9%
Total Bens transaccionáveis	17,3%	17,5%	16,4%	16,7%	18,4%	18,4%	18,7%	19,2%	18,7%	20,2%	18,4%	19,5%
Indústria extractiva	3,0%	3,1%	3,4%	2,7%	3,0%	2,9%	2,9%	2,9%	3,8%	2,4%	2,9%	3,1%
Electricidade e Água	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,6%	1,7%	1,7%	1,6%	1,5%	1,6%	1,7%	1,6%
Construção	18,3%	18,0%	17,5%	17,8%	16,3%	14,8%	12,6%	10,9%	11,8%	13,3%	15,6%	12,6%
Bens	40,2%	40,0%	38,8%	38,8%	39,2%	37,8%	35,7%	34,6%	35,9%	37,6%	38,6%	36,8%
Serviços	59,8%	60,0%	61,2%	61,2%	60,8%	62,2%	64,3%	65,4%	64,1%	62,4%	61,4%	63,2%
Serviços Públicos	12,6%	12,5%	12,5%	12,3%	12,9%	13,2%	13,0%	12,0%	12,7%	12,7%	13,0%	12,7%
Comércio	20,3%	20,0%	20,7%	21,2%	20,1%	23,0%	24,3%	25,2%	25,0%	24,2%	21,5%	24,6%
Transportes e Armazenagem	3,5%	4,5%	4,7%	4,0%	3,3%	1,9%	2,1%	3,7%	2,5%	3,1%	2,6%	2,8%
Correios e Telecomunicações	2,8%	2,8%	2,8%	3,0%	3,1%	3,2%	3,0%	2,6%	2,9%	3,1%	3,2%	3,0%
Intermediação Financeira e de Seguros	2,0%	1,9%	2,4%	2,2%	2,0%	2,2%	2,1%	2,4%	1,9%	2,1%	2,1%	2,0%
Serviços Imobiliários e Aluguer	8,7%	8,7%	8,6%	8,7%	9,3%	8,0%	8,8%	9,4%	9,3%	7,6%	8,7%	8,4%
Outros Serviços	9,9%	9,7%	9,6%	9,8%	10,1%	10,7%	10,9%	10,0%	9,9%	9,6%	10,4%	9,7%
VAB não petrolífero	65,4%	72,4%	73,1%	71,2%	66,6%	66,8%	67,4%	69,5%	75,3%	79,5%	66,7%	77,3%
Extração e Refinação de Petróleo	33,6%	36,7%	33,4%	33,7%	33,0%	34,4%	32,4%	30,7%	30,5%	33,0%	33,7%	31,7%
Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,5%	-0,4%	-0,5%
Imposto sobre os produtos	1,3%	1,3%	1,5%	1,2%	1,3%	0,7%	0,9%	1,0%	1,7%	0,8%	1,0%	1,2%
Subsídios (-)	0,0%	-10,0%	-7,6%	-5,7%	-0,5%	-1,4%	-0,2%	-0,8%	-7,1%	-12,8%	-1,0%	-9,8%
Imposto Líquidos sobre a produção	1,0%	-9,1%	-6,5%	-4,9%	0,4%	-1,2%	0,3%	-0,3%	-5,8%	-12,5%	-0,4%	-9,1%
Soma dos VAB	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
PIB em medidas encadeadas de volume / soma dos VAB-1	2,4%	12,8%	11,8%	9,5%	6,6%	6,7%	7,5%	6,0%	12,7%	18,0%	6,7%	15,3%
Sectores prioritários	27,2%	27,2%	26,1%	26,6%	28,5%	29,1%	29,5%	29,3%	28,6%	29,8%	28,8%	29,2%
“rodução Interna=”oma VAB – Petróleo, extractivas e subsídios	64,3%	71,1%	71,7%	70,1%	65,5%	65,0%	65,9%	68,0%	73,7%	77,8%	65,3%	75,7%

Fonte: INE.

Notas:

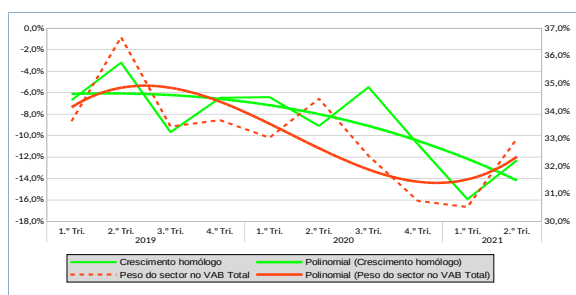
O peso dos sectores não-petrolíferos foi calculado relativamente à soma dos sectores não-petrolíferos; os do VAB não-petrolífero, do VAB petrolífero e dos impostos líquidos são referentes à soma destes três valores — soma dos VAB. Optámos por esta soma, e não pelo PIB total em medidas encadeadas de volume, para que a soma das partes pudesse corresponder ao total.

Na penúltima linha, apresenta-se a percentagem do PIB relativamente à da soma dos VAB. Este número não tem grande significado porque os VAB são calculados a preços constantes ou, pelo menos, através de um método de cálculo diferente (ver nota 13). Contudo, não deixa de ser interessante olhar para a evolução dos diferenciais em percentagem da soma dos VAB.

1.3.3 SECTOR PETROLÍFERO

Tabela/Gráfico 26 — Evolução do VAB petrolífero

Fonte: INE.



O crescimento do sector é permanentemente negativo, com a linha de tendência a descrever o ramo descendente de arco côncavo com tendência para se tornar mais acentuado e com o mínimo em cerca de -14% no 2.º Trimestre.

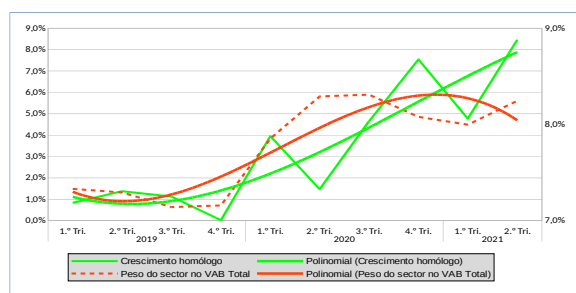
O crescimento homólogo atinge o mínimo de cerca de -15%, no 1.º Trimestre de 2020, melhorando para cerca de -12%, no 2.º Trimestre.

A linha de tendência do peso do VAB petrolífero na soma dos VAB é sinusoidal, variando entre 31% e 35%, mas iniciando uma trajectória ascendente a partir do 1.º Trimestre de 2021. O peso do sector sobe do mínimo de cerca de 31%, no 4.º Trimestre de 2020 e 1.º Trimestre de 2021, para 33%, no 2.º Trimestre.

1.3.4 AGRICULTURA

Tabela/Gráfico 27 — Evolução do VAB das actividades agrícolas

Fonte: INE.



O gráfico da agricultura (agricultura, pecuária e silvicultura) mostra, a partir de 2020, um cenário de crescimento robusto em total contraste com a evolução dos preços nos mercados, da seca e da fome!

Os dados do INE são essenciais para medirmos a vida económica, não para a contrariar.

O INE usa os dados do Ministério da Agricultura e Pescas para calcular o PIB (pelo menos a informação, em 2017, era essa, e, que tivéssemos percebido, desde então, nada mudou).

Tabela/Gráfico 28 — Produção agrícola *per capita* dos principais produtos em Kg e Cal

Produção agrícola em g e Cal per capita/dia	Totais	Cereais	Raízes	Legum.	Carnes	Peixe	Fruta
Prod em mil toneladas		3 062	11 823	607	186	400	5 579
Produção média per capita (g/dia)	1 928	273	1 053	54	17	36	497
Cal per capita /dia	2 437	403	1 316	187	49	34	447
Taxa de extracção / aproveitamento sem perdas		40%	100%	100%	100%	100%	100%
Cal 100g		370	125	347	294	96	90
Ref. Para calorias		Fuba milho	Mand. cozida	Feijão	Cabrito	Cacuso	Banana
População média em 2020 (milhões fonte INE)	30,768						

Fonte: Ministério da Agricultura e pescas

O Ministério da Agricultura e Pescas publicou as produções agrícolas da campanha de 2020/2021. Somando os dados do mesmo ministério referentes à produção de pescado em 2020, foram produzidos quase 2 Kg de alimentos por pessoa/dia, correspondentes a cerca de 2.400 Cal *per capita*/dia, sem considerar as gorduras, a importação de alimentos e as inevitáveis falhas no registo estatístico.

Com uma necessidade média *per capita* de cerca de 1.750 Cal/dia (cálculo grosseiro, considerando a pirâmide etária), devíamos estar todos obesos!

Onde está o erro? Na informação que os serviços de base prestam aos seus superiores? Na contabilização de produtos que se produzem, mas ficam a apodrecer no campo? Do ponto de vista económico, estes não constituem valor e, portanto, não podem ser considerados no VAB do sector.

Se cerca de 80% da produção é familiar, os camponeses deveriam estar fartos de tanta abundância! Como se explica, então, a fome e a má nutrição generalizadas?

Mesmo que haja uma perda considerável no consumidor (produtos que se deterioram em casa do consumidor final), é flagrante a contradição entre a informação e a vida. É absolutamente necessário rever os métodos de cálculo do INE!

Continuamos a considerar fundamental o comércio para o desenvolvimento da agricultura, em especial a agricultura tradicional. Se não houver produtos da cidade e de outras regiões que incentivem o camponês a produzir para além das necessidades imediatas de sustento da sua família, a produção comercial não vai aparecer. São, por isso, necessárias boas estradas e o incentivo a camionistas e comerciantes para que desenvolvam a sua actividade e prosperem. Só assim os camponeses tradicionais irão produzir para o mercado.

Relativamente à agricultura moderna, o principal problema é a lei de terras e o registo e titularização dos terrenos agrícolas, que impedem o aparecimento de novos operadores em número suficiente.

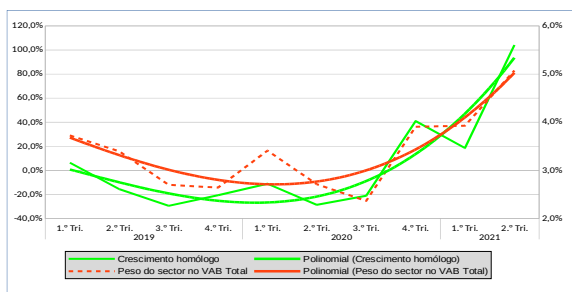
Não existem inquéritos de opinião dos operadores da agricultura. Contudo, pelo que nos apercebemos das várias intervenções nos *media*, o problema citado mais frequentemente é o crédito. Porém, parece haver também alguma dificuldade no abastecimento e no preço de sementes, adubos e outros insumos, bem como de materiais de produção (meios mecânicos, etc.) e materiais de reparação, o que tem elevado substancialmente os custos de produção. As dificuldades de transporte e comercialização são outro dos factores apontados pelos agricultores quando são entrevistados.

Em resumo, uma lei de terras facilitadora do aparecimento de novos negócios que traga mais concorrência, sistemas de crédito agrícola, estradas e operadores de logística eficientes. Tudo questões que não têm a ver directamente com a agricultura, mas que são fundamentais para o seu funcionamento.

1.3.5 PESCAS

Tabela/Gráfico 29 — Evolução do VAB das actividades pesqueiras

Fonte: INE.



Há peixe! Que ele chegue às nossas mesas!

As pescas dão um brutal salto em frente a partir do 4.º Trimestre, crescendo 40% relativamente ao mesmo período de 2019!

No 1.º Trimestre de 2021, o crescimento do sector mantém-se muito positivo (18,5%) e, no 2.º Trimestre, alcança a fabulosa marca de 104% em termos homólogos!

Há alguma consistência de dados no 4.º Trimestre, uma vez que se verifica um crescimento semelhante das exportações de pescado, de uma média de 12 milhões de USD, do 1.º Trimestre de 2019 ao 3.º Trimestre de 2020, para 54 milhões, no 4.º Trimestre, representando o crescimento das exportações mais de 17% do VAB do sector no trimestre homólogo de 2019. O problema destes números é que todos os operadores do sector (associações de pescas) e o ministério da tutela mostraram, quando questionados, total desconhecimento e surpresa com este aumento extraordinário das exportações. Enfim...

Contudo, esta consistência perde-se, no 1.º Trimestre de 2021, quando as exportações regressam aos valores “normais” entre 10 e 15 milhões de USD. Na verdade, o crescimento das exportações, no 1.º Trimestre de 2021, é substancial (20%), porém, insuficiente para influenciar decisivamente um crescimento do sector.

No 2.º Trimestre, as exportações de pescado sobem para 20 milhões de USD, o que pode ajudar a explicar parcialmente o crescimento do sector. Assumindo que o peso do sector está correcto, multiplicando-o pelo PIB nominal chegamos a um valor de 356 milhões de USD, no 2.º Trimestre de 2020 e 837 milhões, no 2.º Trimestre de 2021, o que daria um crescimento de 130%. Como é que não nos apercebemos de tanta abundância? Porque não baixaram os preços do pescado? Será que se tratou apenas de uma alteração do método estatístico? Incluíram mais operadores? É um misto de crescimento e de alteração da recolha e tratamento dos dados? Se houve alteração estatística, haveria que apresentar também o valor do VAB usando a metodologia anterior; é assim que deve ser feito.

Tal como na agricultura, também nas pescas a produção cresce mas desaparece sem chegar aos mercados, qual Okawango engolido pelas areias do deserto!

Os métodos de recolha de dados do INE têm, decididamente, de ser melhorados!

Um dos principais problemas do sector é o da definição das quotas de pesca. É urgente conhecer os *stocks* existentes, o que não é fácil de fazer. Continuando a aguardar pelos resultados da pesquisa oceanográfica do Baía Farta, insistimos para que se regularize a situação das pescas através da criação de pontos de descarga aprovados onde se contabilizam bem as capturas e preços por tipo calibre e espécie.

Para incentivar o uso destes pontos, a acção sobre as capturas excessivas deverá, inicialmente, ser persuasiva para os pequenos e médios operadores. Simultaneamente, devem aumentar as acções de patrulhamento, impedindo descargas fora dos pontos autorizados e agravando paulatinamente as consequências da desobediência, que devem ser, desde já, muito gravosas para os grandes operadores.

Que nos desculpem os especialistas do sector, mas pensamos que as quotas de pesca devem ser distribuídas aos operadores sem custos, sendo a actividade tributada, como todas as restantes, pelos seus lucros. Não percebemos porque há-de o Estado cobrar uma renda por um recurso escasso e um bem da cesta básica essencial para o equilíbrio alimentar das populações, encarecendo o produto final. Outra coisa são as frotas internacionais, que, essas sim, devem pagar as quotas de forma que se proteja a indústria nacional.

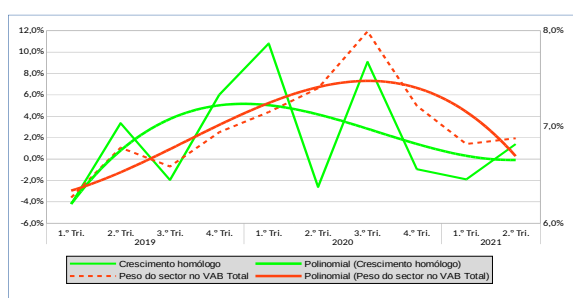
Porém, as sanções para o não cumprimento das quotas devem manter-se ou mesmo ser agravadas tendo em conta a capacidade de preservar o controlo sobre as capturas, isto é, o objectivo é o de cumprir as restrições, garantindo a sustentabilidade, e não o de se fixarem custos tão gravosos que conduzam à perda geral de controlo sobre as quantidades capturadas, fomentando o contrabando, a descarga ilegal, a corrupção dos fiscais e a outras formas de iludir as regras. Pensamos também que as actividades deliberadamente ilegais devem ver as suas sanções substancialmente agravadas.

Relativamente ao controlo no mar, defendemos um sistema baseado em embarcações rápidas sediadas nos pontos de descarga autorizados, a colaboração com os agentes do sector e a utilização dos meios de observação existentes, tanto da marinha, como da força aérea.

1.3.6 INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

Tabela/Gráfico 30 — Evolução do VAB da actividade industrial

Fonte: INE.



A trajetória do VAB mostra-se bastante errática, devendo existir problemas de transferência de dados entre trimestres.

Excluindo o 1.º Trimestre de 2019, a linha de tendência oscila entre os 0% e 6%, com o mínimo no 2.º Trimestre de 2021.

O peso do sector cresce até meados de 2020, tornando-se fortemente decrescente daí em diante.

O sentimento dos empresários cai fortemente com a pandemia, atingindo o mínimo no 3.º Trimestre de 2020, abaixo dos -40 pontos, recuperando constantemente até um pouco acima dos -20 pontos no 2.º Trimestre de 2021.

Segundo o INE: “A falta de matéria-prima, o excesso de burocracia e as dificuldades financeiras foram os principais constrangimentos no sector. A falta de energia, água e mão-de-obra especializada, também constrangeram as actividades das Indústrias Transformadoras.”

Este é o sector mais moderno e produtivo depois da indústria extractiva (incluindo petróleo). As suas dificuldades mostram bem os constrangimentos do ambiente de negócios: a influência da

redução das importações sem ter em conta a capacidade da sua substituição pela produção interna, a excessiva burocracia e problemas de tesouraria agravados pela redução da actividade com a pandemia e a falta de crédito adequado. Os custos de contexto (energia de gerador e água de cisterna) tornam a gestão da actividade muito desafiante. O nível de aprendizagem e destreza dos trabalhadores é um claro entrave ao crescimento da produtividade.

A industrialização é um objectivo estratégico porque, apresentando melhor produtividade do que outros sectores, aumenta a produtividade geral e a competitividade do país, fazendo crescer o mercado interno para os produtos da agricultura e pescas.

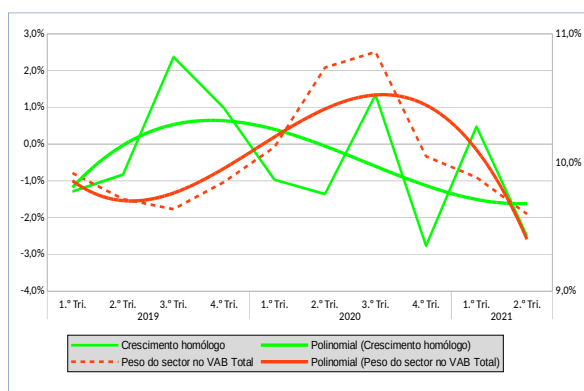
1.3.7 OUTROS SERVIÇOS

Neste sector residual, estão incluídas viagens, hotelaria e restauração, ou seja, o sector do turismo. O sector engloba uma amálgama de serviços onde se perde completamente o sentido de crescimento do sector prioritário, o turismo.

É tempo do INE autonomizar este sector prioritário!

Tabela/Gráfico 31 — Evolução do VAB do sector de Outros Serviços

Fonte: INE.



No meio da amálgama de subsectores e com a irregularidade que o sector apresenta, não é possível tirar qualquer conclusão sobre o comportamento do Turismo.

Contudo, a linha de tendência dos crescimentos, depois de uma forte contracção com a pandemia, parece estar a estabilizar à volta de -2%.

O peso do sector está a afundar-se, mas pode ser fruto da incongruência dos dados dos sectores primários.

Infelizmente, com a Covid-19, as perspectivas do turismo são muito negativas, embora se sinta alguma melhoria nas viagens e restauração interna com o alívio das medidas de confinamento e o fim da cerca sanitária, pese embora alguma confusão criada pela exigência de apresentação dos certificados de vacina nos restaurantes e locais de diversão.

O inquérito aos empresários do turismo mostra uma forte queda das expectativas com a pandemia, atingindo o mínimo de próximo de -40 no 3.º Trimestre, recuperando até ao 1.º Trimestre de 2021 e estabilizando a partir daí um pouco acima dos -20 pontos.

Segundo o INE: “A insuficiência da procura, as dificuldades financeiras e o excesso de burocracia, foram as principais dificuldades. A insuficiência da capacidade de oferta e os preços de venda demasiado elevados, também limitaram as empresas do sector.” Não se entende muito bem esta insistência dos empresários em referir os preços de venda elevados. A pergunta deve estar malfeita. O que devem querer dizer é que os preços de custo e o nível de actividade exigem níveis de preços mais elevados para sustentar os custos fixos, criando uma espiral negativa. A rigidez das nossas normas está a manter estruturas inadaptadas à situação actual do mercado, que só podem manter-se elevando os preços, criando uma espiral negativa insustentável. O Estado tem de ser capaz de perceber este problema com urgência!

Na nossa opinião os constrangimentos sanitários às entradas no país e os entraves à circulação interna (estado das estradas e preocupação com a pandemia) estão a condicionar fortemente a recuperação do turismo. Se é certo que o nosso isolamento nos poupou a muitos dos males da

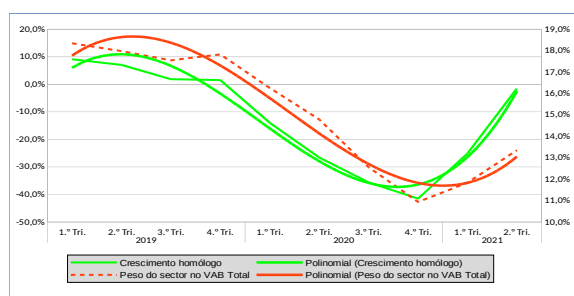
doença, foi, contudo, péssimo para a economia e o sector do turismo em especial. Na nossa opinião, o baixo nível de vacinação, a percepção das nossas condições sanitárias e da actuação das nossas autoridades e um excessivo rigor estão hoje a ser determinantes para a decadência do sector. Há que copiar os exemplos dos países africanos com um sector turístico mais forte.

A manutenção adequada dos pontos de interesse, segurança e liberdade para quem frequenta as zonas turísticas e de diversão e boa limpeza geral continuam a ser pontos fundamentais de melhoria.

1.3.8 CONSTRUÇÃO

Tabela/Gráfico 32 — Evolução do VAB do sector da construção

Fonte: INE.



Segundo o INE, os dados são baseados na produção de cimento e clínquer.

O crescimento homólogo decresce em linha recta descendente entre 8,6%, no 1.º Trimestre de 2019, e -25%, no 1.º Trimestre de 2021.

A tendência é sinusoidal, decrescendo acentuada e prolongadamente até ao 4.º Trimestre de 2020, subindo, depois, vertiginosamente, de cerca de -40%

para 0% em dois trimestres. Parece algo improvável, mas há uma explicação razoável se o peso da construção privada for muito reduzido: em véspera de eleições, o volume de construção do Estado deve estar a crescer acentuadamente.

O sentimento dos empresários baixa fortemente entre o 4.º Trimestre de 2018 e o 1.º Trimestre de 2020, estabilizando durante a pandemia em cerca de -50 pontos, crescendo, depois do 3.º Trimestre, até atingir cerca de -10 pontos no 2.º Trimestre de 2021.

“A insuficiência da procura, o nível elevado das taxas de juro e as dificuldades na obtenção de créditos bancários, foram os principais constrangimentos. A deterioração das perspectivas de venda e a falta de materiais, também constrangeram as actividades das empresas construtoras.” (INE)

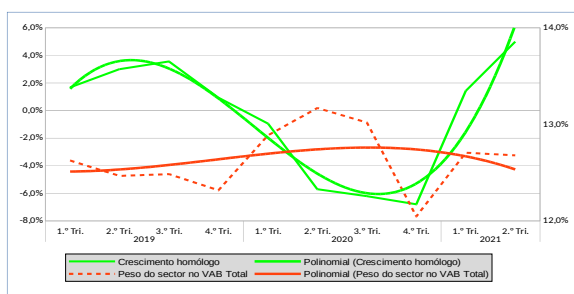
Nesta actividade, que exige forte capacidade de tesouraria, as questões relativas ao crédito são fundamentais.

Aparentemente, a actividade do sector está muito condicionada à despesa do Estado. É fundamental que se reveja a lei de terras, a atribuição de títulos de propriedade e que se incentive o aparecimento de promotores os imobiliários, tornando o monopólio estatal actual em apenas mais um concorrente. As dificuldades na obtenção de terrenos e licenças de construção têm de ser eliminadas para que esta actividade deixe de ser uma mera extensão dos serviços públicos, variando ao sabor dos gastos orçamentais e do calendário eleitoral.

1.3.9 SERVIÇOS PÚBLICOS

Tabela/Gráfico 33 — Evolução do VAB dos serviços públicos

Fonte: INE.



Os serviços públicos deveriam corresponder ao valor deflacionado das remunerações dos funcionários do Estado. Durante a pandemia, as percentagens de confinamento, que ainda se mantêm, deveriam ter sido

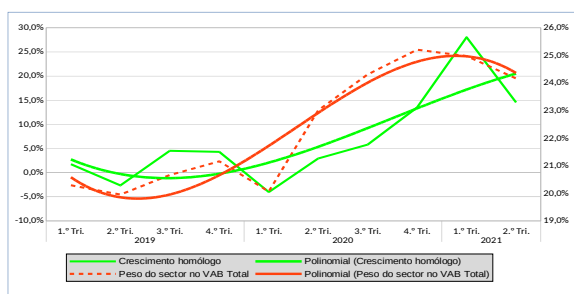
deduzidas ao VAB porque, efectivamente, o serviço não foi prestado. Portanto, o VAB deste sector não está bem calculado!

O nível de crescimento em 2021 tem sido o simétrico do de 2020, o que apresenta alguma coerência qualitativa, mas nada tem a ver com os níveis de confinamento que se verificaram. O peso do sector mantém-se estável.

1.3.10 COMÉRCIO

Tabela/Gráfico 34 — Evolução do VAB do comércio

Fonte: INE.



O mais absurdo dos crescimentos reportados pelo INE durante a pandemia ocorre no sector do comércio. Este sector, fortemente afectado pela redução da oferta e fortemente confinado, apresenta crescimentos em linha quase vertical, que se iniciam com a pandemia e crescem desmesuradamente entre o 2.º Trimestre de 2020 e o 1.º de 2021: 3%, 6%, 14% e 28%, respectivamente. No 2.º Trimestre, o crescimento mantém-se robusto, mas desce para 14,5%.

Acreditando nos dados do INE, nada beneficia mais o comércio de porta aberta do que um bom confinamento! Absurdo! Inacreditável! Inaceitável!

Segundo a última informação do INE, o PIB do sector é determinado por um índice composto pela produção agrícola, das pescas e da indústria transformadora e das importações de bens de consumo. Ora, usando os dados do INE, para a produção interna, e do BNA, para as importações, os crescimentos durante a pandemia deveriam ter sido negativos.

Contudo, existe uma coincidência entre a tendência de melhoria do sector, a partir do 1.º Trimestre de 2020, e o sentimento dos empresários, que atinge o mínimo nesse período, crescendo durante a pandemia (?!), atingindo terreno positivo a partir do 4.º Trimestre de 2020 e situando-se próximo dos 20 pontos positivos, no 2.º Trimestre de 2021. Estranho! Uma provável explicação será a redução da concorrência, nomeadamente a das duas cadeias de hipermercados objecto de recuperação de activos, cuja actividade decresceu ou mesmo paralisou, elevando as perspectivas dos restantes operadores formais.

“De acordo com os empresários, as dificuldades financeiras, excesso de burocracia e regulamentações estatais foram os principais constrangimentos. A insuficiência da procura, a ruptura de *stocks* e os preços de venda demasiado elevados, também constrangeram as empresas comerciais.” (INE)

O problema dos dados do INE pode residir no número e tipo de operadores inquiridos.

1.3.11 RESTANTE ANÁLISE POR SECTORES

Para não cansar o leitor, transferimos para o anexo a restante análise sectorial.

2 INFLAÇÃO

Em Outubro de 2019, o Executivo introduziu o IVA, e, simultaneamente, o BNA deixou desvalorizar fortemente o Kwanza para introduzir a taxa de câmbio flexível. Como resultado, os preços da generalidade dos produtos subiram fortemente. Estranhamente, o INE apresenta, em Outubro de 2019, o nível de inflação mensal mais baixo desde Junho de 2019 até hoje!

O cálculo da inflação depende, no essencial, dos ponderadores e dos preços. Como desenvolvemos nos relatórios anteriores, o problema estava, essencialmente, nos preços. O INE apresentava uma amostra de preços absolutamente chocante, cuja utilização só poderia resultar numa grave distorção da inflação.

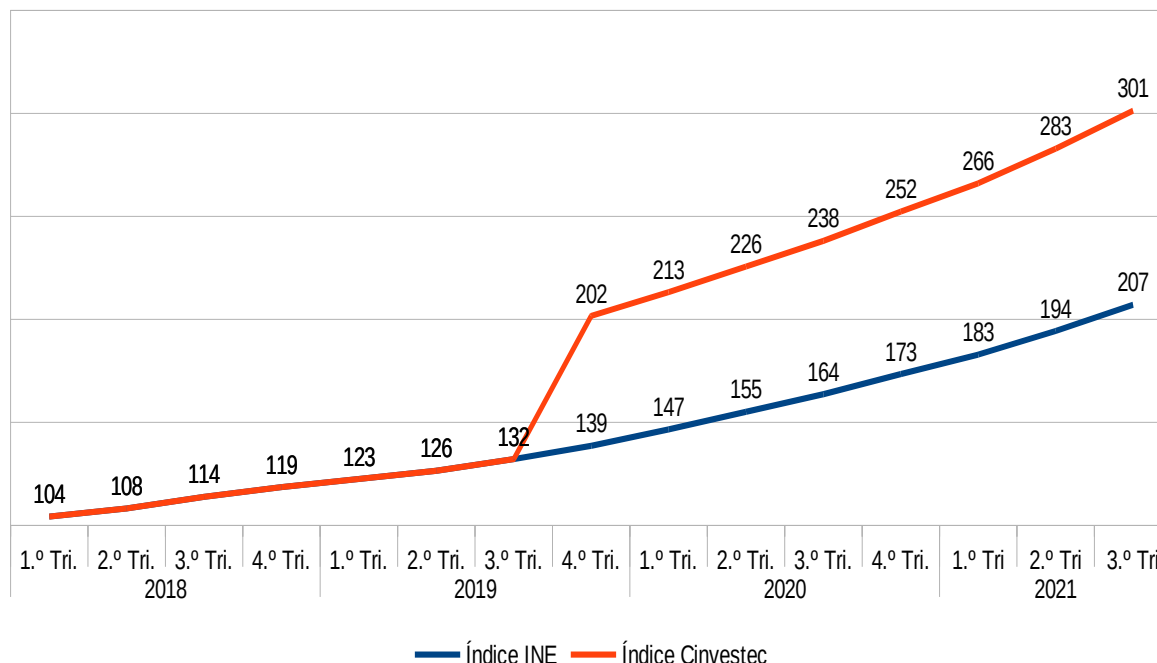
Em Janeiro de 2021, o INE corrigiu esses preços para metade, aproximando-se assim dos preços efectivos do mercado. Apesar deste erro evidente e tacitamente reconhecido, os cálculos não foram refeitos para os períodos em que o erro persistiu. Nessa conformidade, os dados da inflação do INE, pelo menos nos anos de 2018 a 2020, permanecem distorcidos!

Em Abril de 2021, a amostra de preços desapareceu das publicações do INE, impedindo que se continue a fazer a aferição dos cálculos! (!!)

Paralelamente, iniciou-se uma nova série, em Janeiro de 2021, e foram introduzidos os ponderadores actualizados, que apontam para um reforço do consumo de subsistência, com as principais alterações a serem, segundo o INE: “Alimentação e Bebidas não Alcoólicas, que passou de 43,95 para 55,67; Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis, que passou de 12,50 para 5,38; Vestuário e Calçado, que passou de 6,50 para 3,55.”

Também neste caso, a inflação anterior não foi recalculada, insistindo-se assim num duplo erro resultante do uso de preços incorrectos e de ponderadores desactualizados!

Tabela/Gráfico 35 — Comparação dos índices de inflação do INE e do CINVESTEC



Fonte: INE e estimativa do CINVESTEC.

Considerando a correcção da inflação que efectuámos em Outubro de 2019, justificada pelo completo desajustamento entre a inflação do INE e a realidade dos preços no conjunto daquele ano e a utilização comprovada de preços empolados pelo INE, obtemos os 2 índices de inflação apresentados na tabela.

Com a eliminação da publicação dos preços, existe o perigo de a inflação estar a ser novamente calculada com base em dados incorrectos!

Os nossos registos só nos permitem tirar conclusões quando a distorção é muito grande. Neste momento não sabemos se a inflação está a ser calculada correctamente!

Calculámos a evolução dos preços em Luanda, como se todos os produtos da amostra do INE tivessem apresentado exactamente o crescimento do índice acumulado de preços de Luanda até ao fim do 3.º Trimestre de 2021 com o objectivo de continuar a observar se há uma grande discrepância entre os preços calculados e os efectivos.

Tabela/Gráfico 36 — Preços actuais (Setembro), supondo um crescimento igual ao índice acumulado de inflação em Luanda, para todos os produtos da amostra do INE

Produto	Unidade	dez-20	C/ Infl. Jul	Produto	Unidade	dez-20	C/ Infl. Jul
Pão cacete	Um	60,00	71,66	Leite em pó	Lata de 227	13 100,00	15 645,33
Farinha de trigo	*	600,00	716,58	Óleo de palma	Litro	2 200,00	2 627,46
Fuba de Milho	Kg ou Lata de	500,00	597,15	Óleo de soja	Litro	1 820,00	2 173,63
Arroz Corrente	Kg	640,00	764,35	Cebola	Kg	310,00	370,23
Carne de primeira	Kg	3 950,00	4 717,49	Jimboa	Atado	192,00	229,31
Carne de segunda	Kg	2 999,00	3 581,71	Tomate	Kg	445,00	531,46
Miudezas de vaca	Monte médio	2 650,00	3 164,90	Feijão castanho	Kg	1 700,00	2 030,31
Costeleta de porco	Kg	3 250,00	3 881,48	Feijão catarino	Kg	1 000,00	1 194,30
Carne de cabrito	Pedaço médio	2 890,00	3 451,53	Feijão amarelo	Kg	1 600,00	1 910,88
Frango congelado		2 800,00	3 344,04	Batata doce	Kg	240,00	286,63
Coxas de frango	Kg	1 200,00	1 433,16	Fuba de bombom	Lt 900g	282,00	336,79
Carne seca de vaca	Kg	3 850,00	4 598,06	Açúcar branco	Kg	527,00	629,40
Peixe Cachucho	Kg	3 200,00	3 821,76	Vinho tinto	750 ml	4 500,00	5 374,35
Peixe carapau	Kg	2 999,00	3 581,71	Cerveja nacional	220 ml	170,00	203,03
Peixe espada	Kg	2 160,00	2 579,69	Cerveja importada	330 ml	375,00	447,86
Peixe carapau seco	Kg	2 750,00	3 284,33	Sabão	barra	1 620,00	1 934,77
Inflação acumulada do INE de Setembro			1,1943				

Fonte: INE.

Parece notar-se já um claro distanciamento para cima da generalidade destes preços relativamente à média dos preços efectivos em Luanda. Apesar de a evolução ser recente (apenas 9 meses), parece evidente que os preços não estão outra vez a ser bem registados ou introduzidos no sistema. A inflação parece ser bastante inferior ao valor apresentado pelo INE!

É essencial que o INE publique TODOS os dados para que a academia possa analisar e criticar, como é nosso dever. No país, a única informação reservada é a relativa a questões de segurança do Estado e Defesa. Os dados sobre os preços não estão sujeitos a qualquer reserva. Então porque o INE não os publica? Enquanto os dados não estiverem disponíveis no *site* do INE, permitindo aferir os números da inflação, iremos sempre manter alguma reserva não apenas porque os dados devam ser susceptíveis de verificação como porque a utilização de dados errados, no passado recente, reforça essa necessidade!

Infelizmente, parece que, de novo, os dados não estão certos, desta vez no sentido de um empolamento excessivo da inflação, o que pode conduzir à tomada de medidas económicas desajustadas!

Analisemos as possíveis causas de inflação em 2021.

Comparando o 3.º Trimestre de 2021 com o 4.º Trimestre de 2020:

- O M2 em moeda nacional reduziu-se 3,8%;
- A taxa de câmbio apreciou-se 8,7%.
- Não sabemos qual a oferta ao consumo no 3.º Trimestre; no 1.º Semestre, o valor *per capita*, cresceu 10% relativamente ao 4.º Trimestre de 2020.

Deveria, portanto, ter havido deflação em 2021.

De onde vem, então, a inflação?

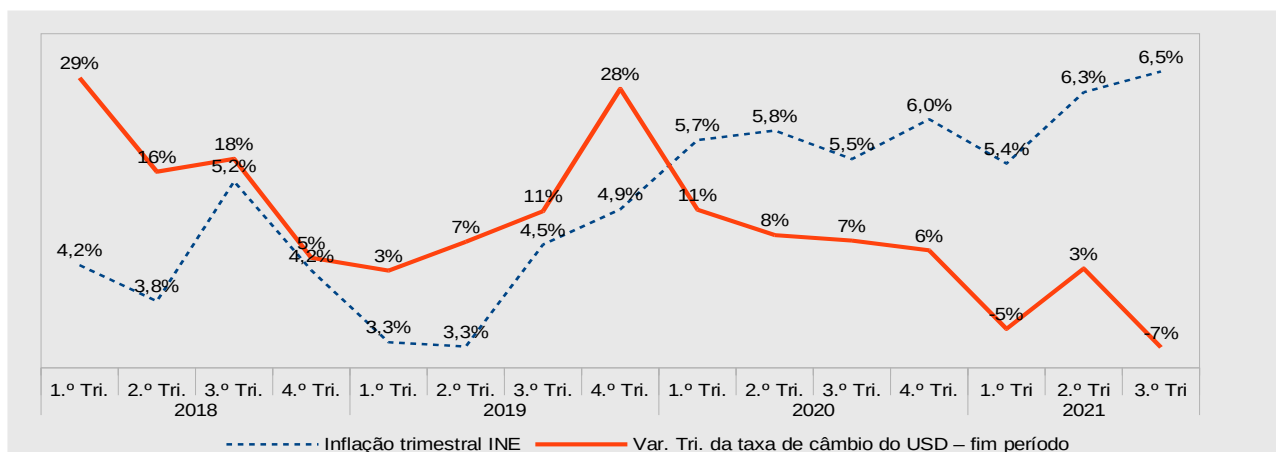
As hipóteses do efeito de substituição (alteração das preferências¹⁴ dos consumidores) e da inflação mundial já foram descartados como incapazes de explicar uma inflação superior a 5%,

Na nossa opinião, a inflação em 2021 explica-se unicamente pelo aumento das margens, o que nada tem a ver com especulação. Em economia de mercado, os preços devem ser livres, sendo a redistribuição de rendimentos feita através do apoio às famílias mais necessitadas através dos sistemas de Segurança Social. Distorcer os preços, que são um importantíssimo instrumento de regulação da produção e do consumo, só conduz a escassez, à redução da concorrência e a um aumento exponencial de preços, como temos vindo a assistir há décadas!

Provavelmente, assistimos, em 2020, a uma retracção das margens quando os empresários procuraram segurar os seus clientes face às restrições da actividade (o mesmo já aconteceu em 2018). Em 2021, as margens ajustaram-se, sobretudo porque a pressão da concorrência é cada vez menor.

Portanto, apelamos ao Executivo para que observe os resultados do passado, deixe de procurar controlar os preços e para que, ao invés, promova o aparecimento de um grande número de negócios que, pela pressão da produção e concorrência, permitam a redução da inflação.

Tabela/Gráfico 37 — Variação trimestral da inflação do INE e variação cambial trimestral



Fontes: INE e BNA.

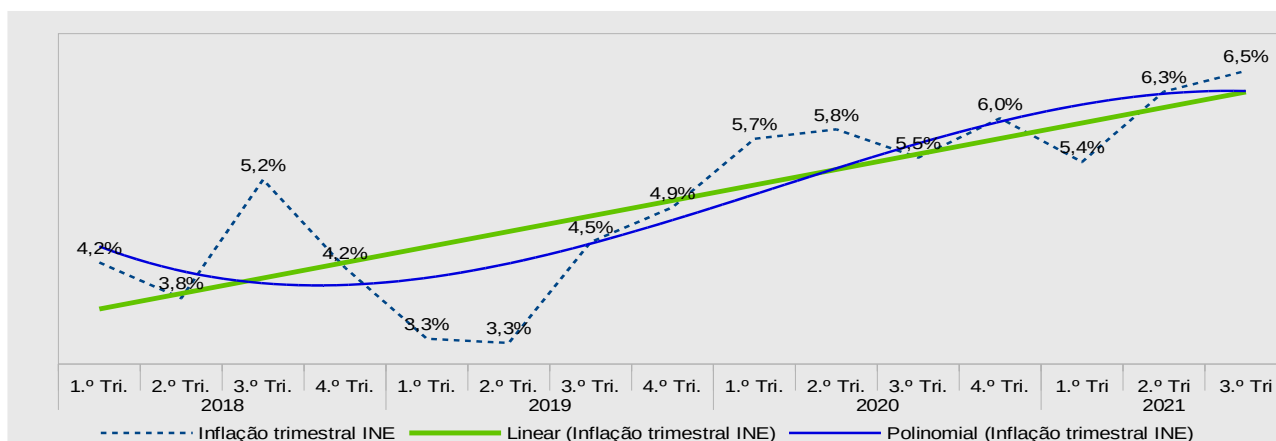
As escalas das 2 linhas são diferentes para que estas se possam ajustar melhor, observando-se a correlação.

Comparando a evolução trimestral da inflação (INE) com a taxa de variação cambial, percebe-se que, desde a introdução da taxa flexível, a correlação se perdeu completamente e que, desde há quase 2 anos, a inflação deixou de depender da depreciação cambial.

Como também dissemos, não existe qualquer correlação entre inflação e a evolução do M2 desde, pelo menos, 2017.

¹⁴ Pode chamar-se preferência ao “empurrar” do consumo para a alimentação de sobrevivência.

Tabela/Gráfico 38 — Variação trimestral da inflação do INE



Fonte: INE.

A correlação com a linha de regressão linear, em que alguns colegas têm insistido, é bastante aproximada, desde 2017. Porém, na nossa opinião, necessita de melhor rigor. Mesmo a linha polinomial de grau 3, que usamos regularmente, não revela correctamente os movimentos da curva.

Na verdade, a variação trimestral mostra uma tendência de redução durante o ano de 2018 e início de 2019, atingindo um mínimo de 3,3%, no 2.º Trimestre.

Posteriormente, temos uma subida quase linear, até se atingir o patamar médio de 5,7%, no 1.º Trimestre de 2020. Sabemos que esta linha foi distorcida nos 3.º e 4.º Trimestres, mas estes trimestres podem ser eliminados como anomalias quando estudamos a tendência. Por isso, usámos a inflação do INE, sem a nossa correcção.

Segue-se um período de estabilidade, durante todo o ano de 2020 e 1.º Trimestre de 2021, com as taxas a oscilarem à volta de 5,7%, em média, com uma linha de tendência quase horizontal; porém, no 2.º Trimestre de 2021, observa-se um salto para 6,3%, ligeiramente agravado para 6,5% no 3.º Trimestre.

Em conclusão:

A inflação está perfeitamente controlada nos seus mecanismos principais (monetário e cambial); a inflação é, hoje, o resultado exclusivo de decisões de gestão que reduziram a concorrência e a oferta.

Com as medidas administrativas e de política fiscal e monetária que foram sendo tomadas, o tecido empresarial existente colapsou, sobretudo como efeito da crise do IVA/Taxa flexível, de Outubro de 2019, reduzindo substancialmente a concorrência. Por outro lado, as medidas de protecção administrativa da produção nacional eliminaram a concorrência internacional e levaram ao abandono de muitos importadores. Para culminar, os processos de recuperação de activos não tiveram o cuidado suficiente de proteger o valor dos bens “confiscados”¹⁵ e eliminaram o papel de duas importantes cadeias comerciais na fixação de fasquias para os preços dos produtos de grande consumo. Fomos chamando à atenção para esta consequência nos diversos relatórios que publicámos. Sem negócios, sem uma profusão de negócios, não há concorrência; e, sem concorrência, não há limite para a inflação!

A agravar a situação, tivemos a cerca sanitária a Luanda, que elevou os valores da inflação nesta Província, demonstrando que a escassez de produtos é factor fundamental da subida de preços!

¹⁵ Não sabemos exactamente qual o instituto jurídico aplicável.

As actuais medidas de alívio das restrições administrativas às importações, de anulação das taxas aduaneiras e de valorização cambial terão algum efeito nas margens e, conseqüentemente, com algum lapso temporal, na inflação.

Porém, a anulação das taxas aduaneiras e a valorização cambial actual do Kwanza terão efeitos muito nefastos, a prazo (após as eleições)!

A produção nacional necessita de protecção. Tornar mais baratos os produtos externos só irá tornar a produção interna menos competitiva. Como vimos no capítulo 1, sobre o PIB, a produção interna de bens finais tem vindo a decrescer ainda mais do que as importações condicionadas administrativamente. Tornar os produtos externos mais baratos só irá reduzir ainda mais a competitividade interna da nossa produção!

Neste momento, temos um grande excedente de reservas em moeda estrangeira no sistema bancário. Porém, com a redução prevista da produção, como se analisou no capítulo anterior, estas reservas serão repostas a níveis cada vez menores, tendendo a desaparecer a prazo. Se o BNA não interferir no mercado para manter as taxas de câmbio, absorvendo os excedentes cambiais para futura utilização, a depreciação do Kwanza a médio prazo não poderá ser retardada.

Isto significa que, num futuro relativamente próximo, produziremos cada vez menos e não teremos mais nada para vender ao exterior, cenário agravado pelo facto de a nossa principal exportação apresentar um forte declínio das quantidades. As reservas em moeda externa irão esgotar-se, e teremos novamente uma inflação determinada pela desvalorização.

É crucial aproveitar a situação actual para aumentar a produção e a concorrência, não para a diminuir. A inflação resulta, hoje, exclusivamente, da redução da “produção interna” e da concorrência. O combate sustentável à inflação só pode ser travado através do ambiente de negócios e de um foco total do Governo e da Sociedade no aparecimento de novos negócios.

Conseqüentemente:

— Não parece advir qualquer perigo da componente monetária; antes pelo contrário, se o M2 se expandir por via do crédito à produção, deve haver um efeito positivo líquido, com a oferta a aumentar mais do que a procura, reduzindo o actual desequilíbrio.

— Para além da componente do crédito, deve aumentar-se a concorrência através da melhoria geral do ambiente de negócios.

— O BNA deve manter a estabilidade cambial, criando reservas que lhe permitam prolongá-la à medida que a produção petrolífera declina; aliviar momentaneamente a inflação não serve para absolutamente nada, porque a pressão criada para a suster de forma artificial só a fará disparar no futuro.

— Se os problemas de oferta e de concorrência não forem minimizados, o BNA ficará sem armas para combater a depreciação.

— A protecção à indústria nacional deve fazer-se através de uma pauta aduaneira regressiva, aumentando a pressão concorrencial sobre as margens, permitindo que a importação fixe limites aos preços internos e impedindo-os de ultrapassar os limites de razoabilidade fixados nas taxas aduaneiras.

— É necessário abrir o investimento no comércio interno e de importação a todos os operadores, sem limitações administrativas desnecessárias, antes pelo contrário, incentivando a sua multiplicação.

— É necessário também resolver urgentemente as questões operacionais dos activos recuperados, com especial destaque para as duas grandes cadeias de hipermercados.



— É, também, absolutamente essencial que os dados sejam os correctos: é fundamental que os preços recolhidos pelo INE sejam publicados!

3 ESFERA EXTERNA — BALANÇA DE PAGAMENTOS (BP)

3.1 VISÃO GERAL

Tabela/Gráfico 39 — Balança de Pagamentos

Balança de Pagamentos na perspectiva das Reservas Brutas	Trimestral 2019				Trimestral 2020				Trimestral 2021		1.º Sem. 2019	1.º Sem 2020	1.º Sem 2021
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri			
Conta corrente	18	1 883	1 462	1 774	1 148	-1 271	553	442	2 016	1 725	1 902	-123	3 740
Conta de capital	2	0	0	0	1	0	0	0	1	1	2	1	1
Conta financeira	1 056	-1 738	-3 197	660	-511	9	-99	-2 188	-843	-1 933	-682	-503	-2 776
Reservas Brutas	-397	-19	-340	1 745	-1 158	-713	-177	-741	291	-60	-416	-1 871	231
Erros e omissões líquidos	-1 474	-165	1 396	-689	-1 795	548	-631	1 005	-882	148	-1 639	-1 246	-734

Fonte: BNA.

No final do 1.º Trimestre de 2021, a conta-corrente é positiva, devido ao crescimento das exportações de petróleo, e a conta financeira negativa, em resultado do aumento do crédito concedido a clientes, parcialmente compensado pelo crédito comercial obtido e pela redução do IDE estrangeiro e dos empréstimos estrangeiros. Como nota negativa, em termos de controlo estatístico por parte do BNA, continua a verificar-se um valor absurdo em erros e omissões, que, embora se tenha reduzido cerca de 50% da média de 2019 e 2020, continua a corresponder a quase 20% da conta-corrente e 26% da conta financeira.

Insistimos que este nível de discrepâncias pode esconder desvios de fundos para o exterior, alertando para a necessidade de o BNA melhorar a eficácia dos seus registos.

3.2 BALANÇA CORRENTE E DE CAPITAL

Tabela/Gráfico 40 — Balança real

Conta Corrente (milhões de USD)	Trimestral 2019				Trimestral 2020				Trimestral 2021		1.º Sem. 2019	1.º Sem 2020	1.º Sem 2021	21/20	21/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri					
Conta Corrente	18	1 883	1 462	1 774	1 148	-1 271	553	442	2 016	1 725	1 902	-123	3 740	-3141%	97%
Bens e Serviços	1 906	4 242	2 944	3 789	2 492	24	1 620	1 722	3 082	3 300	6 148	2 517	6 383	154%	4%
Exportações, f.o.b	8 876	9 353	8 211	8 740	6 530	3 468	5 224	5 782	6 950	7 799	18 229	9 998	14 749	48%	-19%
Importações, f.o.b	6 970	5 111	5 267	4 951	4 038	3 444	3 604	4 060	3 868	4 498	12 081	7 482	8 366	12%	-31%
Transferências de rendimentos	-1 887	-2 359	-1 483	-2 015	-1 344	-1 295	-1 067	-1 281	-1 066	-1 576	-4 246	-2 640	-2 642	0%	-38%
Rendimento primário líquido	-1 803	-2 307	-1 421	-1 985	-1 302	-1 258	-1 059	-1 305	-1 063	-1 569	-4 110	-2 560	-2 633	3%	-36%
Rendimento secundário líquido	-84	-52	-61	-30	-42	-37	-8	25	-3	-6	-136	-79	-10	-88%	-93%
Conta de Capital	2	0	0	0	1	0	0	0	1	1	2	1	1	76%	-34%

Fonte: BNA.

No semestre, a conta-corrente passa de um valor ligeiramente negativo para 3,7 mil milhões de USD positivos.

A conta de bens e serviços cresce 154% relativamente a 2020, impulsionada pelas exportações, e 4% relativamente a 2019, em resultado da redução das importações.

As exportações crescem 48% relativamente a 2020, mas mantêm-se inferiores a 2019 (-19%). Como iremos verificar, o preço do crude explica a diferença para 2020 e a redução das quantidades a diferença para 2019.

As importações de bens e serviços crescem 12% relativamente a 2020, mas situam-se 31% abaixo do valor de 2019.

O valor das transferências de rendimentos mantém-se praticamente igual ao de 2020, mas 38% abaixo do de 2019.

Os rendimentos primários dominam as transferências, com um crescimento de 3% face a 2020, mas uma redução de 36% face a 2019. Sendo valores negativos, -2,6 mil milhões de USD, esta redução é positiva.

Os rendimentos secundários tornam-se completamente insignificantes (-10 milhões de USD).

A chamada conta de Capital, que o BNA insiste em manter, tem ainda menos materialidade, apenas 636 mil USD. Não vemos qualquer razão para manter esta rubrica, que deveria ser incluída em rendimentos secundários.

3.2.1 BALANÇA DE BENS E SERVIÇOS

Tabela/Gráfico 41 — Balança de bens e serviços

Balança de Bens e Serviços c/ correcção das aeronaves e embarcações no 1.º Tri. 2019 [Milhões de USD]	Trimestral 2019				Trimestral 2020				Trimestral 2021		1.º Sem. 2019	1.º Sem 2020	1.º Sem 2021	21/20	21/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri					
Bens e Serviços	3 405	4 242	2 944	3 789	2 492	24	1 620	1 722	3 082	3 300	7 647	2 517	6 383	154%	-17%
Exportações	8 876	9 353	8 211	8 740	6 530	3 468	5 224	5 782	6 950	7 799	18 229	9 998	14 749	48%	-19%
Bens	8 716	9 200	8 141	8 669	6 513	3 457	5 201	5 767	6 935	7 784	17 915	9 970	14 719	48%	-18%
Serviços	161	153	70	70	17	12	23	15	16	14	314	29	30	5%	-90%
Importações	5 471	5 111	5 267	4 951	4 038	3 444	3 604	4 060	3 868	4 498	10 582	7 482	8 366	12%	-21%
Bens – c/ correcç. Aeron. e embarc. No 1.º T 1	3 207	3 126	3 208	3 086	2 451	2 103	2 363	2 626	2 502	2 834	6 334	4 554	5 336	17%	-16%
Serviços	2 264	1 984	2 059	1 865	1 586	1 341	1 242	1 433	1 366	1 664	4 248	2 928	3 030	4%	-29%

Fonte: BNA.

No 1.º Trimestre de 2019, foi importado um valor excepcional de 1.500 milhões de USD na rubrica “aeronaves e embarcações”. Considerar esta operação excepcional distorce a lógica da evolução das importações, nomeadamente apresentando uma tendência de redução pouco coerente e dando a entender que houve um enorme abandono do investimento. Portanto, embora os dados que apresentamos não sejam os valores efectivos, pensamos que mostram melhor a tendência, que é o indicador que privilegiamos.

Os valores gerais desta conta já foram analisados, servindo este quadro para mostrar como o crescimento das exportações e importações se distribui pelas rubricas de bens e serviços.

As exportações de bens crescem 48%, enquanto as exportações de serviços crescem, apenas, 5% face ao 1.º Semestre de 2020; relativamente ao período homólogo de 2019, as exportações de bens decrescem 18%, e as exportações de serviços praticamente desaparecem (-90%).

As importações de bens crescem 17%, enquanto as importações de serviços crescem, apenas, 4% face ao 1.º Semestre de 2020; relativamente ao período homólogo de 2019, as importações de bens, após a correcção feita em 2019, decrescem 16%, e as importações de serviços -29%.

3.2.1.1 EXPORTAÇÕES

Tabela/Gráfico 42 — Exportações por categoria de produto

Exportações de bens e serviços (milhões de USD)	Trimestral 2019				Trimestral 2020				Trimestral 2021		1.º Sem. 2019	1.º Sem 2020	1.º Sem 2021	21/20	21/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri					
Total petróleo e Diamantes	8 676	9 173	8 102	8 630	6 486	3 435	5 163	5 570	6 871	7 736	17 849	9 921	14 608	47%	-18%
Exportações petrolíferas	8 288	8 956	7 826	8 294	6 184	3 301	5 066	5 033	6 585	7 387	17 244	9 485	13 972	47%	-19%
Diamantes	388	216	275	335	302	134	97	537	286	349	604	436	636	46%	5%
Outras exportações de bens e serviços	200	180	110	110	44	33	61	212	79	62	380	77	141	83%	-63%
TOTAL	8 876	9 353	8 211	8 740	6 530	3 468	5 224	5 782	6 950	7 799	18 229	9 998	14 749	48%	-19%

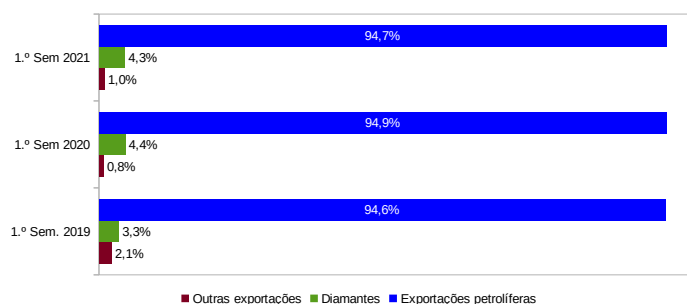
Fonte: BNA.

As exportações totais crescem 48%, de 10 mil milhões para 14 mil milhões de USD; contudo, ficam 19% abaixo do valor do 1.º Semestre de 2019.

As exportações de petróleo e diamantes crescem ambas um pouco mais de 45%; contudo, relativamente a 2019, as exportações de petróleo reduzem-se 19%, e as de diamantes crescem 5%, ou seja, as exportações de diamantes são fortemente afectadas pela pandemia, mas menos do que as petrolíferas. Assistindo-se em ambos os casos a uma recuperação, as exportações diamantíferas recuperam face a 2019, enquanto as petrolíferas, afectadas pela contínua redução da produção, não conseguem regressar aos valores de 2019.

As restantes exportações são fortemente afectadas pela pandemia, passando, nos respectivos 1.º Semestres, de 380 para 77 milhões de USD. Em 2021, recuperam para 141 milhões (+83%) face a 2020, mas decrescem 63% face a 2019!

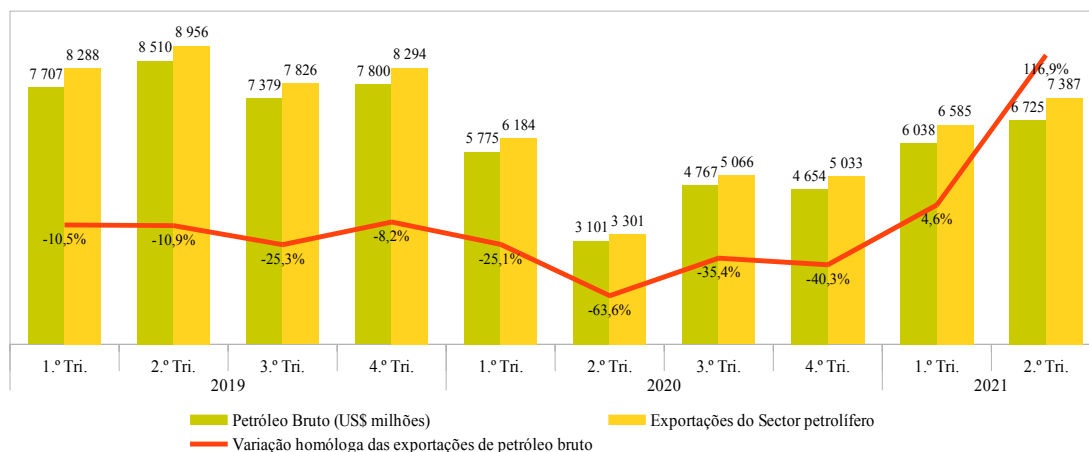
Tabela/Gráfico 43 — Estrutura das exportações por categoria de produto



Fonte: BNA.

As exportações petrolíferas representam entre 94,6% e 94,9%, situando-se em 94,7% em 2021; as diamantíferas entre 3,3% e 4,4%, situando-se em 4,3% em 2021; e todas as restantes entre 0,8% e 2,1%, situando-se em 1,0% em 2021!

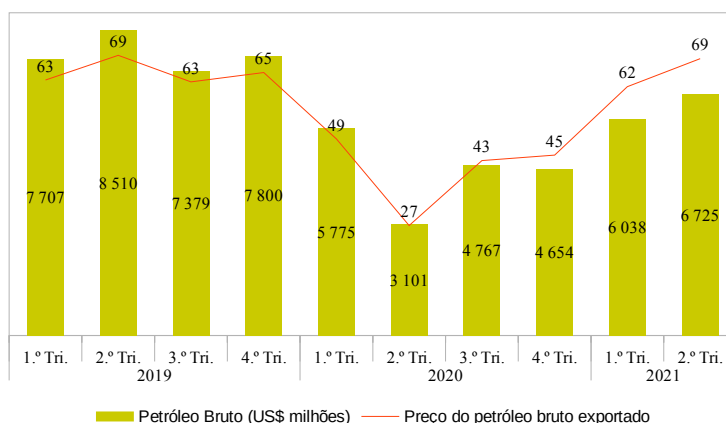
Tabela/Gráfico 44 — Evolução das exportações petrolíferas



Fonte: BNA.

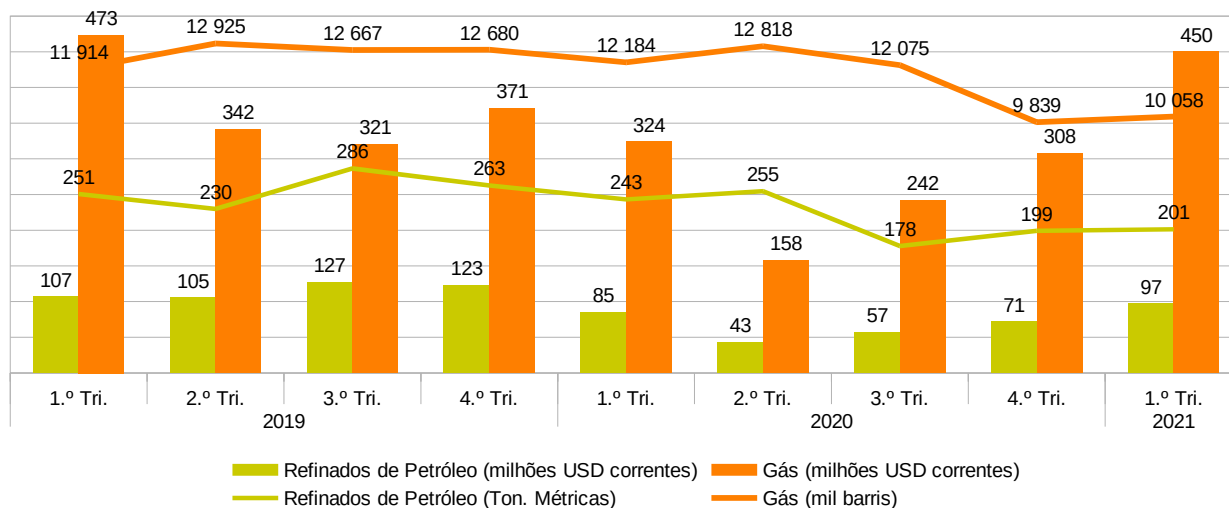
As exportações de petróleo bruto representam a quase totalidade das exportações petrolíferas

O crescimento foi negativo, com a tendência perto de -10%, durante o ano de 2019; em 2020, fruto da pandemia, as exportações baixam 25% no 1.º Trimestre, atingindo o mínimo (-64%) no 2.º Trimestre e crescendo a partir dessa altura, atingindo valores positivos no 1.º Trimestre de 2021. No 2.º Trimestre, o crescimento atinge 117%.

Tabela/Gráfico 45 — Exportações de petróleo bruto em volume e preço


Fonte: BNA.

Observa-se alguma correlação entre os preços e o valor das exportações até ao 3.º Trimestre de 2020. A partir desse momento, é nítido que são os preços, não as quantidades, a determinar o crescimento das exportações.

Tabela/Gráfico 46 — Variação das exportações do sector petrolífero excepto petróleo bruto


Fonte: BNA.

O subsector do gás ocupa o 2.º lugar nas exportações totais, com valores (barra laranja) a aproximarem-se dos 400 milhões por trimestre, ligeiramente acima dos diamantes, e com 2 picos acima dos 450 milhões.

A evolução das quantidades (linha laranja) é muito estável até ao 3.º Trimestre de 2020, declinando aceleradamente desde essa altura.

A redução dos preços determina o declínio em valor, que flutua entre 320 e 370 milhões de USD até à pandemia.

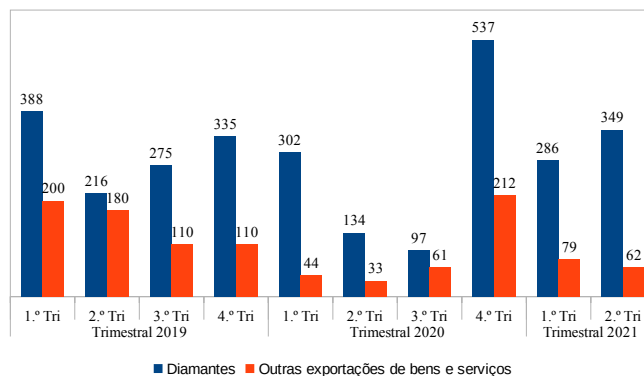
Após a queda abrupta dos preços com a pandemia, no 2.º Trimestre de 2020, este subsector cresce continuamente, quase em linha recta, alcançando quase o nível do 1.º Trimestre de 2019.

As quantidades mantêm-se estáveis, desde o início da série, no patamar de 12 milhões de barris, descendo para o patamar de 10 milhões de barris, a partir do 4.º Trimestre de 2020.

Agora que o preço está a subir aceleradamente, as quantidades estão a decrescer!!

Os refinados são o nosso quarto produto de exportação, depois dos diamantes e a uma distância considerável destes. Os refinados de petróleo nunca recuperam da quebra que ocorreu no 1.º Trimestre de 2020. Na verdade, após o mínimo de 43 milhões de USD, no 2.º Trimestre de 2020, as exportações crescem, mas sem alcançarem o nível de 2019. As quantidades mantêm-se no patamar das 255 toneladas métricas até ao 2.º Trimestre de 2020, baixando, depois, significativamente, para valores entre as 170 e 200 toneladas métricas, parecendo querer estabilizar neste ponto.

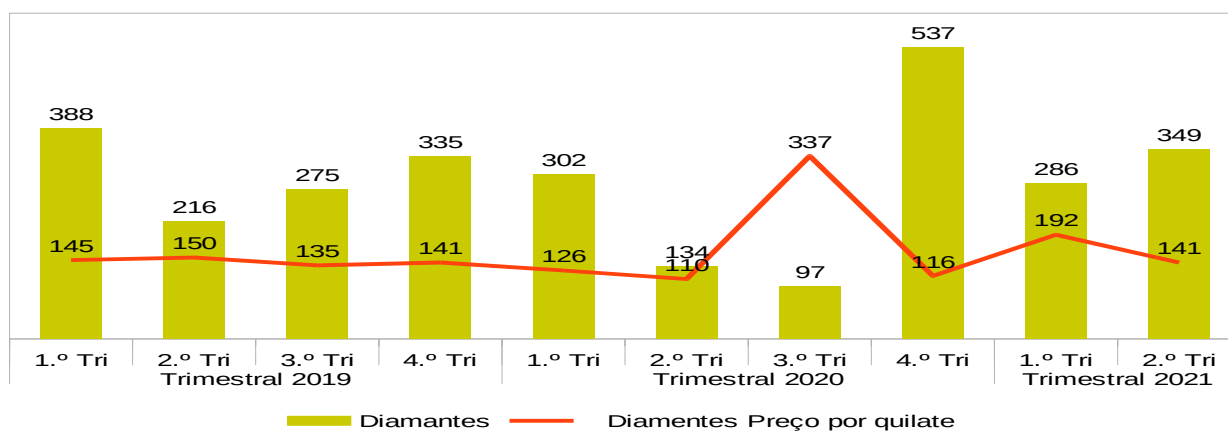
Tabela/Gráfico 47 — Variação das exportações não-petrolíferas



Fonte: BNA.

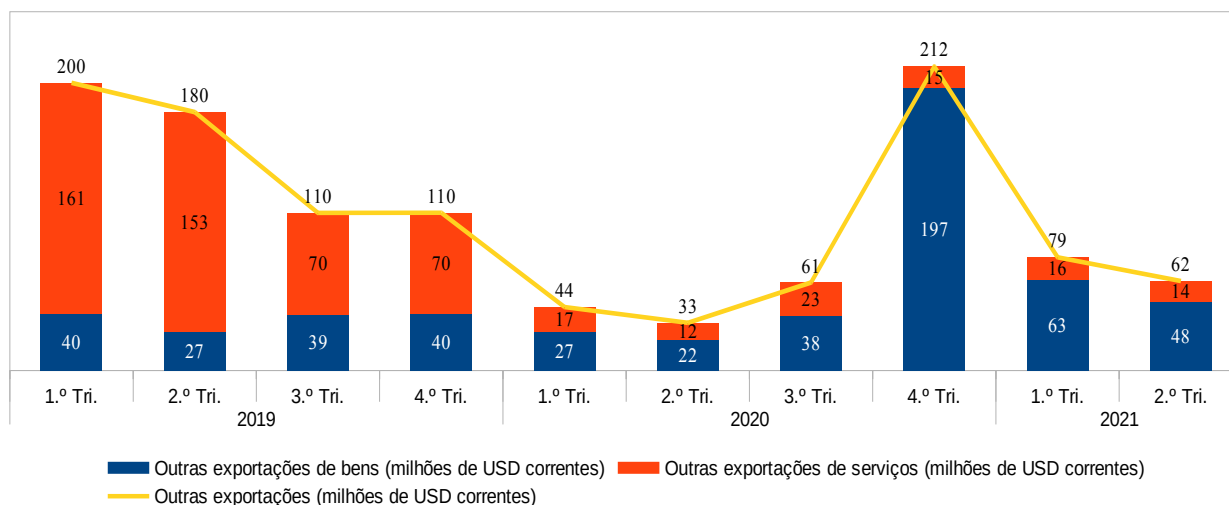
Quando excluimos o sector petrolífero, torna-se imediatamente preponderante o peso do sector diamantífero, mostrando que as exportações continuam pouco diversificadas.

Tabela/Gráfico 48 — Evolução do preço e da quantidade (milhões de quilates) de exportação de diamantes



Fonte: BNA.

Eliminando os picos excepcionais do 1.º Trimestre de 2019 e do 4.º Trimestre de 2020 e os mínimos verificados no auge da pandemia, as exportações mostram grande estabilidade, em torno de 300 milhões de USD. As quantidades determinam a variação das exportações. Os preços mostram alguma estabilidade, alcançando um valor médio de 142 USD e 125 USD por quilate, em 2019 e 2020, respectivamente, alcançando 160 USD por quilate, no 1.º Semestre de 2021. O pico de 337 USD por quilate no 3.º Trimestre de 2020 resulta do reduzido volume de vendas, com a qualidade das pedras a ganhar relevância.

Tabela/Gráfico 49 — Exportações de bens e serviços com excepção dos sectores petrolífero e diamantífero


Fonte: BNA.

As outras exportações caem sucessivamente de 200 milhões para 33 milhões de USD, entre o 1.º Trimestre de 2019 e o 2.º Trimestre de 2020, para depois subirem para cerca de 60 milhões. Pelo meio temos um valor verdadeiramente excepcional de 212 milhões de USD no 4.º Trimestre de 2020 e de 79 milhões no 1.º Trimestre.

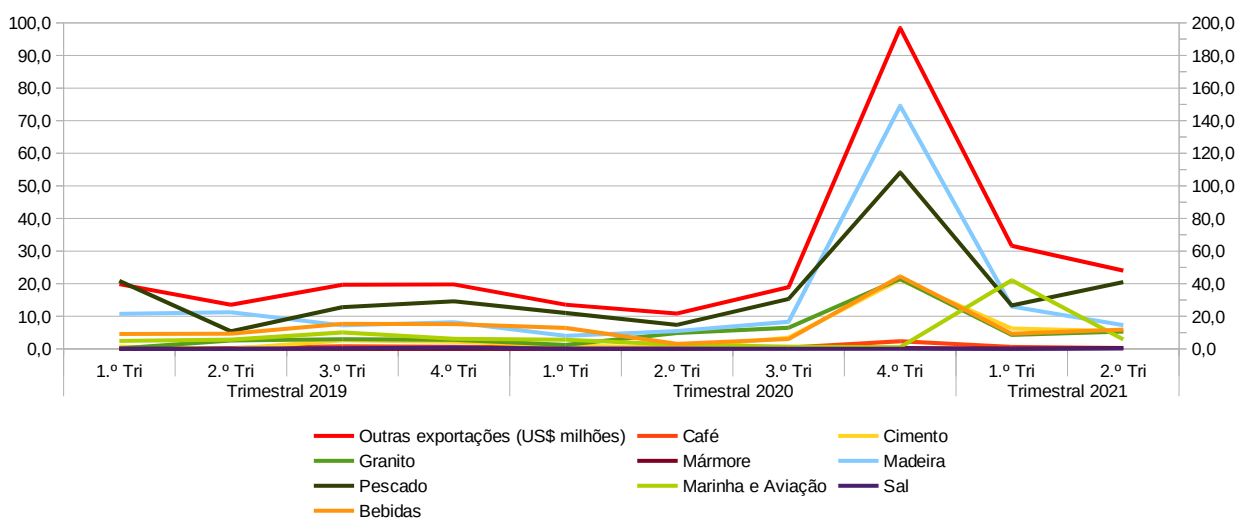
Todas as explicações solicitadas para estes dois valores excepcionais foram infrutíferas, restando-nos a hipótese de concentração das exportações no 4.º Trimestre, aguardando por melhores preços, o que certamente aconteceu nos diamantes, mas seria um feito excepcional se tivesse acontecido com a generalidade dos produtos.

A redução das exportações foi determinada pela queda dos valores das exportações de serviços (maioritariamente viagens) que se acomodam no patamar ínfimo de 15 milhões de USD, desde o início da pandemia. As viagens, que chegaram a situar-se no *top 5* das exportações totais, foram reduzidas à expressão mais simples não só com a pandemia mas sobretudo com os problemas da TAAG.

As exportações de outros bens mantêm-se no patamar dos 40 milhões desde o início da série até ao 3.º Trimestre de 2020, com mínimos no 2.º Trimestre de 2019 e nos dois primeiros trimestres de 2020.

No 4.º Trimestre de 2020 há um crescimento explosivo de 38 para 197 milhões nas exportações de bens, sobretudo em cimento, granito, madeira, pescado e bebidas.

No 1.º Trimestre, quase todos estes valores regressam ao “normal”, com as exportações de madeira e pescado a manterem-se nos seus patamares mais elevados, mas sem afectar significativamente o crescimento geral. Contudo, neste trimestre, aparece um número excepcional de marinha e aviação (!) para o qual não conseguimos explicação.

Tabela/Gráfico 50 — Outras exportações de bens


Fonte: BNA.

Embora sem expressão no conjunto, as exportações de outros bens (linha vermelha em cima – escala secundária à direita) apresentam uma tendência crescente muito ligeira, passando de uma oscilação entre 20 e 40 milhões, até ao 3.º Trimestre de 2020, para cerca de 50 milhões, no 2.º Trimestre de 2021. Pelo meio temos duas anomalias muito estranhas no 4.º Trimestre de 2020 e no 1.º Trimestre de 2021. Na verdade, todas as exportações que crescem no 4.º Trimestre regressam aos seus valores “normais” no 2.º Trimestre de 2021, com excepção do pescado.

No 4.º Trimestre de 2020, cimento e granito exportam 21 milhões cada, para, logo de seguida, os valores do granito voltarem ao que era habitual e os cimentos, passarem para os 6 milhões, ainda assim muito superiores à média de 1,2 milhões anterior ao 3.º Trimestre. Se temos capacidade excessiva de produção de cimento, porque não colocamos as fábricas a produzir na máxima capacidade e exportamos? O que aconteceu para que a capacidade de exportação do 4.º Trimestre não se mantivesse?

As madeiras sobem de uma média de 8 milhões para 75 milhões e, depois, caem sucessivamente para 13 milhões, no 1.º Trimestre, e para 7 milhões, no 2.º Trimestre. Como se explica essa singularidade no 4.º Trimestre?

As bebidas sobem de 5 milhões para 22 milhões, no 4.º Trimestre de 2020, e regressam aos 5 milhões sem qualquer explicação.

Finalmente, “marinha e aviação” é responsável pelo crescimento no 1.º Trimestre de 2021, passando de uma média de 2 milhões para 21 milhões. Devia ser esclarecido!

O pescado sobe de uma média de 12,5 milhões para 54 milhões, no 4.º Trimestre de 2020, para logo regressar aos valores habituais, mas volta a crescer no 2.º Trimestre para 20 milhões. O estranho é as associações de pesca e o ministério parecerem surpreendidos com estes números. Precisamos de perceber o que se está a passar e se este único desenvolvimento muito positivo das outras exportações de bens é sustentável ou efêmero.

Gostaríamos de que o Executivo se preocupasse em comentar estes números misteriosos, até porque o crescimento consistente das outras exportações será determinante para o futuro.

Resta ainda dizer que os números do BNA são muito diferentes dos da AGT, que inclui em exportações o repatriamento de máquinas e equipamentos enviados para fora do país no quadro do desinvestimento petrolífero, sendo, portanto, saídas líquidas de fundos porque não há qualquer

contrapartida monetária. Claro que se justifica o posicionamento da AGT para quem obviamente apenas se interessa pela perspectiva de cobrança dos impostos aduaneiros.

As exportações de Serviços caem de 160 milhões para o patamar de 70 milhões nos 3.º e 4.º Trimestres de 2019, tornando-se absolutamente irrelevantes com a pandemia (média de 16 milhões trimestrais sem qualquer sinal de melhoria). Esta queda deve-se ao facto de o nosso principal serviço exportado, viagens, ter caído de 143 milhões, no 1.º Trimestre de 2019, para 5 milhões, no 2.º Trimestre de 2021, não apenas como resultado da pandemia mas também devido aos problemas da TAAG, como demonstraremos de seguida.

3.2.1.2 IMPORTAÇÕES

Tabela/Gráfico 51 — Importações de produtos e serviços, eliminando a aquisição de aeronaves e embarcações em 2019

Importações em valor (milhões de USD) – corrigindo aeronaves e embarcações no 1.º Tri de 2019	Trimestral 2019				Trimestral 2020				Trimestral 2021		1.º Sem. 2019	1.º Sem 2020	1.º Sem 2021	21/20	21/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri					
Bens de consumo corrente	1 946	2 072	2 070	1 943	1 529	1 292	1 433	1 612	1 478	1 769	4 018	2 821	3 248	15%	-19%
Bens de consumo intermédio	423	385	406	394	332	303	313	346	337	406	808	635	742	17%	-8%
Bens de capital	837	669	732	750	590	508	617	667	687	659	1 507	1 098	1 346	23%	-11%
Serviços às petrolíferas	470	463	462	388	352	402	248	248	153	344	933	754	498	-34%	-47%
Outros serviços	1 794	1 522	1 597	1 477	1 234	939	993	1 185	1 213	1 319	3 315	2 173	2 533	17%	-24%
TOTAL	5 470	5 111	5 267	4 951	4 038	3 444	3 604	4 060	3 868	4 498	10 581	7 482	8 366	12%	-21%

Fonte: BNA.

Excluimos 1.499 mil milhões referentes à importação extraordinária de aeronaves e embarcações, no 1.º Trimestre de 2019, que distorce a evolução e estrutura das importações e poderia conduzir à ideia errada de que existiu uma fortíssima redução na importação de bens de investimento.

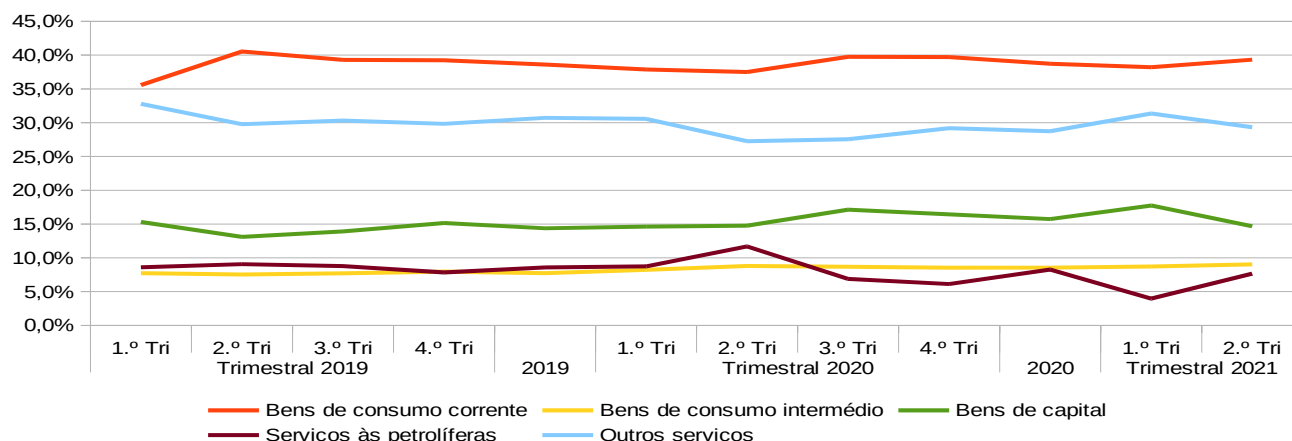
As importações de bens e serviços crescem 12% relativamente a 2020, mas caem 21% relativamente a 2019.

A importação de bens de consumo corrente cresce 15%, embora se mantenha 19% abaixo do nível de 2019. Em termos relativos, a oferta importada cresceu, o que significa que é a redução da “produção interna” que está a determinar a inflação em 2021 e não a redução das importações.

Os bens de consumo intermédio crescem +17%, relativamente a 2020, e -8%, relativamente a 2019, o que demonstra alguma preocupação com o abastecimento de matérias-primas à produção nacional, embora não completamente eficiente.

Os bens de investimento crescem 23%, relativamente a 2020, e -11%, relativamente a 2019, o que mostra a enorme queda no investimento durante a pandemia, ainda não totalmente recuperada.

Os serviços às petrolíferas caem 34% e 47%, relativamente a 2020 e 2019, respectivamente. Contudo, parte significativa desta queda, em 2021, resulta do valor do 1.º Trimestre.

Tabela/Gráfico 52 — Estrutura das importações, eliminando a aquisição de aeronaves e embarcações 2019


Fonte: BNA.

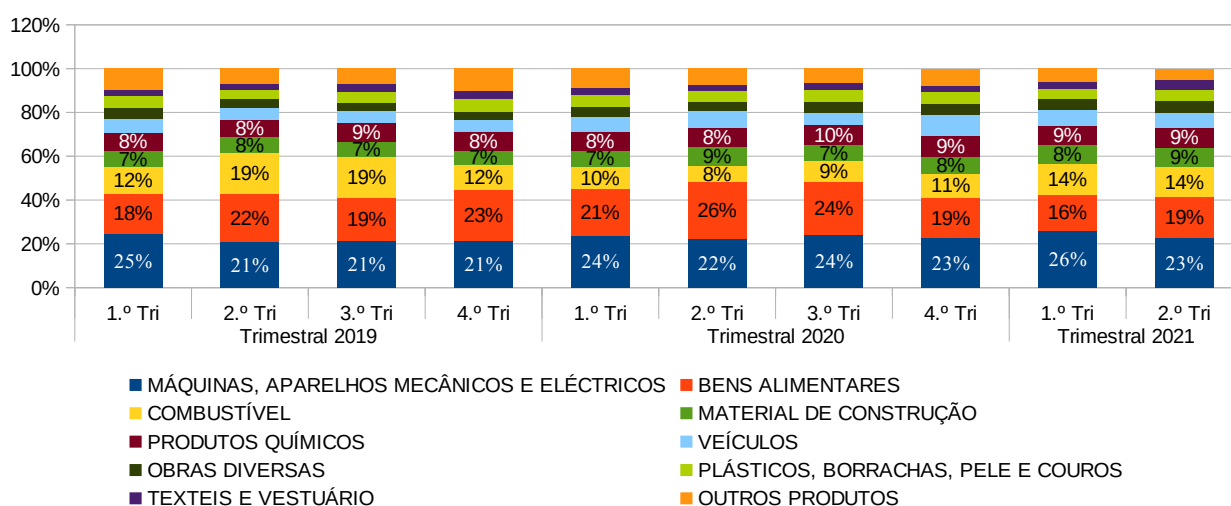
As importações de bens de consumo dominam, tendo iniciado a série em 35% e estabilizando à volta dos 40%, com tendência estável.

Seguem-se os outros serviços, com uma trajetória inversa, também iniciando a série em 35%, para logo estabilizar à volta de 30%, com tendência ligeiramente crescente.

As importações de bens de capital situam-se sobre a marca de 15%, com tendência ligeiramente crescente.

A importação de bens de consumo intermédio situa-se entre 7,5% e 8,8%, com tendência bastante decrescente até ao 1.º Trimestre, recuperado no 2.º Trimestre.

Os serviços às petrolíferas iniciam a série próximo de 7,5%, crescem até 10% no 2.º Trimestre de 2020 e apresentam uma forte tendência decrescente a partir dessa data, alcançando 5% no 1.º Trimestre de 2021, mas recuperando para 7,7% no 2.º Trimestre de 2020.

Tabela/Gráfico 53 — Estrutura das importações de bens por categorias de produto


Fonte: BNA.

A estrutura das importações de bens por categoria de produtos, depois de equalizar a importação de aeronaves, não apresenta grandes oscilações.

Três produtos dominam 57% das importações, sendo os restantes pesos inferiores a 10%.

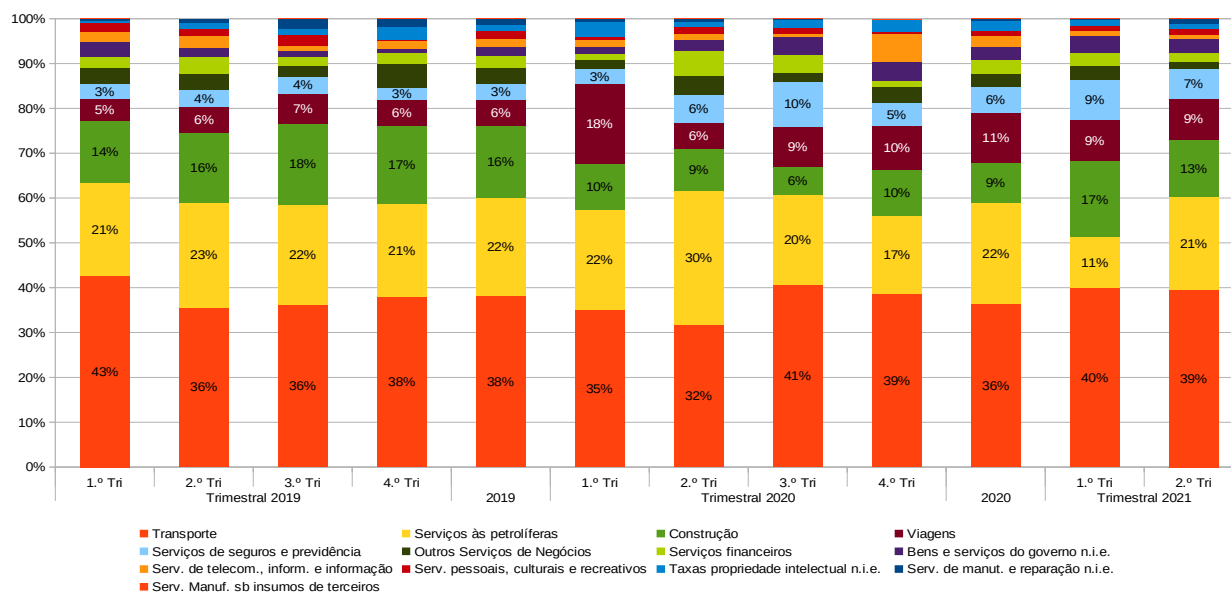
Destes, máquinas e equipamentos dominam, com um peso que se aproxima de 25%.

Seguem-se os bens alimentares, que crescem de 18% para 26% até ao 2.º Trimestre de 2020, mas parecem agora querer estabilizar à volta dos 19%.

Os combustíveis aparecem em 3.º lugar, atingindo 19% nos 2.º e 3.º Trimestres de 2019, caindo posteriormente para valores próximos dos 10% até ao 4.º Trimestre de 2020 e recuperando para 14% em 2021. A escassez de combustíveis durante alguns períodos do ano passado fica aqui bem explicada.

Note-se ainda que a soma de todos os produtos que individualmente alcançam menos de 5%, no 2.º Trimestre de 2021, tem vindo a perder peso, passando de 10% para 5%.

Tabela/Gráfico 54 — Importação de serviços (milhões de USD)



Fonte: BNA.

A estrutura dos serviços importados permanece concentrada em 4 produtos: transporte, que tem um peso de cerca de 40%; serviços às petrolíferas, que representavam 20%, com uma queda inexplicável para 10% no 1.º Trimestre de 2021, regressando aos valores habituais no 2.º Trimestre; construção, que chegou a rondar os 17%, em 2019, caiu para 6% em 2020 e apresenta agora tendência de recuperação, com 17% no 1.º Trimestre e 13% no 2.º Trimestre de 2021; e viagens, que representavam 6% em 2019, subiram para 11%, em 2020, e se mantêm em cerca de 9% em 2021.

Nota-se um enorme contraste com as vendas de viagens ao exterior que praticamente desapareceram! Se os serviços de viagens caíram significativamente devido à pandemia, a TAAG não podia ter-se demitido completamente de competir, deixando o mercado totalmente na mão das companhias estrangeiras!

De notar o crescimento exponencial dos seguros, que sobem de 3%, em 2019, para 6%, em 2020, e 9%, em 2021! Apesar deste crescimento, o seu peso não ultrapassa 1,6% das importações e exportações de mercadorias, não tendo, por isso, qualquer capacidade de explicar o crescimento exponencial da inflação, em 2021.

Tabela/Gráfico 55 — Cobertura das importações de serviços

Balança de Serviços (Milhões de USD)	Trimestral 2019				Trimestral 2020				Trimestral 2021		1.º Sem. 2019	1.º Sem. 2020	1.º Sem. 2021	21/20	21/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri					
Exportação de serviços	161	153	70	70	17	12	23	15	16	14	314	29	30	5%	-90%
Exportações / Importações	7,1%	7,7%	3,4%	3,8%	1,1%	0,9%	1,9%	1,0%	1,1%	0,9%	7,4%	1,0%	1,0%	0,0	-6,4
Importação de serviços	2 264	1 984	2 059	1 865	1 586	1 341	1 242	1 433	1 366	1 664	4 248	2 928	3 030	4%	-29%
Balança de serviços	-2 103	-1 831	-1 989	-1 794	-1 569	-1 330	-1 218	-1 418	-1 351	-1 650	-3 935	-2 899	-3 000	1%	-62%

Fonte: BNA.

O nível de cobertura dos serviços — exportações de serviços sobre as importações de serviços — é decepcionante e deteriorou-se, de 7,4%, no 1.º Semestre de 2019, para 1%, nos 1.ºs Semestres de 2020 e 2021 (-6,4 p.p.)!

3.2.2 TRANSFERÊNCIA DE RENDIMENTOS

Tabela/Gráfico 56 — Transferências de rendimentos (milhões de dólares)

Balança de transferências (Em milhões de dólares)	Trimestral 2019				Trimestral 2020				Trimestral 2021		1.º Sem. 2019	1.º Sem. 2020	1.º Sem. 2021	21/20	21/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri					
Rendimentos primários (Liq.)	-1 803	-2 307	-1 421	-1 985	-1 302	-1 258	-1 059	-1 305	-1 063	-1 569	-4 110	-2 560	-2 633	3%	-36%
Rendimentos de trabalho	-106	-107	-91	-86	-161	-101	-133	-101	-123	-107	-212	-262	-230	-12%	8%
Transferências do exterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Transferências para o exterior	106	107	91	86	161	101	133	101	123	107	212	262	230	-12%	8%
Lucros e juros	-1 697	-2 200	-1 330	-1 899	-1 142	-1 156	-926	-1 204	-940	-1 462	-3 898	-2 298	-2 403	5%	-38%
Transferências do exterior	110	187	224	171	146	136	75	179	96	87	297	282	183	-35%	-38%
Transferências para o exterior	1 808	2 387	1 554	2 070	1 288	1 293	1 001	1 383	1 036	1 549	4 195	2 580	2 586	0%	-38%
Rendimentos secundários (Liq.)	-84	-52	-61	-30	-42	-37	-8	25	-3	-6	-136	-79	-10	-88%	-93%
Transferências do exterior	3	3	4	2	3	5	7	42	7	8	6	8	15	103%	160%
Transferências para o exterior	87	55	66	32	45	42	15	17	10	15	142	87	25	-71%	-82%

Fonte: BNA.

No 1.º Semestre de 2021, Angola transferiu para o exterior, em rendimento líquido, 2,6 mil milhões de USD, dos quais 0,2 mil milhões referentes a rendimentos de trabalho, 2,4 mil milhões referentes a rendimentos de capital e praticamente zero (10 milhões de USD) referentes a rendimentos secundários.

A balança de rendimentos secundários deixou de ter qualquer expressão, o que demonstra, num quadro de alívio das restrições, que há uma total falta de liquidez nas famílias: as transferências para o exterior reduziram-se 71%, relativamente a 2020, e 82%, relativamente a 2019!

Continua a não existir qualquer transferência de rendimentos de trabalho proveniente dos nossos emigrantes. Sendo esta uma fonte importante de divisas em muitos países africanos, não se entende este completo divórcio entre a diáspora e o país. Alguma coisa deveria ser feita no sentido de atrair as suas poupanças.

As transferências de rendimentos de trabalho para o exterior caíram 12%, relativamente a 2020, mas cresceram 8%, relativamente a 2019. No cômputo geral da balança de pagamentos, a sua variação não é significativa.

Na verdade, as únicas rubricas significativas da balança de transferências são as transferências de rendimentos de capital, lucros e juros.

Tabela/Gráfico 57 — Expatriação da rentabilidade dos capitais (milhões de dólares)

Juros e lucros transferidos [Em milhões de dólares]	Trimestral 2019				Trimestral 2020				Trimestral 2021		1.º Sem.	1.º Sem.	1.º Sem.	21/20	21/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	2019	2020	2021		
Passivos Financeiros - Investimento estrangeiro	78 722	77 146	74 115	77 102	77 964	77 014	78 655	77 658	78 429	78 319	77 934	77 489	78 374	1%	1%
Lucros e juros	1 808	2 387	1 554	2 070	1 288	1 293	1 001	1 383	1 036	1 549	4 195	2 580	2 586	0%	-38%
Rendimento transferido (% do investimento)	2,3%	3,1%	2,1%	2,7%	1,7%	1,7%	1,3%	1,8%	1,3%	2,0%	5,4%	3,3%	3,3%	-0,03	-2,08
Activos Financeiros - Investimento angolano	43 724	43 744	43 062	46 359	45 904	44 163	45 106	45 046	45 995	47 066	43 734	45 034	46 530	3%	6%
Lucros e juros	110	187	224	171	146	136	75	179	96	87	297	282	183	-35%	-38%
Rendimentos transferido (% do investimento)	0,3%	0,4%	0,5%	0,4%	0,3%	0,3%	0,2%	0,4%	0,2%	0,2%	0,7%	0,6%	0,4%	-0,23	-0,29
50% das saídas de investimento petrolífero	1 373	1 655	1 640	1 429	1 050	733	899	1 408	928	1 132	3 028	1 782	2 060	16%	-32%
Lucros, Juros e saídas de Investimento / Capital	4,0%	5,2%	4,3%	4,5%	3,0%	2,6%	2,4%	3,6%	2,5%	3,4%	9,3%	5,6%	5,9%	0,30	-3,34
Saídas de Investimento directo estrangeiro	2 745	3 310	3 280	2 857	2 099	1 465	1 798	2 815	1 857	2 264	6 055	3 564	4 121	16%	-32%

Fonte: BNA.

Os juros e lucros transferidos para o exterior mantêm-se relativamente a 2020, decrescendo o rendimento em percentagem apenas 3 pontos base. Já relativamente a 2019, há uma queda de 38% nos rendimentos transferidos e uma perda de rentabilidade transferida de 208 pontos base. As saídas de investimento directo petrolífero subiram 16% relativamente a 2020, mas decresceram 32% relativamente a 2019. Assumindo o pressuposto de que metade destas saídas corresponde às remessas contratuais dos contratos de partilha de produção, a rentabilidade exportada total cresce de 5,6% para 5,9% (+30 pontos base), em 2020, mas decresce de 9,3% para 5,9% (-334 pontos base) face a 2019.

Se, por um lado, temos menos saída de divisas a curto prazo, por outro, a redução da rentabilidade continua a condicionar futuros investimentos.

As transferências de juros e lucros do exterior para Angola reduziram-se 100 milhões de USD, -35%, relativamente a 2020, e -38%, relativamente a 2019!

A rentabilidade repatriada dos nossos investimentos no exterior caiu sucessivamente de 0,7% para 0,6% e, agora, 0,4%, sendo 8,4 vezes mais baixa do que a rentabilidade dos investimentos externos que é transferida para o exterior.

3.3 POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL LÍQUIDO

Nota: Transferimos os Eurobonds da conta de investimento de carteira para empréstimos. A balança de pagamentos de Angola deve, na nossa opinião, reflectir o ponto de vista de Angola (empréstimos) e não o dos investidores estrangeiros (“investimento de carteira”).

Tabela/Gráfico 58 — Posição líquida do investimento internacional (milhões de dólares)

Posição do investimento Financeiro (Milhões de USD)	2020 Final do ano				2021 1.º Trimestre				Variação	
	Posiçã o inicial	Fluxos	Valoriz a-ção	Posiçã o final	Posiçã o inicial	Fluxos	Valoriz a-ção	Posiçã o final	Valor	%
Activo - investimento angolano no exterior	29 720	635	-188	30 167	30 167	1 686	90	31 942	1 775	5,9%
Investimento directo	3 601	91	-486	3 206	3 206	5	22	3 233	27	0,8%
Empréstimos	273	-155	0	119	119	-56	0	63	-56	-47,3%
Moeda e depósitos	16 626	389	-18	16 996	16 996	-17	0	16 979	-17	-0,1%
Investimento de carteira	2 819	-1 640	316	1 494	1 494	33	68	1 595	101	6,7%
Derivados financeiros	51	-20	0	31	31	11	0	42	11	36,7%
Créditos comerciais e adiantamentos	6 125	2 067	0	8 191	8 191	1 669	0	9 860	1 669	20,4%
Outros	226	-96	0	130	130	41	0	171	41	31,5%
Passivo - investimento estrangeiro em Angola	77 395	-2 154	2 416	77 658	77 658	-1 091	1 753	78 319	662	0,9%
Investimento directo	19 183	-1 866	0	17 316	17 316	-820	0	16 496	-820	-4,7%
Empréstimos (Nota 1)	54 813	-1 067	2 400	56 147	56 147	-692	1 756	57 211	1 064	1,9%
Moeda e depósitos	1 028	-127	0	902	902	-40	0	862	-40	-4,4%
Investimento de carteira (nota 1)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Derivados financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Créditos comerciais e adiantamentos	1 672	984	0	2 655	2 655	486	0	3 142	486	18,3%
Outros	699	-78	16	637	637	-25	-4	608	-29	-4,5%
Posição de Investimento Internacional líquida sem reservas	47 675	-2 789	2 605	47 491	47 491	-2 776	1 663	46 377	-1 114	-2,3%
Activos de reserva	17 211	-2 789	456	14 879	14 879	231	14	15 123	245	1,6%
Posição de Investimento Internacional líquida inc. Reservas	30 464	0	2 149	32 612	32 612	-3 007	1 649	31 254	-1 358	-4,2%

Fonte: BNA.

Angola continua a ser um país predominantemente credor, com um sistema financeiro inexistente, o que não permite que nacionais e estrangeiros apliquem os seus fundos no país.

3.3.1 ACTIVOS — INVESTIMENTO ANGOLANO NO EXTERIOR

Os investimentos angolanos no exterior aumentam 1.775 milhões de USD (5,9%) em resultado de investimentos de 1.686 milhões e valorizações de 90 milhões de USD, quase exclusivamente provenientes do aumento do crédito a fornecedores.

O investimento directo angolano no exterior mantém-se em 3,2 mil milhões de USD (+0,8%).

Os empréstimos concedidos ao exterior reduzem-se no montante de 56 milhões (-47%), desaparecendo praticamente. Com a actual rentabilidade, concordamos plenamente com a liquidificação destes investimentos.

Moeda e depósitos constituem o nosso maior investimento no exterior, mantendo-se perto dos 17 mil milhões de USD (-0,1%).

O investimento de carteira cresce 101 milhões (6,7%) em resultado de investimentos de 33 milhões e valorizações de 68 milhões, o que é bastante positivo, situando-se em cerca de 1,6 mil milhões de USD.

Os derivados financeiros crescem 37%, mas não têm expressão (44 milhões).

Os créditos comerciais continuam a crescer, aumentando cerca de 1.670 milhões (20%) para perto de 9,9 mil milhões. O crédito concedido a clientes representa 67% das exportações de bens e serviços no 1.º Semestre, o que significa que estamos a conceder um crédito médio de 60 dias, o que se aproxima mais da normalidade do que os 140 dias registados em 2020.

As outras contas a receber crescem 41 milhões (31,5%), mas têm pouca expressão (171 milhões no final do Semestre).

Em conclusão:

Apenas as contas de depósitos (53%), crédito comercial (31%) e investimento directo (10%) têm alguma expressão, continuando a representar 94% do investimento angolano no exterior.

Os movimentos e valorizações demonstram que os investimentos financeiros no exterior são hoje normais, deixando de se verificar a constante desvalorização dos activos que era tradicional.

3.3.2 PASSIVOS — INVESTIMENTO ESTRANGEIRO EM ANGOLA

O investimento estrangeiro em Angola cresceu 662 milhões de USD (0,9%), resultante do aumento dos empréstimos e do crédito comercial, parcialmente compensados pela redução do investimento directo.

O investimento directo estrangeiro reduziu-se 820 milhões (4,7%), mesmo assim menos 12% do que a média semestral de 2020.

Esta redução ocorreu no sector petrolífero, onde as entradas de IDE alcançaram 3,088 milhões (contra 3.024 no 1.º Semestre de 2020) e as saídas 4.121 milhões de USD (contra uma saída de 3.565), representando uma saída líquida de 1.032 milhões (contra uma saída líquida de 540 milhões, em 2020). Relativamente a 2019, as entradas caíram 13%, as saídas 32%, tendo o saldo melhorado 59%; de um lado temos um saldo menos negativo, mas as entradas de investimento directo petrolífero continuam a decrescer em valor absoluto, não tendo, este ano, sido maiores do que durante o ano de pandemia.

O investimento directo estrangeiro não petrolífero recuperou de 78 milhões para 213 milhões de USD, mas situou-se 27% abaixo do nível do 1.º Semestre de 2019 (289 milhões). Se excluirmos o investimento petrolífero, a atracção de investimento directo estrangeiro continua sem qualquer contribuição significativa para a melhoria do produto interno.

O fluxo de investimento de empréstimos é de cerca de -700 milhões; porém, provavelmente devido à desvalorização do USD face às restantes moedas, a dívida aumenta 1.756 milhões, passando o valor total de 56,2 para 57,2 mil milhões de USD.

Também o crédito comercial obtido cresce cerca de 486 milhões (cerca de 18%), alcançando 3,1 mil milhões e representando 38% das importações do 1.º Semestre, o que significa que estamos a beneficiar de crédito comercial a 34 dias (mas estamos a conceder crédito a 60 dias).

Em conclusão:

Os investimentos externos centram-se nos empréstimos (73%) e, com muito menos significado, no IDE (21%), representando, ambos, 94% dos investimentos externos.

A estrutura dos investimentos externos mantém-se inalterada, com um ligeiro reforço dos empréstimos por contrapartida de uma redução ligeira do peso do IDE.

Como conclusão geral, podemos afirmar que a atractividade do país relativamente ao investimento externo não teve evolução digna de nota, mantendo uma estrutura completamente dominada pelos empréstimos externos e o dinheiro em moeda estrangeira que temos lá fora!

3.4 PERSPECTIVA DOS ACTIVOS MONETÁRIOS

Caso não existissem discrepâncias, a conta real deveria ser exactamente igual à conta financeira. Isolando os activos monetários, o seu saldo seria o resultante da soma algébrica dos investimentos financeiros não monetários com a conta real.

Tabela/Gráfico 59 — Perspectiva dos activos monetários como saldo da BP (milhões de dólares)

Balança de Pagamentos na perspectiva dos Activos Monetários Brutas (Milhões de USD)	Trimestral 2019				Trimestral 2020				Trimestral 2021		1.º Sem. 2019	1.º Sem. 2020	1.º Sem. 2021	21/20	21/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri					
Conta corrente	18	1 883	1 462	1 774	1 148	-1 271	553	442	2 016	1 725	1 902	-123	3 740	-3141%	97%
Conta de capital	2	0	0	0	1	0	0	0	1	1	2	1	1	76%	-34%
Conta financeira	510	-2 149	-513	-85	512	794	284	-1 074	-970	-2 015	-1 638	1 306	-2 984	-329%	82%
Activos monetários	-943	-430	2 344	1 000	-135	72	206	372	164	-142	-1 373	-63	23	-136%	-102%
Erros e omissões líquidos	-1 474	-165	1 396	-689	-1 795	548	-631	1 005	-882	148	-1 639	-1 246	-734	-41%	-55%

Fonte: BNA.

No 1.º Trimestre, a conta-corrente foi positiva em quase 2 mil milhões de USD. Em contrapartida, a conta financeira sem activos monetários foi negativa em cerca de 1,1 mil milhões, pelo que os activos monetários deveriam ter crescido cerca de 900 milhões. Na verdade, só cresceram 164 milhões (ainda assim positivo) devido ao registo de discrepâncias estatísticas no valor de 740 milhões. Dito de outra forma, não sabemos o que aconteceu a estes 740 milhões de USD. Embora as discrepâncias sejam normais, não se entende como são tão elevadas relativamente aos valores absolutos das contas corrente e financeira. Esta circunstância é ainda mais inexplicável no quadro de controlo pormenorizado de todas as transacções externas pelo BNA: no nosso país, as discrepâncias deveriam ser nulas ou quase. Seria importante que o BNA explicasse a razão destas diferenças.

3.5 PERSPECTIVA DAS RESERVAS

Isolando os activos de reserva (activos financeiros do BNA), o seu saldo deveria ser o resultante da soma algébrica dos investimentos financeiros sem reservas com a conta real.

Tabela/Gráfico 60 — Perspectiva das reservas como saldo da BP (milhões de dólares)

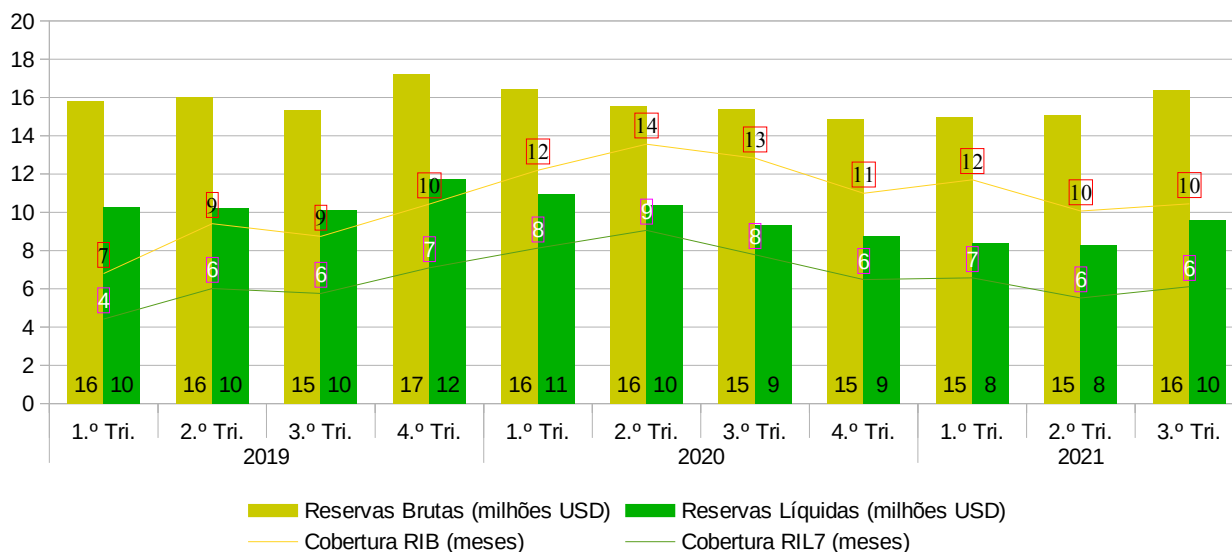
Balança de Pagamentos na perspectiva das Reservas Brutas (Milhões de USD)	Trimestral 2019				Trimestral 2020				Trimestral 2021		1.º Sem. 2019	1.º Sem. 2020	1.º Sem. 2021	21/20	21/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri					
Conta corrente	18	1 883	1 462	1 774	1 148	-1 271	553	442	2 016	1 725	1 902	-123	3 740	-3141%	97%
Conta de capital	2	0	0	0	1	0	0	0	1	1	2	1	1	76%	-34%
Conta financeira	1 056	-1 738	-3 197	660	-511	9	-99	-2 188	-843	-1 933	-682	-503	-2 776	452%	307%
Reservas Brutas	-397	-19	-340	1 745	-1 158	-713	-177	-741	291	-60	-416	-1 871	231	-112%	-155%
Erros e omissões líquidos	-1 474	-165	1 396	-689	-1 795	548	-631	1 005	-882	148	-1 639	-1 246	-734	-41%	-55%

Fonte: BNA.

A conta-corrente não é alterada com a mudança de perspectiva. A conta financeira sem reservas passa a ser 945 milhões negativa, pelo que as reservas brutas deveriam ter crescido cerca de mil milhões de USD. Na verdade, só tiveram um fluxo positivo de 291 milhões devido ao registo de discrepâncias estatísticas no valor de 740 milhões.

Contudo, o *stock* de reservas brutas apenas cresceu 99 milhões devido a desvalorizações de 192 milhões. Após um ano com valorizações positivas, os activos de reserva voltam a desvalorizar, o que é totalmente incompreensível num quadro de valorização geral dos activos financeiros internacionais.

3.6 RESERVAS INTERNACIONAIS

Tabela/Gráfico 61 — Evolução das Reservas (RIB & RIL)


Fonte: BNA.

Durante o ano de 2019, assiste-se a um crescimento das RIB, quer em valor, quer em cobertura das importações. Em 2020, assistimos ao processo inverso, em valor, estabilizando-se à volta dos 15 mil milhões de USD. Com a redução das importações, a cobertura aumenta até aos 14 meses, no 2.º Trimestre de 2020, estabilizando à volta de 12 meses a partir do 3.º Trimestre de 2020.

Em 2021, assiste-se a um crescimento das RIB no 3.º Trimestre em resultado da emissão dos direitos especiais de saque pelo FMI. Em termos de cobertura das importações, o valor estabiliza em 10 meses (calculámos as importações do 3.º Trimestre multiplicando o valor homólogo pelo crescimento homólogo do 2.º Trimestre).

As RIL mantêm-se no patamar dos 10 mil milhões de USD até ao 3.º Trimestre de 2019, subindo depois para 12 mil milhões no 4.º Trimestre e caindo, de seguida, de forma constante, até 8 mil milhões no 2.º Trimestre de 2021, acompanhando posteriormente o crescimento das RIB com os DES do FMI.

Ignorando o valor do 1.º Trimestre de 2019, a cobertura das importações pelas RIL sobe de 6 meses para 9 meses entre os 2.ºs Trimestres de 2019 e 2020, devido à redução das importações, fazendo o percurso inverso a partir desse momento até estabilizar entre próximo do patamar de 6 meses, a partir do 4.º Trimestre de 2020, aparentando ser este o objectivo do BNA.

O BNA conseguiu uma estabilidade cambial razoável e susteve a degradação das reservas brutas. Provavelmente iremos assistir a uma estabilização, pelo menos até às eleições, aproveitando-se o crescimento dos preços do petróleo bruto para aumentar as reservas; isto se o período eleitoral não fizer disparar as importações!

Com os actuais níveis de reservas em ME, não faz muito sentido intervir no mercado para forçar alguma redução da taxa de câmbio com o objectivo de reduzir a inflação. Esta acção pode mesmo vir a revelar-se prejudicial, uma vez que, em 2022, mantendo-se os preços do crude, a redução das quantidades exportadas irá começar a pressionar o Kwanzas, caso as importações não sejam substituídas pela produção interna de bens finais.

Uma política prudente a médio prazo aconselharia a aproveitar a actual situação para aumentar as reservas internacionais, comprando USD no mercado, o que o BNA não quer fazer, mais por medo do aumento da liquidez em Kwanzas do que da variação cambial.

A produção nacional necessita de ser protegida e de crescer a um ritmo pujante para contrariar a redução da produção petrolífera, que parece inexorável. Proteger a produção nacional não é proteger os operadores económicos existentes, é favorecer o aumento substancial do número de operadores, a competitividade e a produção, que a política de condicionamento da importação prejudica. A solução para os problemas da política proteccionista anterior não é a deixar de apoiar a produção interna, liberalizando administrativamente as importações; é fazê-lo bem, através de uma pauta aduaneira que tenha em conta as diferenças de produtividade, mas promova a sua aproximação.

4 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

4.1 AMBIENTE DE NEGÓCIOS

4.1.1 RESUMO

Para que se possa perceber melhor a mensagem de conjunto, vamos começar por apresentar os principais factores que influenciam o ambiente de negócios, de forma resumida, para, posteriormente, desenvolvermos, brevemente, cada um deles:

— **Transformar a riqueza em capital:** titulando terrenos e casas; criando um sistema de mercado financeiro simples com base em acções e obrigações; e formalizando os negócios informais.

— **Aumentar o número de negócios:** substituindo o licenciamento por regras simples com efectivo controlo do seu cumprimento; eliminando as assimetrias no conhecimento das regras entre os negócios e o Estado, tornando claro o que pode ser objecto de inspecção para cada código de actividade; instituindo a ANIESA como efectiva entidade única de inspecção económica do Estado; e tornando os ministros sectoriais exclusivamente responsáveis pelo número e volume de negócios do seu sector, sem quaisquer outras atribuições.

— **Liberdade efectiva de comércio:** através da promoção da actividade dos camionistas e comerciantes fora de Luanda, eliminando todos os controlos da actividade por outras entidades que não a ANIESA; reconstrução e manutenção dos eixos rodoviários principais e ligações de todas as capitais de Província a estes eixos; e protecção da produção nacional através de uma pauta aduaneira regressiva, em substituição dos DP 23/19 e o DE 63/21.

— **Aumento dos níveis de confiança:** forçando o efectivo cumprimento dos contratos através de uma justiça rápida que compense o lesado e penalize o incumpridor, em substituição da prática de repartição dos prejuízos.

— **Aumento dos níveis de conhecimento:** retendo os alunos nos diferentes níveis; avaliando os conhecimentos em provas nacionais, corrigidas fora da escola do aluno; divulgando os resultados e criando incentivos para as melhores escolas e professores; definindo o prazo e os objectivos anuais para atingirmos os níveis de qualidade africanos; e, ao contrário do que se tem vindo a fazer, promovendo a efectiva liberdade curricular no ensino superior.

— **Adaptação da taxa de natalidade aos níveis de produção:** exigindo o cumprimento dos deveres de paternidade por ambos os progenitores, através de uma prestação extraordinária coerciva para a Segurança Social dos que não cumprirem voluntariamente com os deveres de alimentação, cuidados de saúde e educação das crianças.

— **Defesa do primado da Lei:** impedindo toda a exigência do cumprimento de normas inexistentes pelos agentes do Estado ou privados; pondo em prática políticas que criem expectativas estáveis e confiança nas empresas e consumidores; e mostrando intolerância total para com a governação por impulsos, em especial o ressuscitar de normas adormecidas, que, sem prazo nem apelo, são exigidas, de repente, lançando o pânico nas empresas, repelindo o investimento sustentável e promovendo os negócios de enriquecimento fácil.

— **Promoção da segurança pública:** através da transformação do actual corpo militarizado num corpo civil, defensor dos negócios e da segurança dos cidadãos, que elimine a necessidade de gastos adicionais com seguranças privados e dê tranquilidade aos cidadãos nas suas deslocações e nas suas residências, para que a produtividade cresça.

— **Efectiva reforma económica do Estado:** definindo as funções prioritárias, os serviços públicos que devem garantir e os recursos que lhes serão destinados; e com que impostos sobre os cidadãos e empresas vão estes recursos ser pagos.

— **Combate à corrupção:** aumentando a transparência, eliminando os ajustes directos, agravados pela opacidade da informação sobre o negócio; a falta de informação detalhada sobre as rubricas de investimento financeiro na Conta Geral do Estado e o incompreensível valor dos erros e omissões na conta externa. Combate à pequena corrupção, alterando as práticas das chefias e criando sanções disciplinares duras para os prevaricadores e, especialmente, para as chefias que não cumpram as suas obrigações de controlo.

4.1.2 TRANSFORMAÇÃO DA RIQUEZA EM CAPITAL

Sabe-se que não há capital! Sabe-se que é preciso criar capital! Mas continua a manter-se a riqueza estagnada!

Não se está a transformar a riqueza em capital nem por via da titularidade dos terrenos e das casas, nem por via do mercado financeiro simples, nem por via da formalização dos negócios informais, nem de qualquer outra forma.

Grande parte da riqueza do país está concentrada na propriedade imobiliária e fundiária. Logo, a titularidade dessa riqueza daria aos proprietários/titulares a possibilidade da sua transformação em capital, influenciando positivamente o mercado imobiliário, o crédito e toda a economia, pois constituiria um elevado acréscimo da liquidez e mobilidade da riqueza.

Parece haver alguma movimentação, no âmbito dos Programas “Minha Terra” e “Massificação do Registo Predial”, no sentido de se promover o registo e cadastramento de alguns terrenos e habitações, o que indicaria uma possível aceitação a propriedade informal vigente. No entanto, é necessário conceder direitos claros, de forma permanente, que possam ser transmitidos livremente e que possam, enquanto títulos de propriedade, ser facilmente divisíveis, isto é, a propriedade tem de se liquidificar, de se tornar fungível, de ser um equivalente próximo do dinheiro.

Até ao momento, os terrenos e construções têm um regime de propriedade mais próximo da simples posse do que da propriedade, completamente subordinado aos “direitos” do Estado e atribuído de forma precária. Nomeadamente, diz o n.º 1 do Art.º 18.º da Lei de Terras (limites ao exercício dos direitos fundiários) que “o exercício dos direitos fundiários sobre as terras pelos seus titulares está subordinado ao fim económico e social que justificou a sua atribuição”. Esta subordinação “socialista” do direito de propriedade ao Estado, que atribui e controla o uso da terra, impede que os terrenos se tornem verdadeiramente riqueza, muito menos que se possam transformar em capital.

Sobretudo é preciso que esse processo de registo e cadastramento não se limite à necessidade de alargamento da base tributária em sede do IP. A necessidade de titularidade dessa riqueza vai além disso. As empresas e as famílias precisam urgentemente de capital. Contudo, a base do IP é um indicador do sucesso. Só em Luanda, há mais de 8.800.000 habitantes; considerando uma família média de 6 pessoas, dá mais de 1.466.000 habitações. Quantas estão registadas e tituladas? Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, o país tem 58 milhões de hectares de terras aráveis. Quantos hectares estão titulados? Afirma-se que nesse ano de 2021 o Estado entregará 32.800 títulos de concessão de terras agrícolas. Quantos hectares representarão esses títulos? Continua a não existir informação disponível que permita medir este registo e titularidade da propriedade fundiária e imobiliária, apelando-se à publicação urgente de mapas actualizados para que esta importantíssima alteração no ambiente de negócios possa ser analisada quantitativamente.

Quanto ao mercado de capitais, o início da cotação de acções está agora adiado, aparentemente já não para o início, mas para meados de 2022, e muito pouco se sabe, ao certo, sobre o assunto.

A BODIVA publicou recentemente uma proposta de requisitos para criação de um segmento para o enquadramento das PME, mas, para já, é apenas mais um programa sem objectivos e prazos.

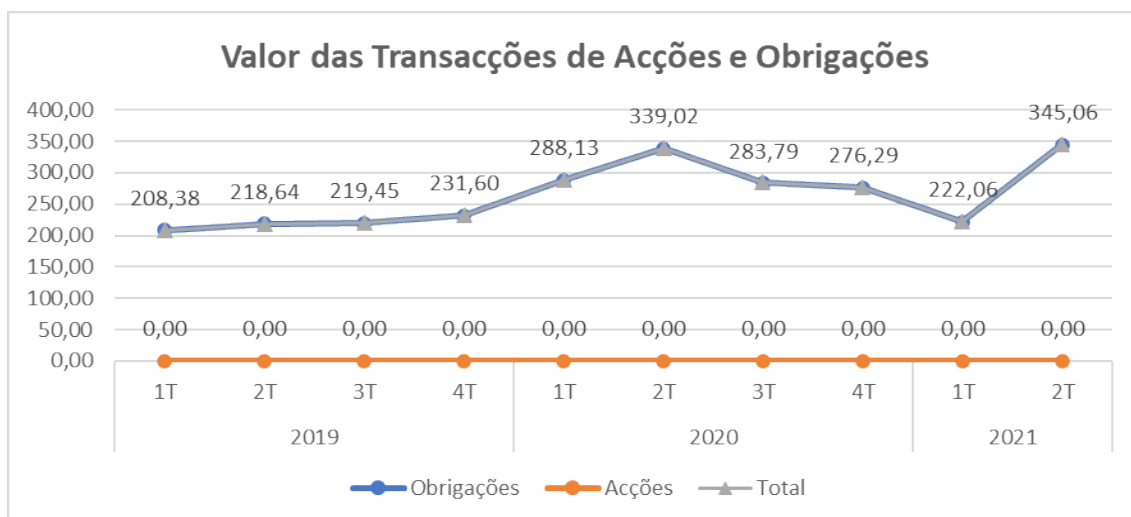
Reiteramos que não precisamos de uma bolsa financeira internacional de Luanda. Necessitamos de começar a exercer, de forma gradual, a actividade bolsista, criando capital.

É urgente que a BODIVA crie critérios simples de acesso ao mercado de capitais, à medida da actual realidade angolana. A segmentação do mercado para enquadramento das MPME é apenas um passo; é necessário que se crie algo como uma “janela única”, onde as MPME possam se dirigir e contratar todos os serviços necessários à abertura do seu capital. A PME não tem conhecimento nem condições para realizar *roadshows*; portanto, deixar esse passo sob a sua responsabilidade seria um factor impeditivo.

É importante que se dinamize o mercado financeiro: 6 dos 7 sectores inquiridos no âmbito da conjuntura económica às empresas, referente ao 2.º Trimestre de 2021 realizado pelo INE, consideram a dificuldade financeira como um dos três principais factores que limitam a actividade das empresas daqueles sectores. O 7º sector indicou o nível elevado da taxa de juros e a dificuldade de obtenção de crédito bancário.

É urgente que as empresas disponham de outras formas de financiamento que não apenas o sistema bancário.

Tabela/Gráfico 62 — Valor das transacções da BODIVA



Fonte: BODIVA.

O valor das transacções por produto continua a evidenciar claramente que 100% das transacções foram de Obrigações e, dentro destas, de títulos de dívida pública: no 1.º Trimestre de 2021, as Obrigações privadas representaram 0,00005% das transacções; no 2.º Trimestre de 2021, não foram transaccionadas Obrigações privadas.

O montante médio trimestral transaccionado foi de 293 mil milhões de Kwanzas, sendo que o novo máximo ocorreu no 2.º Trimestre de 2021, no montante de 345 mil milhões.

A tendência foi estável até ao 3.º Trimestre de 2019. Do 4.º Trimestre de 2019 ao 2.º Trimestre de 2020, registou-se um crescimento acentuado, por um lado, devido a apetência do Estado em financiar-se por meio de títulos, e, por outro, ao sentido de oportunidade das instituições financeiras em fazerem aplicações livres de risco em detrimento da concessão de crédito à economia. Do 2.º Trimestre de 2020 até ao 1.º Trimestre de 2021, a tendência passou a ser decrescente devido, em parte, à redução da subscrição dos títulos de dívida pública não indexada e ao vencimento de grande parte dos títulos de dívida indexada que não foram substituídos. Nesse período, a maior parte dos titulares de dívida indexada estacionaram os excedentes sob a forma de depósitos a prazo, não subscrevendo outras obrigações.

Do 1.º ao 2.º Trimestre de 2021, devido a uma nova apetência do Estado por financiamento via mercado de capitais, registou-se um crescimento acentuado na ordem dos 15% fortemente influenciado pelo aumento da subscrição de novos títulos de dívida de longo prazo, cuja representatividade saiu de 36,5% no 1.º Trimestre para 46% no 2.º Trimestre.

O mercado de capitais não pode continuar a ser apenas um meio de financiamento do Estado em seu próprio prejuízo e em prejuízo das empresas e das famílias.

A formalização dos negócios informais continua a não se efectivar. Parece haver um movimento no sentido de se marcar alguns passos por via do cadastramento fiscal e da inserção de trabalhadores informais no programa de protecção social obrigatória, neste último, com a aplicação do DP 295/20, cujo âmbito se estende aos negócios agrícolas, das pescas, a pequenos negócios e/ou a esses negócios associados, cujos salários médios mensais atinjam 20 salários mínimos nacionais com referência ao sector agrícola. No entanto, não se conhecem as métricas para que se possa avaliar a sua eficácia, o que, para já, parece mais um programa de aumento da receita fiscal do Estado.

Insistimos que, na nossa opinião, é sobretudo no reconhecimento e protecção dos negócios que reside o segredo da sua formalização.

Quando analisado no seu conjunto, o negócio informal movimenta um valor bastante expressivo na economia. Contudo, embora esse montante possa representar um incentivo à tributação, como não deve ser no caso da titularidade da propriedade imobiliária e fundiária, a formalização dos negócios informais também não deve ter como objectivo imediato o alargamento da base tributária. A formalização dos negócios precisa de ir muito além disso.

A tributação deverá ser consequência do reconhecimento e da protecção dos negócios pelo Estado. Para que estes paguem os impostos, precisam antes de ter a oportunidade e liberdade de produzir sem os constrangimentos causados pelo conjunto complexo de regras e normas existente que impede cerca de 80% das empresas criadas de alguma vez iniciarem actividade e que empurra os negócios para a informalidade.

4.1.3 CONCORRÊNCIA

Os negócios não estão a ser protegidos!

A necessidade de protecção dos negócios é, cada vez mais, urgente.

Ainda de acordo com os dados sobre a conjuntura económica às empresas, referente ao 2.º Trimestre de 2021, as poucas empresas formais activas continuam a viver momentos de sérias dificuldades para a manutenção dos negócios e uma das três principais limitações para 5 dos 6 sectores inquiridos nesse quesito, continua a ser o excesso de burocracia e regulamentos estatais. Note-se que não estamos a falar de empresas que, agora criadas, aguardam o início da actividade, não! Estamos a falar de empresas já constituídas e em actividades, algumas há já muito tempo no mercado e, eventualmente muito adaptadas ao abraço do Estado, porém, ainda assim, com inúmeras dificuldades para vencer a burocracia nas instituições e para entender e aplicar à risca as normas do sector em que actuam! Esse tipo de limitações precipita o encerramento dos negócios e impede o surgimento de novas empresas exactamente porque o Estado asfixia, à partida, a iniciativa.

Num mercado onde a concorrência é quase inexistente devido à exiguidade de empresas nos mais variados sectores da economia, é preciso que se protejam os negócios, sejam eles formais ou informais, estejam eles aguardando o início da actividade ou já em actividade.

1 O número de negócios não parece estar a aumentar. Embora não haja dados sobre o encerramento efectivo da actividade, a percentagem das empresas criadas que iniciou actividade tem vindo a decrescer, de acordo com os dados do INE, de 30% para 20%.

2 Destas que iniciam a actividade, a maioria enfrenta grandes dificuldades de manutenção do negócio e, se prudencialmente levarmos em conta os dados officiosos que se vão noticiando, mais de 50% desaparecem precocemente, teremos uma taxa de sobrevivência de menos de 10% no final do primeiro ano.

É preciso que o Estado desempenhe o seu papel no reforço do tecido empresarial e da sua qualidade, por um lado através da eliminação do conjunto extenso de regras confusas, contraditórias, dispersas, não cumpridas e constantemente alteradas que impedem o início da actividade de aproximadamente 80% das empresas criadas a cada ano e, por outro, através da criação de normas simples que protejam os negócios existentes e **sobretudo** que incentivem o surgimento de novos negócios, promovendo assim a concorrência e a consequente melhoria da produtividade.

Aqui, os seus departamentos ministeriais têm um papel relevante, pois são eles que criam as regras de entrada e funcionamento das empresas no seu sector e têm a responsabilidade de ajudar e promover as actividades das mesmas. Por tal, os seus agentes devem ser avaliados EXCLUSIVAMENTE pelo número de empresas ou pequenos negócios criados, e o volume de facturação e valor acrescentado que lhes correspondam.

3 Pensamos que o programa Simplifica poderá vir a constituir um importante factor de melhoria, embora esteja ainda demasiado vocacionado para os procedimentos. Há que apostar também na simplificação das normas de controlo, listando o conjunto disperso de regras e expurgando as desnecessárias ou inoportunas. Estas últimas devem inequivocamente ter o seu cumprimento “suspensão” até que o poder legislativo as elimine.

4 Contudo, pensamos também ser necessário combater a contra-ofensiva burocrática que procura proteger os interesses instalados e que tem anulado efectivamente, até agora, os benefícios do programa.

5 Apoiamos o muito que já se fez no Simplifica. Mas é necessário aprofundá-lo eliminando a burocracia desnecessária; e, sobretudo, disponibilizando os instrumentos de medida da sua eficácia. Como aumentou o comércio e a construção civil? Quantos cidadãos ainda não possuem BI? Quanto tempo se demora (incluindo os retornos) a fazer um registo ou alteração num documento? Etc. É importante que o programa apresente critérios de medida para que possa ser avaliado.

A manutenção do DP 23/19 limita e condiciona as importações e acaba por reduzir administrativamente a concorrência e a oferta ao consumo, provocando escassez e uma inflação totalmente artificial, que podia ser evitada!

4.1.4 LIBERDADE DE COMÉRCIO

A liberdade efectiva de comércio retrocedeu com a pandemia. Com o fim da cerca sanitária a Luanda, os entraves à circulação reduziram-se, mas continua a ser extremamente difícil exercer a actividade de camionista e comerciante fora das cidades. O estado das estradas continua a limitar, em grande medida, a liberdade de trocas comerciais entre o mundo rural e o urbano.

Os eixos rodoviários mais importantes continuam a não funcionar plenamente, causando atrasos, desastres e danificação do material: como a manutenção é deficiente, ora se arranja um troço, ora se estraga outro, e as vias não funcionam perfeitamente, concorrendo para o aumento da inflação e a falta de competitividade nacional.

A solução desta situação, que constitui o principal entrave ao crescimento da produção agrícola, é uma prioridade. É necessário construir e reconstruir estradas duradouras nos eixos fundamentais e

deixar que o sector privado se dinamize para a criação do parque de automóveis necessários à transportação das mercadorias, ao invés de ser o Estado a providenciar os equipamentos de trabalho.

A promoção recente da actividade dos camionistas foi feita, quase exclusivamente, através de um concurso de compra e entrega de meios rolantes, como que atirando dinheiro para cima do problema, em vez de o resolver: estado das vias, controlos e interferência das autoridades locais sobre o direito de livre estabelecimento dos comerciantes.

É preciso não confundir os programas de apoio com as funções do Estado. A função do Estado consiste na liberdade de comércio, não nos seus instrumentos. O cumprimento dessa função não se mede pela quantidade de viaturas ou outros instrumentos que o Estado fornece. Mede-se pelo número de camionistas e comerciantes, pelo seu volume de facturação e o seu valor acrescentado

Espera-se a intervenção dos Estado nas infra-estruturas e na dinamização das questões estruturantes.

O DP 23/19 que prevê a protecção da produção interna de forma administrativa, é um factor limitante o comércio. Recuperamos os pontos apresentados no relatório anterior para evidenciação dos aspectos que, na nossa opinião, enfermam esse processo:

1. O processo é administrativo, isto é, exige um contacto directo entre o importador e o funcionário do ministério; isto é, depende da análise, capacidade de entendimento e honestidade do agente do Estado. Ora, nas economias capitalistas, os processos são tão mais eficazes quanto mais dependerem de regras gerais que os agentes privados interpretam à medida dos seus interesses. Perante uma taxa aduaneira que coloca um produto importado a um determinado preço, o grossista decide se terá mercado para o importar ou se a oferta de produção interna a um preço menor o impedirá de fazer um bom negócio ao importar. As diferentes decisões de muitos importadores com estratégias diferentes determinarão a quantidade importada, não a decisão de um único agente do Estado.

Ao Estado cabe, no entanto, definir a taxa aduaneira e, através dela, a defesa dos interesses nacionais. A taxa deve ser fixada no ponto em que promover o crescimento rápido da produção nacional, reduzindo as importações, sem deixar que a inflação dispare.

2. É que ao Estado cabe, em primeiro lugar, a defesa do conjunto dos cidadãos, o que, no que diz respeito ao comércio, se traduz em consumidores. O dever do Estado é o de manter níveis de inflação baixos de forma a não agravar as condições de vida dos cidadãos. Quando se substitui a livre importação pelo licenciamento, não existe qualquer limite para o preço fixado pelos produtores nacionais, que deixam de ter a concorrência dos produtos estrangeiros. A solução consiste normalmente em tentar fixar limites aos preços com mais medidas administrativas e mais controlo. Temos uma experiência de 45 anos de controlo de preços, cujo resultado tem sido sempre o aumento descontrolado da inflação. De quanto tempo mais precisaremos para nos convenceremos de que, em economia de mercado, só podem funcionar soluções de mercado? A subida de preços combate-se com concorrência, com medidas para atrair mais agentes económicos, não com medidas punitivas e de controlo.

3. Ao contrário, as medidas de controlo administrativo são caras, exigindo pessoal, impressos, sistemas, etc. Por isso, quanto mais medidas administrativas, maior a tendência para se reduzirem os operadores privados com quem há que lidar, tendo em conta os recursos limitados da administração pública. Foi exactamente isso que aconteceu.

O Comércio lançou um processo de acreditação dos importadores, reduzindo o seu número, quando o que deveria ter acontecido era a liberalização da actividade de importação, promovendo o crescimento do número de importadores. Como resultado, em vez de um grande número de importadores em concorrência, ficámos com um pequeno número de importadores oligopolistas: o Estado, em vez de controlar melhor a importação, ficou nas mãos dos importadores.

Do lado dos restantes comerciantes aconteceu o mesmo: o fecho e a saída de operadores foram proporcionais à redução da sua capacidade de abastecimento através das importações — como sabemos, o resultado foi a maior subida da inflação dos últimos tempos.

Tentar controlar preços através de medidas administrativas é algo que está mais do que provado não ter qualquer eficácia. Como todos sabemos, o único controlo eficaz de preços é o feito pela concorrência, quando cada operador sabe que se vender o seu produto acima dos concorrentes ficará sem clientes. Há toda a história do capitalismo a comprovar que assim é.

4. Uma taxa aduaneira traz consigo, de forma directa, um limite para o aumento dos preços dos produtores nacionais. Um produto com uma dada qualidade não poderá ser vendido acima do limite do preço dos melhores produtores estrangeiros mais a taxa. Se tentarem fazê-lo, a concorrência externa deixa-os sem capacidade de vender.

Por outro lado, informa imediatamente os consumidores sobre qual é o sacrifício que lhes está a ser pedido pelo Executivo para proteger a produção nacional.

É que cabe ao Estado garantir não um, mas dois objectivos contraditórios: de um lado, aumentar a produção e o emprego; de outro, manter o controlo sobre os preços. Uma taxa aduaneira demasiado baixa deixa os produtores nacionais desprotegidos, e o produto e o emprego não crescem; uma taxa demasiado alta obriga os consumidores a pagarem um enriquecimento imoral dos empresários nacionais à custa dos consumidores.

5. A produção nacional é mais cara do que a estrangeira: é menos produtiva devido à nossa tecnologia e conhecimento, não beneficia de grandes economias de escala porque pouco se exporta, e o nosso mercado é muito limitado e tem custos de contexto consideráveis: estradas em mau estado, necessidade de compra de água de cisterna, uso de geradores para produção de energia eléctrica, custos com seguranças privados, etc. Supõe-se que todos estes aspectos vão melhorando, e, por isso, falamos em taxas aduaneiras regressivas, isto é, que se vão reduzindo ao longo do tempo, obrigando o Estado a reduzir os custos de contexto e a melhorar o conhecimento geral, e os empresários a investir em tecnologia, organização e na exportação, para ganharem economias de escala.

Pelo contrário, o licenciamento nada faz pela competitividade, antes acomoda os empresários a nada investir e o próprio Estado a não melhorar.

6. A reacção dos operadores a alterações do mercado é muito mais rápida com um regime de taxas. Por exemplo, quando há seca, importa-se; quando é época de colheita, a produção nacional elimina ou reduz a importação. Esta capacidade de reacção imediata aos choques externos (clima, crises internacionais, etc.) é um importante mecanismo de estabilização de preços.

A ideia de substituir estes mecanismos pela criação de uma reserva gerida pelo Estado é outro dos erros sistematicamente repetidos. Não bastaram a Importang, o Entreposto Aduaneiro e todos os programas semelhantes para nos convencer de que esta importação centralizada e gerida administrativamente não é solução para o controlo de preços, sendo antes um enorme sorvedouro de recursos do Estado, que, hoje e cada vez mais, serão apenas os nossos impostos. É que a gestão de uma reserva alimentar nacional é cara e tem de ser paga. Se não pagarmos nos produtos, pagaremos nos impostos, mas não tenhamos qualquer dúvida de que seremos nós, os cidadãos, a pagá-la.

7. O controlo administrativo das importações distorce os objectivos do Estado, focando a medida do êxito dos programas na redução das importações. Evidentemente que, se proibimos que se importe, as importações diminuem. Dizer que o programa correu bem porque as importações decresceram não é uma análise do programa. A eficácia da política de substituição das importações mede-se pela quantidade total da oferta (importações + produção interna) e pela variação dos preços, ou seja, pela inflação.

4.1.5 CONFIANÇA

A falta de qualquer indicação de uma melhoria da qualidade e rapidez das decisões sobre conflitos económicos mantém os níveis de confiança extremamente baixos.

Há um conjunto de fóruns e encontros sendo realizados pela AIPEX e não só, no sentido de se divulgar no estrangeiro e internamente as oportunidades de negócio que o país oferece

No entanto, todo esse trabalho só terá êxito se se melhorar a confiança dos investidores por fazerem o trabalho de casa, em especial no que concerne a justiça como garante dos direitos e deveres das partes, e, quanto às demais instituições, cada uma ao seu nível, agir como facilitadores do acesso às oportunidades divulgadas.

A sociedade de negócios constitui um sistema complexo de relacionamentos, onde todos os intervenientes desejam ver os seus direitos e garantias preservados e poder cumprir com os seus deveres e obrigações sem dificuldades. O poder judicial tem de ser absolutamente intransigente e rápido face aos incumprimentos dos contratos.

Mesmo entre as empresas em actividade, a falta de confiança é grande! O índice de clima económico referente ao 2.º Trimestre de 2021, publicado pelo INE, indica uma grande falta de confiança das empresas activas, sendo que, entre as principais razões, apontam justamente as limitações provocadas pelas instituições do Estado através do excesso de burocracia e regulamentações.

Essa não é uma boa referência para quem está a ser convidado a investir. É preciso melhorar esse índice.

4.1.6 CONHECIMENTO

A nível do conhecimento, não se podem esperar mudanças em tão pouco tempo. No entanto, o ano lectivo passado culminou um ano lectivo confuso e de retrocesso geral. O novo ano lectivo começou com a preocupação quase única de gerir os episódios de Covid-19 nas escolas, não deixando muito espaço para outras preocupações. Teremos, provavelmente, mais um ano de estagnação ou retrocesso.

Tabela/Gráfico 63 — Taxa de actividade

Inquérito ao Emprego em Angola – 2.º Trimestre de 2021

Indicador	2.º Trimestre e 2020	1.º Trimestre 2021	2.º Trimestre 2021	Variação Trimestral (%)	Variação Homóloga (%)
Taxa de actividade	88,3	90,1	90,2	0,1	2,2

Fonte: INE

De acordo com o resultado do IEA publicado pelo INE, a taxa de actividade no 2.º Trimestre de 2021 cresceu cerca de 0,1% com relação ao trimestre anterior e cerca de 2,2%, se comparado com o período homólogo. Tais variações indicam que há um número crescente de pessoas à procura de trabalho precocemente e que, portanto, o número de pessoas com idade escolar fora de sistema de ensino, por razões de sobrevivência, está a aumentar.

O grupo que consegue manter-se no sistema de ensino, pelo menos no ensino primário, termina-o com inúmeras deficiências pois, o sistema em vigor tolera à passagem de classe sem os

conhecimentos adequados. É urgente que o Estado se vire para a qualidade fazendo testes nacionais corrigidos fora da escola frequentada pelo aluno, premiando as escolas e professores com melhores resultados.

Insistimos ser fundamental que o Estado defina o serviço público de educação. Pretende-se garantir que todos os alunos consigam completar o 6.º ano? Temos condições para criar escolas para esse objectivo? Deve o Estado recorrer ao apoio social de algumas famílias para garantir o ensino gratuito até esse nível, usando os recursos dos colégios privados? Deve o Estado apoiar os alunos com material? Qual o critério? Qual é o apoio que é possível dar aos níveis superiores: 9.º ano, ensino médio e ensino superior.

A falta de mão-de-obra qualificada (conhecimento) é um dos principais constrangimentos do mercado. O modelo de formação superior existente retarda a entrada dos jovens no mercado de trabalho porquanto continua-se a ter apenas um modelo de formação superior bastante longo, independentemente do objectivo profissional do formando.

À semelhança do que já acontece com êxito em vários países e até mesmo em alguns da região austral do nosso continente, como na África do Sul e na Namíbia, é preciso começar-se a pensar numa formação superior profissionalizante de curta duração, menos de 3 anos, especializada e totalmente virada para o mercado de trabalho.

Para tal, o relacionamento com as universidades privadas deve ser de parceria, de contratação, e não de imposição, como se tem verificado. As universidades precisam da liberdade necessária para a criação dos cursos, suas grades curriculares e seus preços.

4.1.7 TAXA DE NATALIDADE

Além de uma simples previsão publicada em resultado do censo realizado em 2014, continua a não haver qualquer debate ou sequer a publicação de dados estatísticos sobre a taxa de natalidade.

Necessitamos de saber o que se está a passar e de reduzir o exército de desempregados sem qualificações que a elevada taxa de natalidade está a agravar!

Continuamos convictos de que o tema do controlo de natalidade deve ser debatido com abertura e sem preconceitos para conseguirmos equilibrar economia e natalidade. De outra forma, estaremos a colocar no mundo gerações de desempregados e a aumentar os índices de miséria no país e, conseqüentemente, a fazer perigar a segurança e a estabilidade futuras.

4.1.8 O PRIMADO DA LEI

As leis devem garantir que os direitos de todos sejam respeitados e, conseqüentemente, a estabilidade em todas as vertentes da vida em sociedade.

Porém, notam-se sinais mistos quanto à defesa do primado da Lei e à criação de estabilidade na regulação da actividade.

O episódio do encerramento das estações de televisão por não estarem legalizadas, depois de terem funcionado durante anos, é um exemplo disso. Na busca da defesa da legalidade, pode ter-se acabado por dizer aos potenciais investidores: não invistam sem estudarem muito bem o complexo sistema das nossas normas; a cada momento podemos ressuscitar uma norma adormecida, e vocês perdem o vosso negócio!

Por um lado, foram criadas algumas garantias processuais na justiça criminal (o que tem sempre influência positiva sobre a justiça económica), mas, aparentemente, continuam a ser detidas pessoas por infracções de natureza comercial.

4.1.9 SEGURANÇA PÚBLICA

Garantir a segurança dos cidadãos e das organizações é função da Polícia Nacional (PN). É para isso que ela existe e é a isso que ela devia estar adstrita.

No exercício dessa função, notam-se algumas melhorias. Contudo, são mistos os sinais relativos à desmilitarização da segurança pública, com melhorias no relacionamento no casco urbano de Luanda, mas sem melhorias visíveis no interior do país e nos bairros da capital.

Os dados sobre a criminalidade não mostraram melhorias, tendo-se mesmo agravado com o aumento da miséria.

As populações continuam assustadas e recorrem com frequência à justiça pelas próprias mãos, o que é um enorme retrocesso civilizacional e afasta os investidores.

Continuamos a observar quotidianamente mais acções de inspecção a quem está a trabalhar (taxistas, camionistas, etc.) do que acções de combate ao banditismo.

As empresas nem pensam em começar a pensar em prescindir dos serviços de segurança privados.

Se há coisa que os empresários valorizam é a segurança dos seus investimentos sem prepotências, no quadro de uma polícia civil que actue para os proteger sob as mais diversas circunstâncias, sem nunca interferir nos seus negócios!

É necessário que se continue o processo de formação dos agentes da polícia para que, mesmo na periferia, no interior do país ou na acção sobre determinadas pessoas, possam prestar um serviço cada vez melhor ao cidadão e esse confie mais na polícia e colabore com os serviços.

4.1.10 A REFORMA DO ESTADO

A reforma económica do Estado, até agora, tem-se limitado ao aumentar da receita e ao reduzir da despesa o mais possível!

Por se tratar de um assunto do nosso futuro, um assunto dos nossos filhos, insistimos que a reforma deve ser amplamente debatida nos *media* e aprovada na Assembleia Nacional. Esse não é assunto de um Executivo!

A reforma do Estado é definir as funções prioritárias, os serviços públicos que devem garantir e os recursos que lhes serão destinados e com que impostos sobre os cidadãos e empresas vão estes recursos ser pagos.

Nesse contexto, é preciso que se crie uma clara estratégia para a transição de um orçamento dependente do petróleo para um orçamento dependente dos impostos: a distribuição da receita por tipo de imposto; a distribuição da despesa por função; a clarificação dos serviços a prestar pelo Estado; os meios necessários para a sua efectivação; o seu custo e como a despesa será paga com os impostos que desejamos.

Insistimos ainda que a verdadeira reforma do Estado no campo económico deve incluir o registo e titularidade da propriedade, a substituição do sistema de licenças por normas de aplicação geral e directa (sem contacto com os agentes do poder de Estado) e uma clara aposta na educação, saúde, segurança pública e segurança jurídica. Uma verdadeira reforma do Estado deve incluir a gestão de

infra-estruturas, nomeadamente vias de comunicação (com prioridade para as estradas), água, electricidade e saneamento, para que os custos de contexto (água de cisterna, geradores, desgaste no material rolante, etc.) se reduzam, a economia nacional seja mais competitiva, os direitos dos consumidores e das empresas possam cumprir-se e a economia prospere.

4.1.11 A CORRUPÇÃO

O combate à grande corrupção tem registado progressos, sendo hoje claro que os cargos governamentais, pelo menos até ao nível de secretário provincial, não conferem qualquer imunidade. Neste particular, parabéns! Contudo, seria necessário que a PGR estendesse a sua acção às pessoas cujo nível de riqueza não é compatível com as remunerações auferidas durante todo o seu percurso profissional.

É sobretudo necessário que a transparência aumente: que as adjudicações directas se tornem a excepção; que em todas as adjudicações, directas ou por concurso, sejam publicitadas as condições do negócio; que se reduza o nível de discrepâncias na conta externa; e que a execução orçamental não tenha zonas cinzentas, percebendo-se para onde vai a dívida contratada.

A pequena corrupção tem vindo a piorar. Grande parte das chefias locais dos serviços não é activa na exigência de elevados padrões de produtividade, o que deixa espaço aos maus funcionários para criarem entraves e sistemas de favores que, até hoje, têm conseguido deixar a milhas os poucos sistemas de controlo e simplificação que foram implementados.

Sem o reforço do sistema de controlo sobre a execução das tarefas dos funcionários públicos, todos os esforços de simplificação e desburocratização serão, efectivamente, boicotados!

4.1.12 ASPECTOS DESENVOLVIDOS EM OUTROS CAPÍTULOS

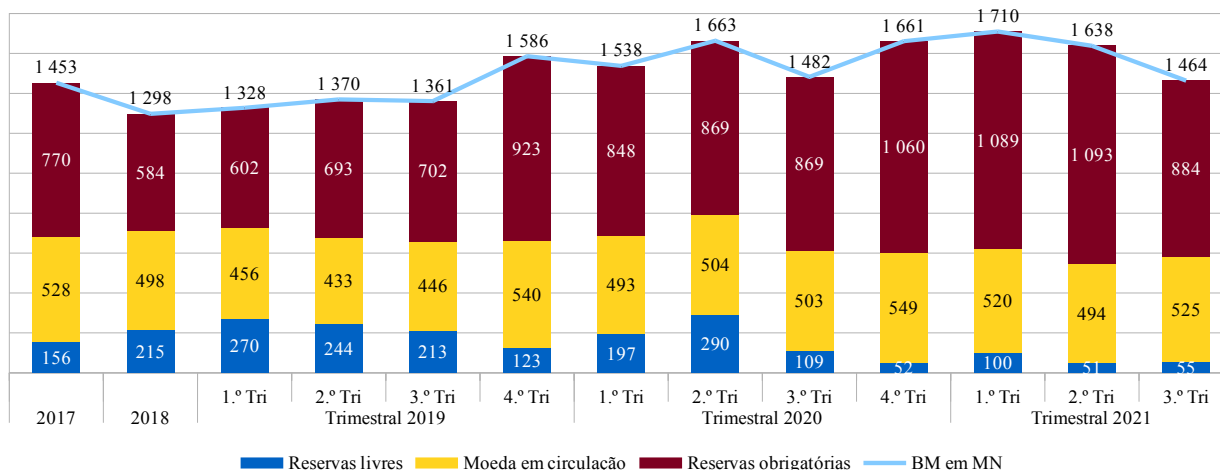
Outros factores determinantes na qualidade do nosso ambiente de negócios são a taxa de câmbio, as políticas de crédito, a inflação e a dívida pública, que são desenvolvidas em secções próprias.

4.2 POLÍTICA MONETÁRIA

4.2.1 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA LIQUIDEZ

4.2.1.1 BASE MONETÁRIA

Tabela/Gráfico 64 — Evolução da base monetária em moeda nacional (mil milhões de Kwanzas)

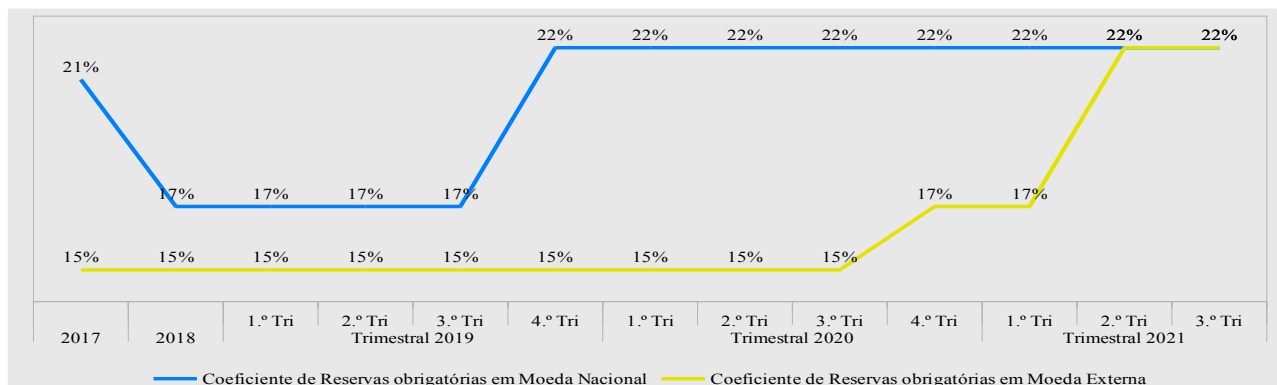


Fonte: BNA.

A Base Monetária (BM) mantém-se no patamar de 1,3 biliões de Kwanzas, até à introdução da taxa flexível (4.º Trimestre de 2019). Nessa altura, o coeficiente de reservas obrigatórias passa de 17% para 22% com o objectivo de reduzir a oferta de moeda nacional no mercado cambial que mostrava sinais de grande agitação. As reservas obrigatórias passaram do patamar de 700 para o de 900 mil milhões, fazendo subir a BM, primeiro para 1,5 biliões e depois para o patamar de 1,6 biliões.

No 4.º Trimestre de 2020, o BNA sobe o coeficiente de reservas em moeda estrangeira de 15% para 17%, mas obriga a que o diferencial seja constituído em MN, cujas *stocks* tinham aumentado com o pagamento pelo tesouro de elevados montantes de OT indexadas. As reservas obrigatórias sobem para o patamar de 1 bilião de Kwanzas, mas a BM mantém-se à custa da redução das reservas livres. No 2.º Trimestre de 2021 (28 de Maio), o coeficiente de reservas em ME sobe de 17% para 22% e cessa a obrigatoriedade de constituição das reservas em Moeda Nacional (MN), efeito que se sentiu apenas no 3.º Trimestre, com as reservas obrigatórias em MN a decrescerem do patamar de 1.100 para 884 mil milhões de Kwanzas (-19%).

Tabela/Gráfico 65 — Evolução dos coeficientes de reservas obrigatórias



Fonte: BNA.

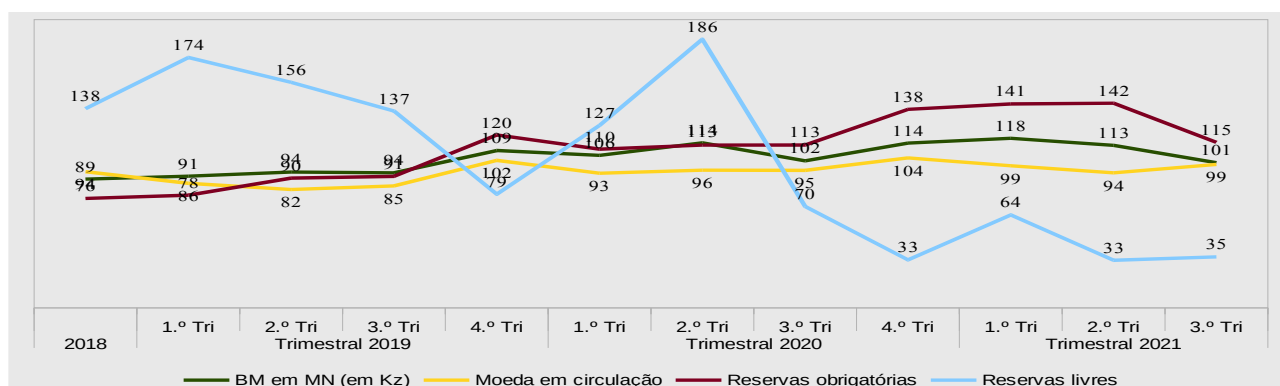
O BNA aplica uma política menos restritiva a partir de Junho de 2018, baixando os coeficientes de reservas para 19% e, posteriormente, 17% (Agosto), o que é compensado por um controlo muito

estrito da variação das taxas de câmbio. Este controlo das taxas de câmbio tem como consequência o alargamento do diferencial entre as taxas oficiais e do mercado paralelo, sobretudo entre Outubro de 2018 e Setembro de 2019. Com um afastamento muito pronunciado da taxa de câmbio oficial face ao paralelo, o Banco Central provoca um forte deslize cambial (30% em Outubro de 2019), introduzindo, a 23 de Outubro, o regime de taxa de câmbio flexível (sem limites administrativos). Para manter o equilíbrio cambial, aperta a política monetária, aumentando o coeficiente de reservas em MN para 22%.

O coeficiente de reservas em ME mantém-se inalterado até ao final de 2020, data em que o BNA contrai a MN através do esquema pouco ortodoxo de aumentar os coeficientes de reservas de ME, mas obrigando a que o diferencial seja constituído em MN.

Em 2021, o BNA alivia, na prática, o coeficiente em MN ao aumentar o coeficiente de reservas em ME para 22%, mas cessando a obrigatoriedade de constituição da reserva em MN. A forte redução das reservas obrigatórias, no 3.º Trimestre de 2021, não conduziu a qualquer aumento das reservas livres, mostrando grande falta de liquidez em MN sob o controlo da banca nacional. Simultaneamente, o BNA reage ao aumento das reservas livres em ME, que tinham atingido níveis excessivos, “matando dois coelhos de um só tiro”.

Tabela/Gráfico 66 — Índice de crescimento da BM em MN (2017 = 100)

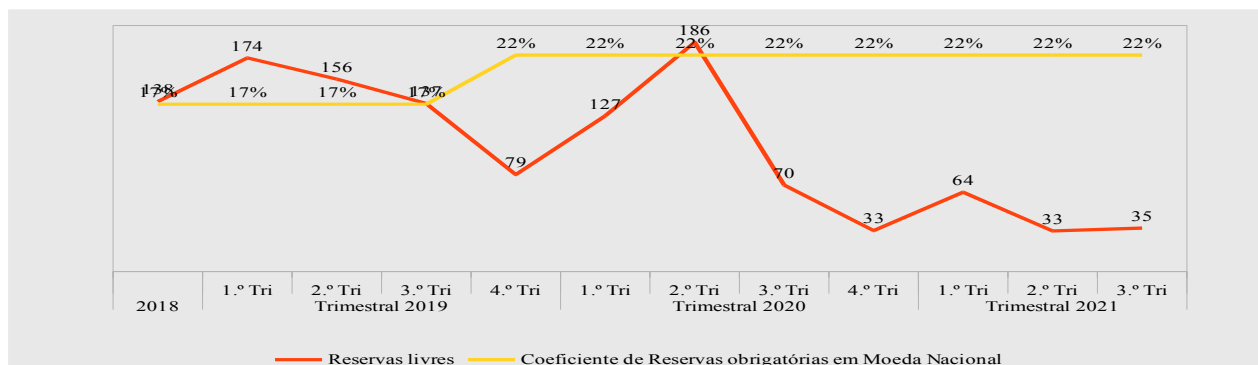


Fonte: BNA.

A BM regressa, no 3.º Trimestre de 2021, ao nível de 2017, impulsionada pelas reservas obrigatórias (índice 115), mas constrangida pela redução das reservas livres (índice 35). As reservas obrigatórias variam por patamares, determinados pelos coeficientes do BNA, terminando o 2.º Trimestre de 2021 42% acima do nível de 2017, o que mostra bem a intensidade da política restritiva do BNA nesta legislatura. Contudo, com o cessar da obrigatoriedade de constituição do aumento do coeficiente em ME, usando MN, as reservas obrigatórias caem significativamente do índice 142 para o índice 115.

A moeda em circulação desce ligeiramente (-1%), desde 2017, e as reservas livres reduzem-se significativamente, representando 35% do valor no final de 2017. Não encontramos justificação satisfatória para o aumento das reservas livres no 1.º Semestre de 2020. Eliminando os desvios no 4.º Trimestre de 2019 e no 2.º Trimestre de 2020, as reservas livres caem sucessivamente de um índice 137 para 127 e 70, parecendo querer estabilizar à volta do índice 35 nos 2.º e 3.º Trimestres deste ano.

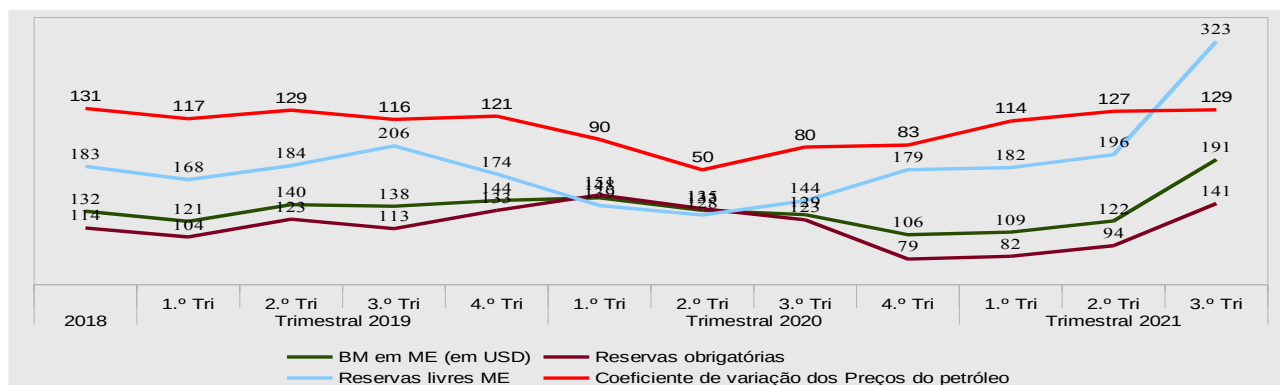
Tabela/Gráfico 67 — Índice de crescimento das reservas livres em MN (USD; 2017 = 100) e coeficiente de reservas obrigatórias em MN



Fonte: BNA.

A eficácia da secagem de liquidez pelo BNA está bem patente na redução das reservas livres dos bancos.

Tabela/Gráfico 68 — Índice de crescimento da BM em ME (USD; 2017 = 100)

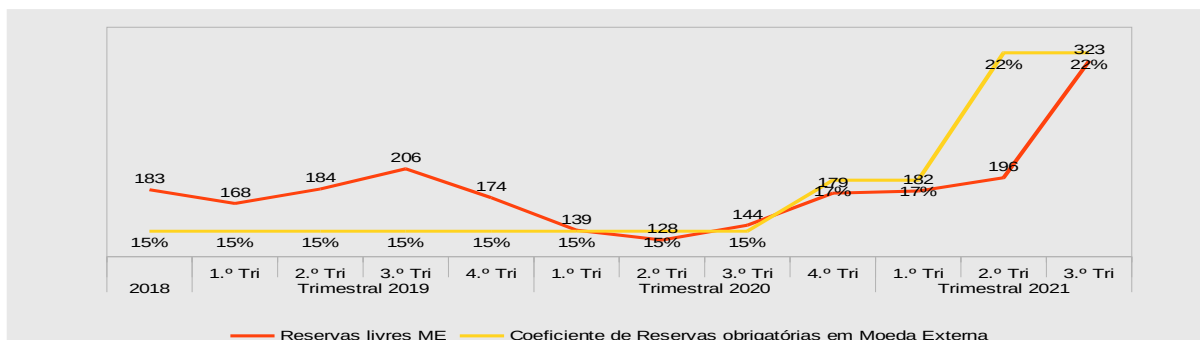


Fonte: BNA.

A BM em USD flutua entre 30% e 40% acima do valor de 2017, até ao 3.º Trimestre de 2020, caindo posteriormente para +6% no 4.º Trimestre de 2020 e subindo até ao índice 191 (+91%) no 3.º Trimestre de 2021. A variação dos coeficientes de reserva, no 3.º Trimestre de 2020, não afectou os índices de crescimento da BM em ME, mas sim em MN, por as reservas adicionais terem sido obrigatoriamente constituídas na moeda interna. A alteração do coeficiente para 22%, a 28 de Maio de 2021, sendo agora constituído em ME, ficou bem marcada, com as reservas obrigatórias a subirem, de 94 (6% abaixo do índice de 2017), no 2.º Trimestre, para 141, no 3.º Trimestre de 2021!

A variação das reservas livres em USD apresenta uma correlação razoável (não calculada), com os preços do petróleo (note-se que a escala dos preços é diferente das restantes para maior ajuste visual à variação das reservas livres).

Tabela/Gráfico 69 — Índice de crescimento das reservas livres em ME (USD; 2017 = 100) e coeficiente de reservas obrigatórias em ME

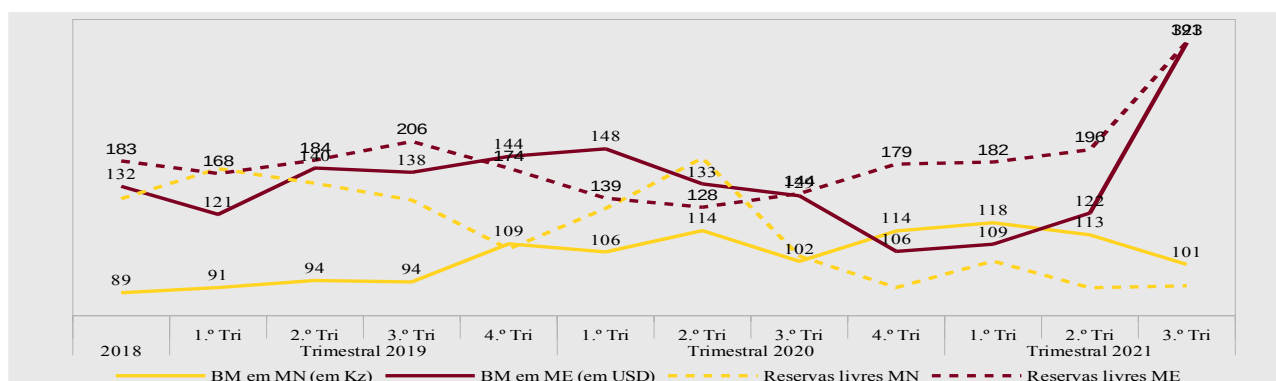


Fonte: BNA.

No que diz respeito à BM em ME, o aumento do coeficiente de reservas obrigatórias parece ser uma resposta ao crescimento das reservas livres da banca.

O Tesouro vendeu ME no mercado cambial, no final de 2020 (principalmente no 4.º Trimestre), para fazer face aos compromissos resultantes do vencimento da dívida interna indexada. Os bancos ficaram com mais reservas de USD; o BNA tratou de secar esta liquidez através da subida do coeficiente de reservas obrigatórias para 22%. Estas poderão constituir uma importante almofada para a estabilização cambial futura.

Tabela/Gráfico 70 — Índice de crescimento nominal da BM em MN e em ME



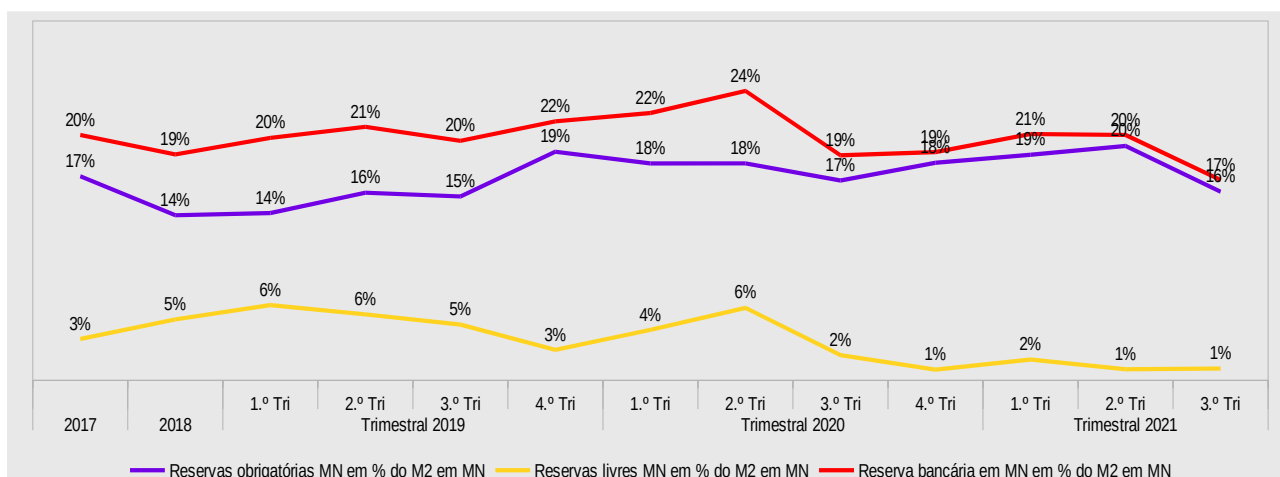
Fonte: BNA.

A BM em MN cai significativamente no 1.º Trimestre de 2018 (de 100 para 89), apresentando um crescimento constante que ultrapassa o nível de 2017 no 4.º Trimestre de 2019, sendo uma das componentes da crise da Taxa Flexível: aumento do índice da BM de 94 para 109 e, posteriormente, para 114, demonstrando bem a política muito restritiva que foi seguida pelo Banco Central, nessa altura.

As reservas em ME situam-se, permanentemente, acima do valor do 4.º Trimestre de 2017 (índice 100), oscilando pouco até ao final do 3.º Trimestre de 2020, variando em função dos preços do petróleo bruto.

Após a queda no 4.º Trimestre de 2020, as reservas em ME crescem constantemente, com especial ênfase no 3.º Trimestre, quando entra em vigor o coeficiente de 22% para as reservas obrigatórias.

Tabela/Gráfico 71 — Percentagem das reservas em MN sobre o M2 em MN (em Kz)

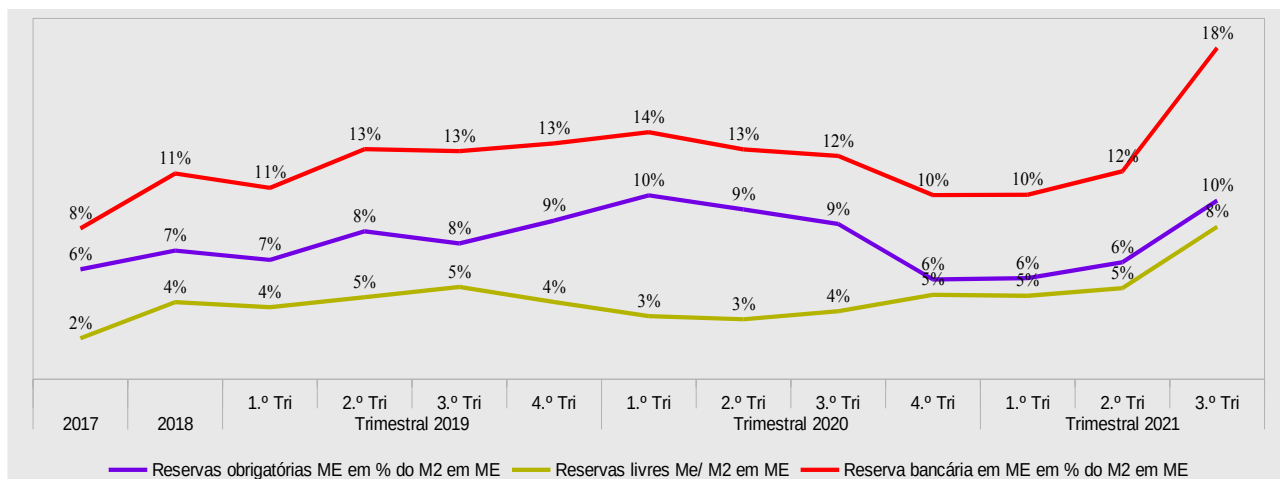


Fonte: BNA.

As reservas obrigatórias em MN oscilam à volta de 20% do M2 em MN, atingindo o ponto mais baixo da série (17%) no 3.º Trimestre de 2021, em resultado do fim da obrigatoriedade de constituição em MN de parte das reservas obrigatórias sobre os *stocks* de moeda estrangeira.

A subida das reservas obrigatórias é compensada pela redução das reservas livres, levando as reservas totais a oscilar entre 14% e 20%, atingindo, no 3.º Trimestre de 2021, um dos seus pontos mais baixos (16%), mostrando haver pouca liquidez na banca comercial, mas suficiente liquidez no sistema (incluindo as reservas obrigatórias).

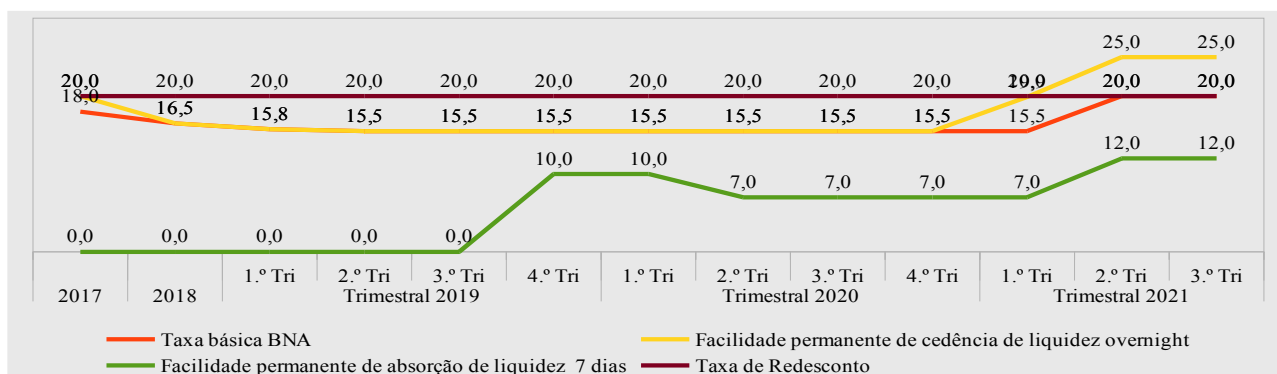
Tabela/Gráfico 72 — Percentagem das reservas em ME sobre o M2 em ME (em USD)



Fonte: BNA.

A reserva bancária total em ME, em percentagem do M2 em ME, apresenta uma constante tendência de crescimento até à pandemia, descendo para valores inferiores a 2018 no 4.º Trimestre de 2020, subindo vigorosamente de 12% para 18% no 3.º Trimestre de 2021. A reserva obrigatória cresce de 6% para 10% em função do aumento do coeficiente de 17% para 22% e de ter cessado a obrigatoriedade de constituição de parte destas reservas em MN.

Há uma enorme liquidez em ME no sistema, o que, conjugado com a redução da liquidez em MN deverá pressionar no sentido de uma forte valorização do Kwanza.

4.2.1.2 TAXAS DE JURO
Tabela/Gráfico 73 — Taxas BNA


Fonte: BNA.

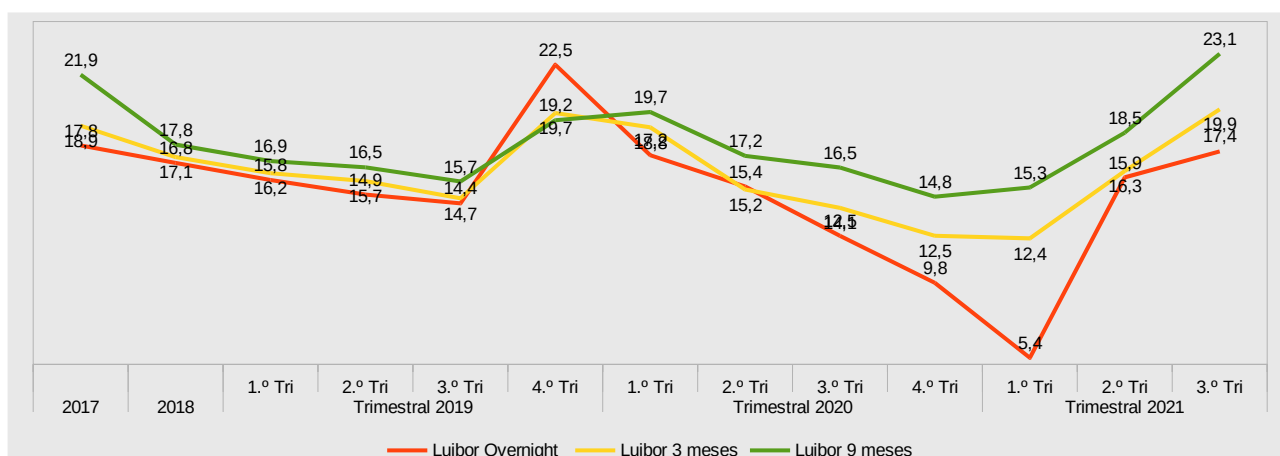
A taxa mais importante é, evidentemente, a taxa BNA, que desce muito ligeiramente no início da série, mostrando a tímida tentativa de enveredar por uma política monetária expansionista, terminando com uma subida drástica de 5 pontos percentuais (+33%), no final de Maio de 2021, em resposta ao crescimento da inflação.

A taxa de cedência de liquidez *overnight* fundamental para a gestão da liquidez dos bancos sobe de 15,5% para 25% (cerca de 66%) desde o final de 2020, forçando o aumento das reservas bancárias.

Embora mexendo na taxa BNA e na taxa de cedência *overnight*, a taxa de redescuento manteve-se inalterada (20%), embora sem qualquer utilidade prática, uma vez que não houve operações desta natureza desde Setembro de 2019.

A facilidade permanente de absorção de liquidez inicia o seu percurso a 0%, seguida de um período a 10%, de uma redução para 7%, ambos sem relação com as restantes taxas, e de uma subida para 12%, no 2.º Trimestre de 2021, desta vez acompanhando a evolução das restantes taxas.

Aparentemente, o BNA está ainda a iniciar o processo de absorção de liquidez, sobretudo a dos bancos mais sólidos, através deste mecanismo que ainda não mostrou grande eficácia, uma vez que a liquidez é muito reduzida devido aos elevados coeficientes de reservas obrigatórias.

Tabela/Gráfico 74 — Evolução das taxas Luibor


Fonte: BNA.

As taxas Luibor, taxas interbancárias que também servem de referência para as taxas de crédito bancário, a 3 meses e 9 meses apresentam uma tendência de relativa estabilidade em baixa até ao 1.º

Trimestre de 2021, mostrando a reacção do mercado face à crise e à redução do crédito. A taxa *overnight* é mais volátil, com uma tendência decrescente mais marcada, mas também maiores picos.

A partir do 2.º Trimestre e por influência do FMI, o BNA aumentou as suas taxas de referência com consequências bem visíveis na subida das taxas interbancárias, com a taxa *overnight* a subir de 5,4% para 17,4%, a taxa a 3 meses a subir de 12,4% para 19,9% e a taxa a 9 meses a subir de 15,3% para 23,1%! Como se pretende que o crédito cresça com uma política fortemente restritiva do crédito?

4.2.1.3 ABSORÇÃO E CEDÊNCIA DE LIQUIDEZ

Tabela/Gráfico 75 — Operações de mercado

Mil Milhões de Kwanzas	2017	2018	2019	2020	2021*
Absorção de Liquidez pelo BNA			63	465	1 580
Cedência de liquidez pelo BNA	3 834	3 449	269	1 709	119
Operações de mercado aberto – absorção	1 688	1 643	1 886	4 210	3 771
Operações de mercado aberto – cedência	118	53	510	115	306
Permuta de liquidez interbancária	2 354	9 068	3 751	9 865	3 229

* Até Set

Fonte: BNA.

A absorção e a cedência de liquidez pelo Banco Central apresentam valores trimestrais muito irregulares e reduzidos, como pode deduzir-se da sua evolução anual.

De notar apenas o aumento substancial da absorção de liquidez pelo BNA nos meses de Fevereiro e Março através da utilização do instrumento de facilidade de absorção de liquidez a 7 dias. Contudo, a partir dessa data, as operações cessam totalmente. Também as operações de cedência se interrompem praticamente a partir de Maio, tendo, a partir dessa data, representado apenas 6,5 dos 119 mil milhões de Kwanzas do ano de 2021 (até Setembro).

Não existem operações de redesconto desde 2019!

As operações de mercado aberto têm ainda uma importância muito relativa, aliás como todas as operações de mercado em geral, apresentando, contudo uma boa evolução em 2020 e 2021 (note-se que a informação de 2021 não tem o 4.º Trimestre). Nota-se também aqui uma forte actividade de absorção de liquidez por parte do BNA, atingindo cerca de 4 biliões de Kwanzas por ano, nos últimos dois anos.

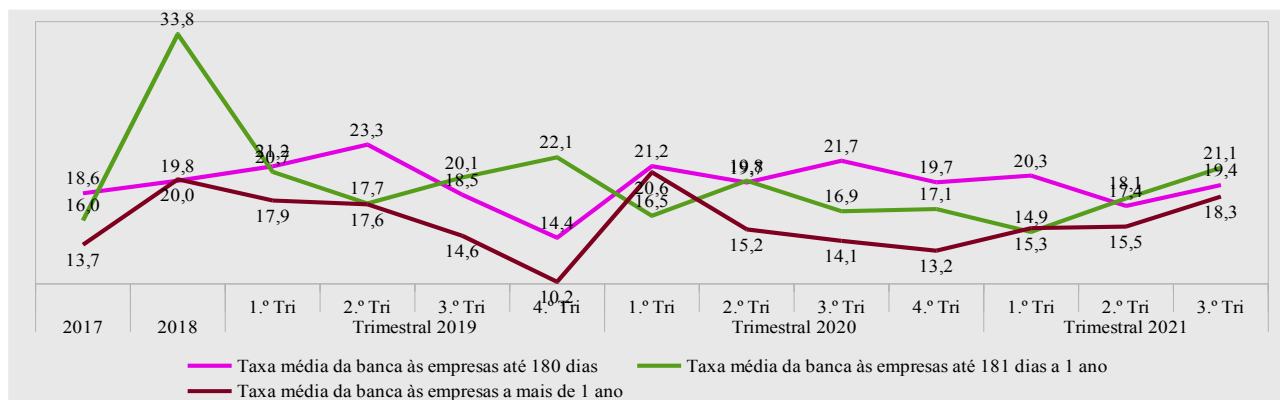
A permuta de liquidez interbancária não parece apresentar uma tendência bem definida, parecendo oscilar entre os 3 os 9 biliões sem aparente lógica. Aguardemos pelo valor final de 2021, mas, aparentemente, os instrumentos criados este ano pelo BNA tiveram pouco efeito, tendo sido absorvidos pela acção directa do BNA sobre o mercado.

A política monetária está ainda muito “atada” à fixação administrativa de taxas de juro e coeficientes de reservas obrigatórias, com especial destaque para este último instrumento.

4.2.2 EFEITOS DAS POLÍTICAS DE GESTÃO DA LIQUIDEZ

4.2.2.1 CRÉDITO

Tabela/Gráfico 76 — Evolução das taxas médias de juro da banca para empréstimos às empresas



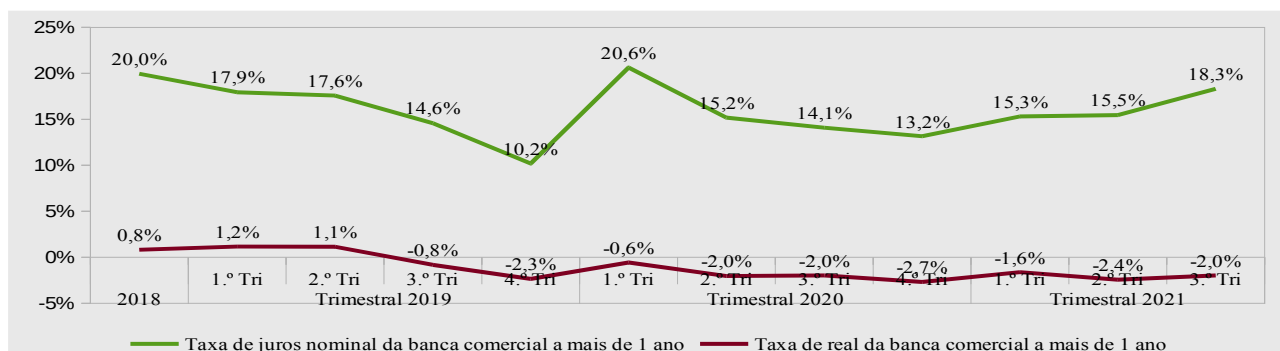
Fonte: BNA.

As taxas activas da banca apresentam bastante estabilidade.

Contudo, é de registar a tendência de subida, impulsionada pelas taxas praticadas pelo BNA, com a taxa até 180 dias a subir entre o 2.º e 3.º Trimestre de 17,4 para 19,4% (20,3% no 1.º Trimestre), a taxa entre 180 dias e um ano a subir de 14,9% para 21,1% entre os 1.º e 3.º Trimestres e a taxa a mais de um ano a subir de 13,2% para 18,3% entre o 4.º Trimestre de 2020 e o 3.º Trimestre de 2021.

O crédito, em termos nominais, está cada vez mais caro.

Tabela/Gráfico 77 — Evolução das taxas de juro activas a mais de um ano (real e nominal)



Fonte: BNA.

Retirando a situação anómala no final de 2019 e o seu reflexo simétrico no 1.º Trimestre de 2020, a taxa a mais de um ano (a que tem mais influência no investimento) apresenta grande estabilidade, com a moda a situar-se no patamar dos 15%, subindo fortemente para 18%, no 3.º Trimestre deste ano.

Em termos reais (calculando a taxa trimestral dividindo a taxa anual por 4 e subtraindo-lhe a inflação trimestral), a taxa a mais de um ano entra em terreno negativo no 3.º Trimestre de 2019, apresentando grande estabilidade, em torno de -2%.

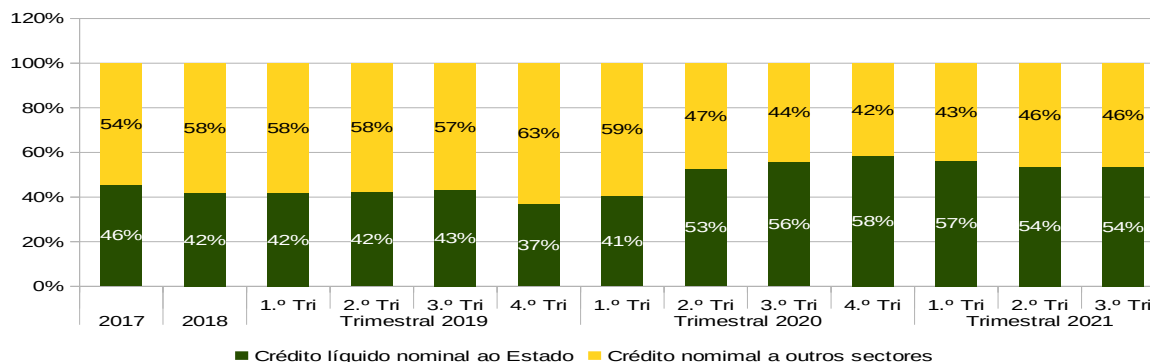
Os negócios reclamam das elevadas taxas de juro, mas os bancos têm razão em não quererem emprestar: a culpa é, evidentemente, da inflação. Apesar de tudo, os negócios parecem estar em melhor posição no que diz respeito ao custo dos empréstimos. Se é certo que pagarão taxas nominais elevadas, também é verdade que, até agora, os seus preços de venda, em média, têm

aumentado mais rapidamente. Taxas de juros negativas deveriam ser atractivas para os negócios, mas não são. Na verdade, estas aumentam a incerteza porque o empresário não sabe se os seus preços irão acompanhar a inflação, limitando, desta forma, a procura de crédito.

Para os bancos, emprestar dinheiro à economia com taxas negativas é uma actividade ruínoza: quanto mais emprestam, mais deterioram o seu capital. Com taxas de crédito malparado à volta de 20% (felizmente em retracção), o negócio é duplamente ruínozo. Por isso, a banca procura margens positivas noutros negócios, nomeadamente na dívida estatal, nos *spreads* cambiais e, agora, nas comissões e outras despesas de serviços bancários.

Embora haja muitas definições de hiperinflação, consideramos que podem, com propriedade, ser consideradas como tal as alterações do nível geral de preços que tenham efeitos disruptivos sobre o investimento, o consumo, o crédito e, em geral, sobre toda a actividade económica. Nestas condições, devemos considerar que estamos perante uma situação de hiperinflação quando o crescimento dos preços for superior a 20%, no quadro actual da nossa economia. Podemos mesmo enunciar a nossa concepção de outra forma: quando taxas de juro negativas são acompanhadas de taxas nominais que desencorajam a procura de crédito, estamos perante uma situação de hiperinflação.

Tabela/Gráfico 78 — Peso do Estado nos activos das outras sociedades de depósitos



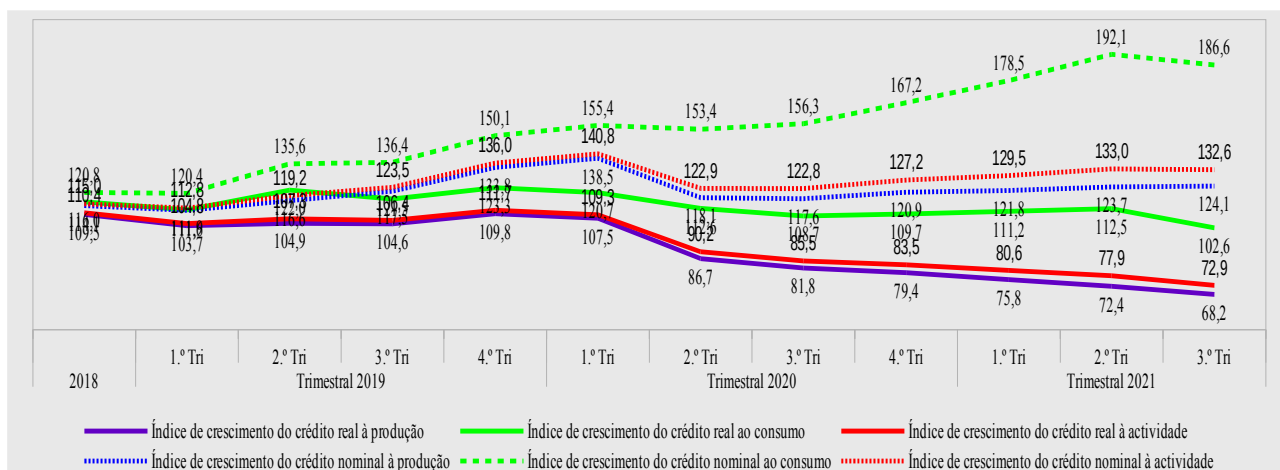
Fonte: BNA.

O peso do Estado é sempre muito significativo, rondando os 40% até ao 2.º Trimestre de 2020. A partir do 2.º Trimestre de 2020, há um aumento substancial do peso do Estado, passando de um patamar de 40% para 60%, descendo, contudo, a partir do 2.º Trimestre de 2021 para o nível de 54%. O Estado absorve mais de 50% dos recursos de crédito da economia!

Não nos parece contudo correcta a ideia de que o Estado concorra com a economia para a concessão de crédito, esgotando recursos escassos. Os recursos estão lá, embora bastante reduzidos pelo crescimento desmesurado das reservas bancárias junto do BNA. O problema do peso do crédito ao Estado é que oferece taxas de juro mais elevadas (entre 24% e 25%, em 2021) com risco reduzido, permitindo à banca manter uma boa rentabilidade sem ter de enveredar pelo negócio de elevado risco e rentabilidade negativa que constitui o crédito às empresas. Por outro lado, a liquidez para conceder mais crédito à economia existe no sistema bancário angolano. Os bancos só não podem conceder crédito porque, sempre que aumenta a liquidez no sistema, o BNA imediatamente a seca com medo da inflação.

Há liquidez suficiente no sistema bancário angolano, está é toda no BNA!

Tabela/Gráfico 79 — Índice de crescimento nominal e real do crédito (c/ a inflação do INE)



Fonte: BNA.

O crédito à produção (azul) cresce, em valor nominal, 24%, desde 2017, situando-se abaixo do valor de 38,5% anterior à pandemia, agravado pelo facto de ter decrescido entre o 2.º Trimestre e o 3.º Trimestre de 2021. Em termos reais, e usando a métrica mais favorável da inflação do INE, a queda é brutal, sendo o *stock* actual de crédito à produção deflacionado 32% inferior ao *stock* em finais de 2017!

O crescimento do crédito nominal ao consumo e outras actividades não comerciais cresce sensivelmente para o dobro, mas decresce do 2.º para o 3.º Trimestre deste ano. Contudo, tendo em conta o índice de inflação do INE, o seu *stock* real mantém-se (+3%).

O crédito total acompanha o crescimento do crédito à produção devido ao peso pouco significativo do crédito ao consumo, que, contudo, se vai tornando mais relevante, afastando estas duas linhas, sobretudo a partir da pandemia.

Em conclusão:

— O crédito ao PRODESI não é o crédito à actividade económica; é o crédito a um programa muito interessante, mas que deve ser olhado como impulsionador e exemplo, não como O PROGRAMA. A atenção deve centrar-se no crédito total à produção, que desceu em valor nominal desde a pandemia!

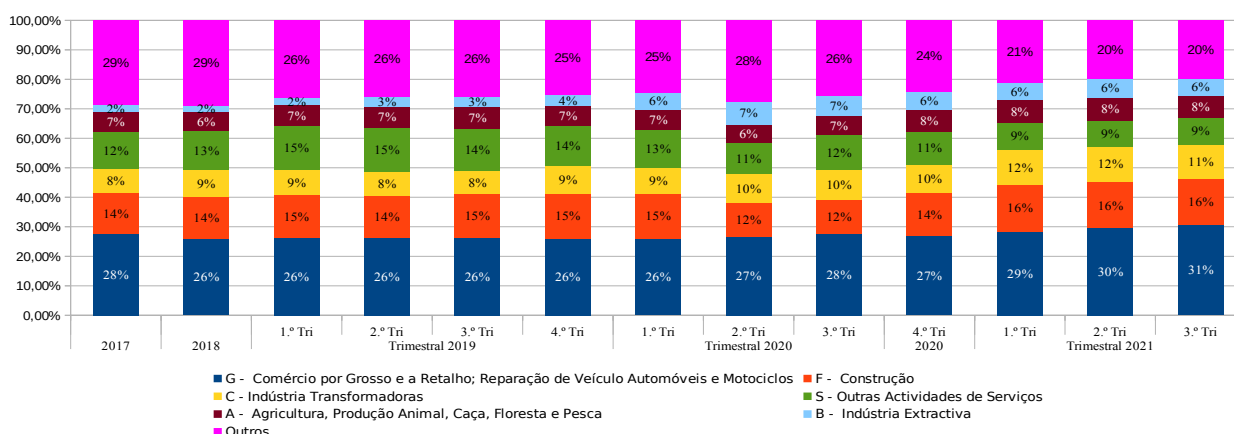
— A banca parece mais interessada em conceder crédito ao consumo, cujas taxas são, tradicionalmente, um pouco mais elevadas e, sobretudo, porque envolve menor risco; contudo, o crédito ao consumo agrava o *deficit* de oferta e promove a inflação.

— Sobretudo, a banca privilegia o crédito ao Estado porque tem taxas mais elevadas e risco reduzido!

— O BNA seca efectivamente toda a liquidez na banca para que não haja crédito; não pode, pois, queixar-se quando não há crédito à economia: a banca está apenas a responder aos “estímulos” do BNA (sobretudo através do aumento das reservas obrigatórias, mas também das taxas de juro).

— Enquanto estas condições se mantiverem, não haverá crédito à economia.

Tabela/Gráfico 80 — Crédito por ramo de actividade (em milhões de Kz)



Fonte: BNA.

O BNA lançou uma nova série para a contabilização do crédito à actividade, com início em Dezembro de 2020, sem ter feito a redistribuição do crédito nos períodos anteriores, o que pode acarretar algumas distorções na comparação dos dados que apresentamos. Parámos na indústria extractiva (5,5%); embora existam outros sectores com peso semelhante [O — Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória (5,4%) e J — Actividade de Informação e de Comunicação (4,9%)], não é clara a sua correspondência na série anterior.

A estrutura do crédito é estática. Os 3 sectores de maior peso crescem constantemente: comércio, de 28% para 32% (quase 1/3); construção, de 14% para 16%; indústria transformadora, de 8% para 11% (12% em 2020). Também a indústria extractiva sobe significativamente, de 2% para 6%.

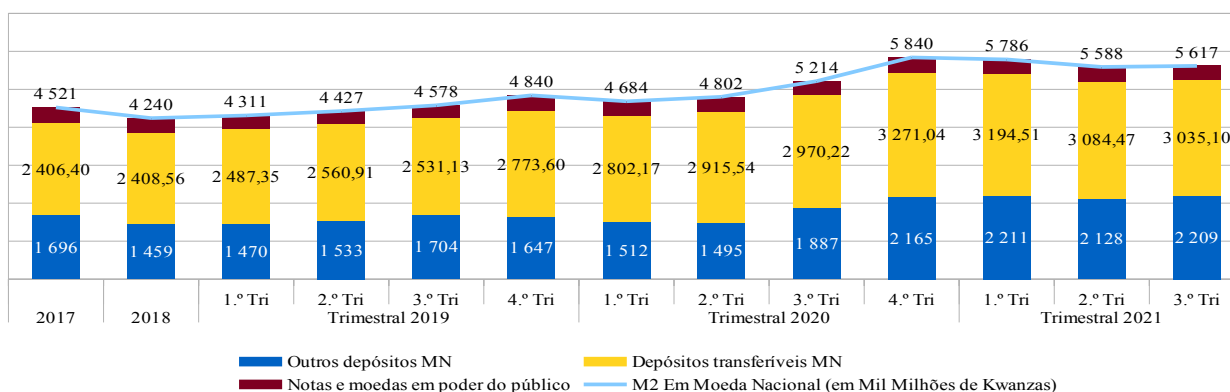
A produção agrícola sobe ligeiramente de 7% para 8%, demonstrando que uma coisa é o discurso ou as boas intenções, outra a realidade.

As outras actividades de serviços caem de 12% para 9%, embora isso se possa dever à separação de algumas actividades.

A soma de todas as outras actividades reduz-se de 29% para 20%, mostrando uma tendência para a concentração e não para a diversificação do crédito.

4.2.2.2 AGREGADOS MONETÁRIOS

Tabela/Gráfico 81 — Evolução dos agregados em moeda nacional

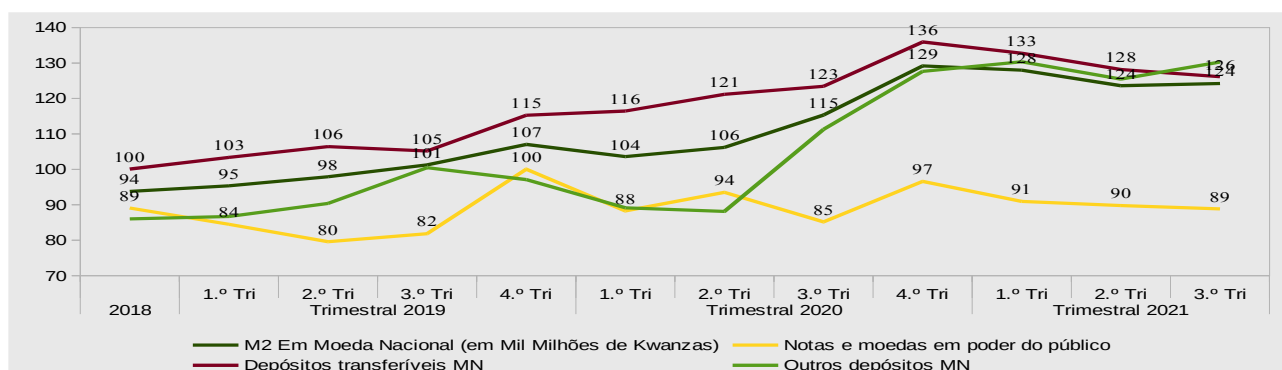


Fonte: BNA.

Nota-se um forte crescimento nominal entre os 2.º e 4.º Trimestres de 2020, que poderá ter tido origem no vencimento das OT indexadas. Parte dos montantes recebidos manteve-se estática, sob a forma de depósitos à ordem, aguardando o aparecimento de instrumentos financeiros mais atractivos. Esta circunstância deve ter reduzido a velocidade de circulação monetária, anulando, por essa via, o efeito do crescimento dos *stocks* monetários sobre a inflação. Em 2021, o M2 em moeda nacional, que é o principal determinante da componente monetária da inflação, apresenta tendência decrescente.

Pouco sabemos sobre o outro determinante da componente monetária, a velocidade de circulação. Apenas poderemos dizer que, devido às circunstâncias, deve ter caído no final de 2020, mantendo-se estacionária em 2021.

Tabela/Gráfico 82 — Índice de crescimento dos agregados em MN (2017 = 100)



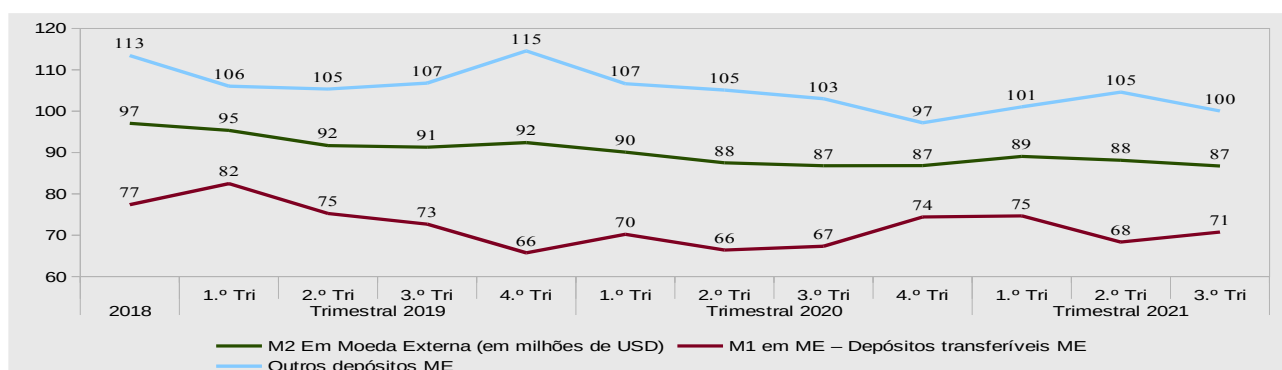
Fonte: BNA.

Embora com trajectórias diferentes, os índices de crescimento dos depósitos transferíveis e outros depósitos são, a partir do 4.º Trimestre, muito semelhantes entre si e com o índice do M2. Este atinge um máximo de 136, no 4.º Trimestre de 2020, descendendo depois até atingir 124 no 2.º Trimestre de 2021. Como é notório, um crescimento de 24% no M2, desde 2017, é claramente insuficiente para explicar a nossa inflação!

De forma muito clara, a origem da inflação em Angola não é monetária!

Note-se, ainda, a variação negativa das notas e moedas em poder do público face a 2017.

Tabela/Gráfico 83 — Índice de crescimento dos agregados em ME em USD (2017 = 100)



Fonte: BNA.

Os agregados em ME devem ser medidos em USD e não em Kwanzas, como é evidente!

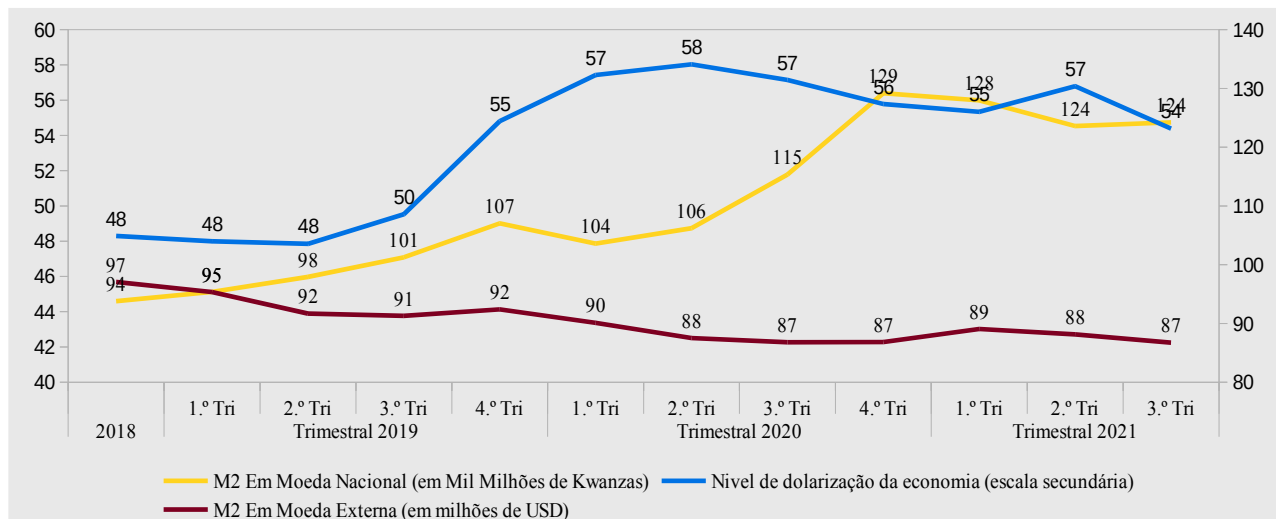
Há uma tendência de queda constante do M2 em ME desde finais de 2017 até ao 2.º Trimestre de 2020, estabilizando, a partir daí, próximo de 88 (-12% relativamente a 2017), sobretudo devido à queda dos depósitos transferíveis. Aparentemente, muitos agentes económicos foram obrigados a

desfazer-se dos seus *stocks* em moeda estrangeira devido à conjuntura desfavorável. Contudo, observa-se uma ligeira recuperação desta rubrica desde o 4.º Trimestre de 2020.

Os outros depósitos, embora apresentem uma tendência geral decrescente com alguns picos (4.º Trimestre de 2019 e 2.º Trimestre de 2021), mantêm-se acima do índice 100 em quase toda a série, atingindo um dos valores mais baixos no 3.º Trimestre de 2021 (o mesmo que em 2017 – índice 100).

Há mais moeda estrangeira no sistema bancário, mas não em poder dos agentes económicos!

Tabela/Gráfico 84 — Crescimento nominal acumulado dos agregados em MN (Kz; escala principal) e em ME (USD; escala principal) e nível de dolarização (Kz; escala secundária)



Fonte: BNA.

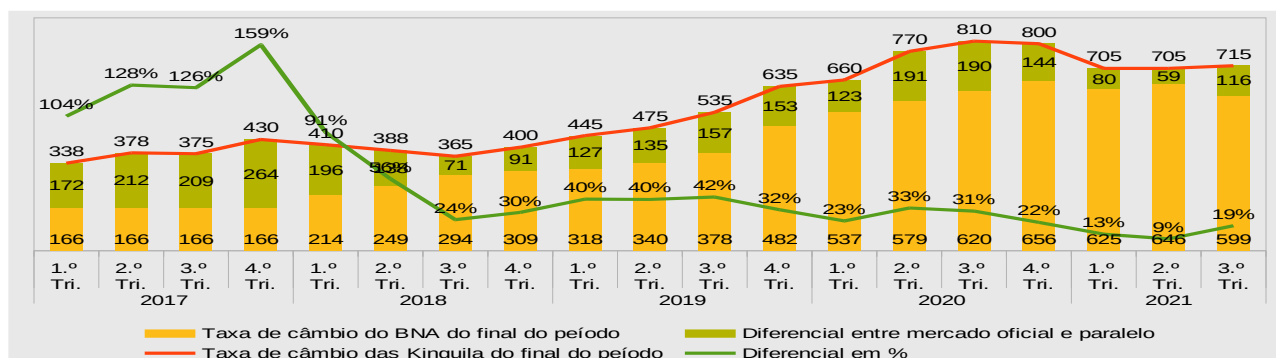
Torna-se bastante claro no gráfico que o nível de dolarização da economia é determinado pela crise do 4.º Trimestre de 2019, apresentando agora uma tendência ligeiramente decrescente. Note-se o contraste entre os depósitos em ME e a base monetária em moeda externa. Os bancos estão com um enorme excedente de liquidez em ME.

Note-se ainda a trajectória fortemente ascendente do M2 em MN em 2020, resultante do vencimento de uma enorme quantidade de dívida indexada que fez crescer os depósitos a prazo em MN e as reservas bancárias em ME.

A trajectória do M2 em ME apresenta, como dissemos, uma tendência permanentemente negativa.

4.2.2.3 TAXAS DE CÂMBIO

Tabela/Gráfico 85 — Evolução das taxas de câmbio



Fonte: BNA.

Em 2017, o diferencial entre o mercado oficial e paralelo tinha atingido mais de 100% do valor do mercado oficial! Não era possível manter essa situação!

As taxas de câmbio oficial e informal crescem acentuadamente, sobretudo entre o final de 2019 e o 3.º Trimestre de 2020. O diferencial em valor começa por se reduzir até ao 3.º Trimestre de 2018 (24%), para depois se voltar a afastar até atingir sensivelmente o valor do início da série (157 contra 172 Kwanzas), no 3.º Trimestre de 2020, subindo para 42%.

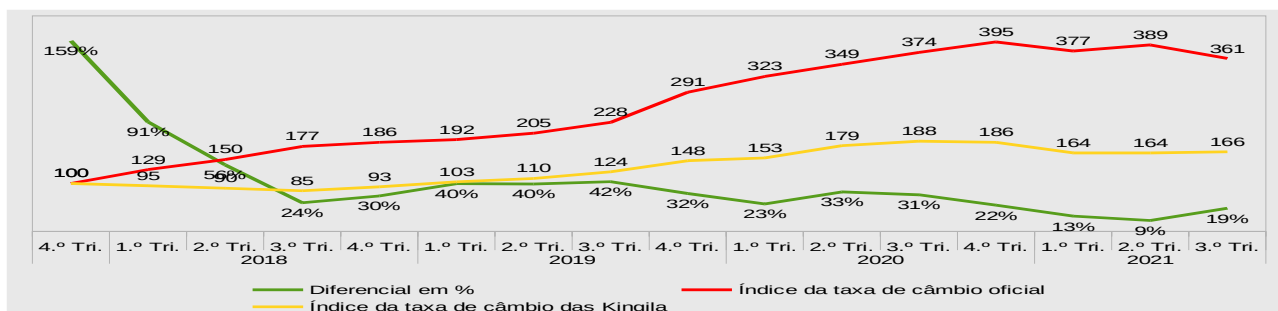
O BNA tirou um ano sabático entre Outubro de 2018 e Outubro de 2019, deixando a iniciativa ao mercado paralelo! Falta ainda fazer a história deste processo!

O aumento do diferencial fez soar os alarmes no BNA, conduzindo à necessidade de introduzir a taxa de câmbio flexível, infelizmente lançada de forma totalmente descoordenada com a introdução do IVA, o que conduziu a uma crise grave na nossa economia.

O pico é atingido no 4.º Trimestre de 2020, já com sinais de se ter atingido o equilíbrio no 3.º Trimestre (pico do mercado paralelo).

Em 2021, as taxas oficiais apresentam tendência de descida. O diferencial para as taxas do mercado paralelo atingem um mínimo no 2.º Trimestre, mas voltam a crescer no 3.º (passando de 9% para 19%). Contudo, os dados de Outubro mostram que é agora o mercado oficial a comandar, com a taxa do paralelo a ajustar-se, após algum lapso de tempo, às variações do mercado oficial.

Tabela/Gráfico 86 — Índices das taxas de câmbio nos mercados oficial e informal



Fonte: BNA.

A taxa de câmbio oficial do USD cresceu 261% desde 2017, contra uma apreciação do USD nas Kingila de apenas 66%.

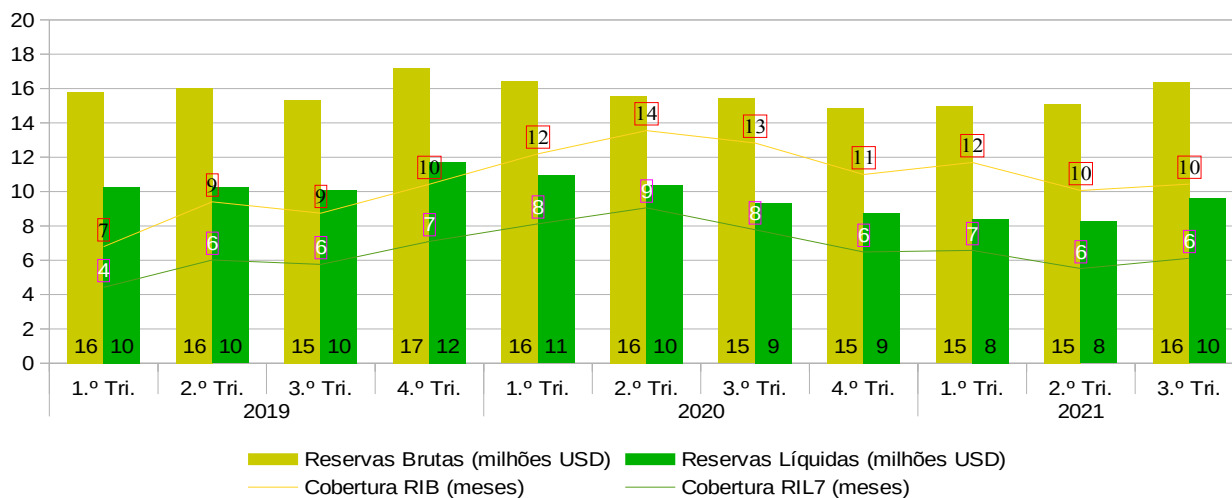
O índice do mercado paralelo é muito mais estável, demonstrando que estava bastante mais próximo da taxa de mercado. Inicialmente, desce até 85, mostrando alguma sobrevalorização no final de 2017. Posteriormente, com o abandono da iniciativa por parte do BNA, cresce regularmente até ao 2.º Trimestre de 2020, estabilizando a partir dessa data, próximo do patamar de 165.

Ao contrário, o índice oficial tende a estabilizar demasiado depressa, vendo-se obrigado a ceder a partir do 4.º Trimestre de 2019, alcançando o patamar de estabilidade no 3.º Trimestre de 2020, mas mantendo uma certa inércia de crescimento até ao 4.º Trimestre, que depois corrige em baixa em 2021, parecendo querer acomodar-se num patamar próximo de 360.

A diferença, em percentagem, entre o câmbio oficial e o informal passa de 91% para 24% entre os 1.º e 3.º Trimestres de 2018, subindo depois para 42%, no 3.º Trimestre de 2019, o que obriga à forte desvalorização do Kwanza no 4.º Trimestre desse ano. O diferencial cai para 23% no 1.º Trimestre de 2020, subindo até um pouco acima de 30% no 3.º Trimestre e, depois, cai contínua e acentuadamente até um mínimo de 9% no 2.º Trimestre de 2021, subindo para 19% no 3.º Trimestre. Como dissemos, os dados de Outubro mostram uma tendência de adaptação do índice do mercado paralelo ao do mercado oficial.

4.2.2.4 RESERVAS INTERNACIONAIS

Nota: Esta subsecção encontra-se também no capítulo referente à Balança de Pagamentos.

Tabela/Gráfico 87 — Evolução das Reservas (RIB & RIL)


Fonte: BNA.

Durante o ano de 2019, assiste-se a um crescimento das RIB, quer em valor, quer em cobertura das importações. Em 2020, assistimos ao processo inverso, em valor, estabilizando-se à volta dos 15 mil milhões de USD. Com a redução das importações, a cobertura aumenta até aos 14 meses, no 2.º Trimestre de 2020, estabilizando à volta de 12 meses a partir do 3.º Trimestre de 2020.

Em 2021, assiste-se a um crescimento das RIB no 3.º Trimestre, em resultado da emissão dos direitos especiais de saque pelo FMI. Em termos de cobertura das importações, o valor estabiliza em 10 meses (calculámos as importações do 3.º Trimestre, multiplicando o valor homólogo pelo crescimento homólogo do 2.º Trimestre).

As RIL mantêm-se no patamar dos 10 mil milhões de USD até ao 3.º Trimestre de 2019, subindo depois para 12 mil milhões no 4.º Trimestre, caindo, de seguida, de forma constante, até 8 mil milhões, no 2.º Trimestre de 2021, e acompanhando posteriormente o crescimento das RIB com os DES do FMI.

Ignorando o valor do 1.º Trimestre de 2019, a cobertura das importações pelas RIL sobe de 6 meses para 9 meses entre os 2.ºs Trimestres de 2019 e 2020, devido à redução das importações, fazendo o percurso inverso a partir desse momento, até estabilizar próximo do patamar de 6 meses, a partir do 4.º Trimestre de 2020, aparentando ser este o objectivo do BNA.

O BNA conseguiu uma razoável estabilidade cambial e susteve a degradação das reservas brutas. Provavelmente iremos assistir a uma estabilização, pelo menos até às eleições, aproveitando-se o crescimento dos preços do petróleo bruto para aumentar as reservas; isto se o período eleitoral não fizer disparar as importações!

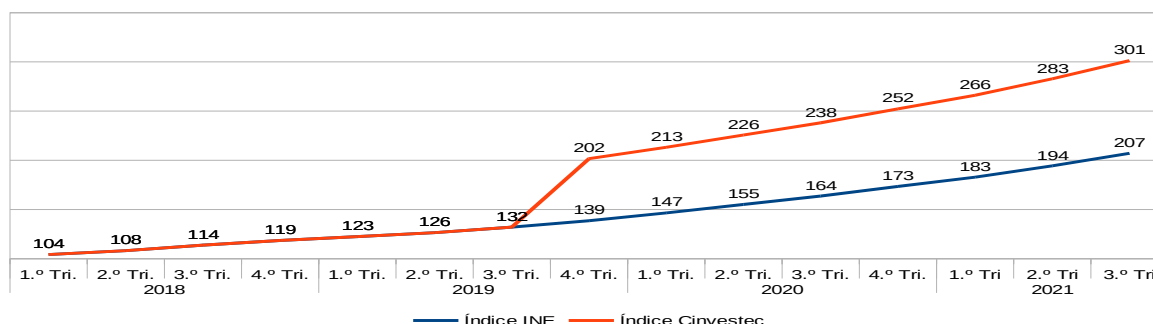
Com os actuais níveis de reservas em ME, não faz muito sentido intervir no mercado para forçar alguma redução da taxa de câmbio com o objectivo de reduzir a inflação. Esta acção pode mesmo vir a mostrar-se prejudicial, uma vez que, em 2022, mantendo-se os preços do crude, a redução das quantidades exportadas irá começar a pressionar o Kwana, caso as importações não sejam substituídas pela produção interna de bens finais.

Uma política prudente a médio prazo aconselharia a aproveitar a actual situação para aumentar as reservas internacionais, comprando USD no mercado, o que o BNA não quer fazer mais por medo do aumento da liquidez em Kwanzas do que da variação cambial.

A produção nacional necessita de ser protegida e de crescer a um ritmo pujante para contrariar a redução da produção petrolífera, que parece inexorável. Proteger a produção nacional não é proteger os operadores económicos existentes, é favorecer o aumento substancial do número de operadores, a competitividade e a produção, que a política de condicionamento da importação prejudica. A solução, para os problemas da política proteccionista anterior, não é deixar de apoiar a produção interna, liberalizando administrativamente as importações; é fazê-lo bem, através de uma pauta aduaneira que tenha em conta as diferenças de produtividade, mas promova a sua aproximação.

4.2.3 CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA E CAMBIAL PARA A INFLAÇÃO

Tabela/Gráfico 88 — Índices de inflação do INE e do CINVESTEC



Fonte: BNA.

Os índices de inflação do INE e CINVESTEC afastam-se, mantendo-se quase paralelos após a deslocação para cima do índice do CINVESTEC, em Outubro de 2019, devido à correcção efectuada nesse mês. A explicação desta correcção é apresentada no capítulo da inflação.

O agregado monetário M2 (aquele que poderia pressionar a inflação) cresce apenas 24% desde 2017 contra um crescimento da inflação de 107%, segundo o INE, e 201%, segundo os nossos cálculos.

Em 2021, este agregado cai 4%, até Setembro. Da mesma forma, o USD deprecia-se 9% em 2021. Não podem, portanto, qualquer um deles, ou os dois em conjunto, explicar a inflação acumulada de 19% até Setembro deste ano.

As causas da inflação em 2021 são a redução das importações, da produção interna de bens finais e da concorrência. Todos estes aspectos têm de ser simultaneamente combatidos se quisermos ter sucesso. As políticas monetária e cambial só podem contribuir positivamente se ajudarem a superar estes problemas.

O BNA adoptou um estranho comportamento de crítica às posições do FMI nos seus discursos, defendendo que a inflação não tem origem monetária, mas executando a política daquele organismo internacional. Contrariamente ao que pensa o FMI, o aumento do crédito e dos *stocks* monetários não é, nas condições actuais do nosso país, um factor de crescimento da inflação.

Se o produto resultante dos investimentos aumentar mais do que os agregados destinados ao consumo, a inflação (aumento dos preços no consumidor) descerá de acordo com a equação geral de trocas $P = MV/Y$ (cruzamento das curvas da oferta e da procura); se o investimento aumentar a produtividade, a inflação irá baixar em virtude da mesma equação e da redução dos custos de produção (deslocação da curva da oferta para baixo); finalmente, num quadro esperado de redução da oferta de moeda estrangeira no mercado cambial a médio prazo (com a redução da produção de petróleo), o crescimento da produção interna irá reduzir a pressão sobre a moeda e,

consequentemente, a inflação importada. Portanto, o BNA deve promover o crédito à produção em vez de prejudicá-lo.

Note-se que, ao contrário, o crédito ao consumo, excepto o crédito à habitação, promove a procura sem alterar a oferta, contribuindo para o aumento das pressões inflacionistas.

A política fiscal deve, de igual forma, promover o crescimento da produção e da concorrência favorecendo o crédito, apoiando, através do OGE, a redução das taxas de juro, bonificando o crédito que se traduza num crescimento efectivo da oferta.

4.2.4 CONCLUSÕES

Assim sendo, os desafios da política monetária num futuro próximo continuam a ser, na nossa opinião, os seguintes:

- **Apoiar a política de desenvolvimento da produção nacional através do apoio aos instrumentos de crédito**, nomeadamente contribuindo para a resolução dos problemas de apresentação formal dos projectos, formalizando a propriedade para permitir a garantia dos créditos e usando a política orçamental (outros gastos de capital) para a bonificação dos juros à produção.
- **Reduzir substancialmente a capacidade da banca gerar lucros através de operações cambiais e de crédito ao Estado**, que constituem o principal entrave ao desenvolvimento do crédito à economia.
- **Criação de fundos monetários atractivos, em Kwanzas**, que permitam reduzir a procura de USD como moeda de refúgio;
- **Simultaneamente aproveitar a conjuntura actual para aumentar as reservas internacionais**, que sirva de estabilizador cambial quando os preços do petróleo estabilizarem ou se reduzirem num quadro inexorável de decréscimo da produção petrolífera.
- **Incentivo das operações de emissão de títulos de dívida e de acções das empresas comercializados directamente ao público através da bolsa**, com o apoio da banca.

4.3 POLÍTICA FISCAL — OGE

4.3.1 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO

O Ministério das Finanças apresenta dados que, na essência, são aparentemente fiáveis, mas os seus relatórios e documentos necessitam de uma melhoria urgente. Por ordem decrescente de importância, assinalamos:

- 1) há uma clara omissão de dados no que diz respeito aos fluxos e *stocks* financeiros do Estado: a) os crescimentos líquidos da Dívida, apresentados nos quadros com os n.ºs 9 e 10 dos relatórios de execução fiscal (REF), nunca são compatíveis com o crescimento facial da dívida que se pode extrair dos quadros n.ºs 18 e 19 dos mesmos relatórios; b) não existe a menor clareza dos valores da despesa financeira não relacionada com dívida;
- 2) desde o 4.º Trimestre de 2020 que a informação da receita do INSS é negativa ou nula, distorcendo perigosamente o valor da receita efectiva total do Estado apresentado nos REF; neste momento, não temos informação exacta e clara de qual foi a receita das contribuições sociais e a despesa das transferências sociais desde 2019;
- 3) o nível de desagregação dos REF é inaceitável, sobretudo no plano da receita, onde nos apresentam os impostos não-petrolíferos sem qualquer desagregação que permita uma análise mínima; a tentativa de complementar os mesmos com os dados da AGT foi completamente infrutífera por não existir informação clara, completa e coerente com os dados dos REF;
- 4) diversos quadros têm valores contraditórios e nitidamente errados, como, por exemplo, no caso da despesa por função: a despesa por função do 4.º Trimestre de 2020 é de 1,3 biliões de Kwanzas superior à despesa por natureza, impedindo a análise do ano de 2020! A despesa do 3.º Trimestre de 2019, no relatório do 3.º Trimestre de 2020, e a despesa do 2.º Trimestre de 2020, no relatório do 2.º Trimestre de 2021, estão completamente erradas! Felizmente, foi possível corrigir estes erros procurando os dados nos relatórios iniciais.

Em conclusão, agora que o Ministério começou a produzir informação mais atempadamente, é necessário que corrija as inconsistências, que reveja mais cuidadosamente os quadros e que desagregue a informação de forma e eliminar a necessidade de procura de fontes alternativas e de correcção dos dados dos seus relatórios.

4.3.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2021

4.3.2.1 RECEITA

Tabela/Gráfico 89 — Execução de 2021 — Receita não financeira

Valores em 10 ⁹ Alz	Exec 20 Ac. em Alz 21	OGE 2021	Exec 2021 1º Sem	Exec. 21/ Exec 19	% Exec. Do OGE	% Rubric na Exec	% do PIB não- petrolife ro
Receitas Correntes	4 783	8 105	3 909	-18%	48%	100%	24,9%
Rendimentos do Petróleo	2 751	4 059	1 933	-30%	48%	49%	12,3%
Impostos e Taxas Petrolíferas	904	1 273	635	-30%	50%	16%	4,0%
Direitos da concessionária	1 846	2 787	1 298	-30%	47%	33%	8,3%
Impostos Não-petrolíferos	1 778	3 428	1 792	1%	52%	46%	11,4%
Transferências	186	329	149	-20%	45%	4%	0,9%
Outros rendimentos correntes: patrimoniais, de	68	288	36	-48%	12%	1%	0,2%
Rendimentos de Capital (não financeiros)	3	1	11	302%	1111%	0%	0,1%
Por memória: Rendimentos Não Petrolíferos	2 035	4 047	1 987	-2%	49%	51%	12,6%

Fonte: MinFin.

Corrigimos os valores de receita da Segurança Social. Não se percebe o que se passa com esta rubrica. O REF do 4.º Trimestre de 2020 apresenta um valor negativo de 248 mil milhões de

Kwanzas, o que põe o valor anual da receita do INSS nos 218 mil milhões, 30% abaixo do valor de 311 mil milhões, em 2019. A justificação apresentada nesse relatório foi a seguinte: “As Receitas de Contribuições sociais, representaram uma redução acima dos 100%, resultante de ajustamentos efectuados pelo Órgão competente.” Em 2021, a receita de todo o 1.º Semestre é um zero absoluto, com uma explicação semelhante à apresentada no relatório do 4.º Trimestre. Não se percebendo o que se passa com esta receita fundamental, optámos por considerar o desempenho de 2020 e 2021 igual ao de 2019 em valor nominal, último dado anual coerente disponível. Perdemos com isto a natural evolução desta receita, mas, pelo menos, consideramos que ela não foi absolutamente nula.

Para apurar os valores em Kwanzas de 2021, usámos o crescimento dos índices de inflação do final de cada trimestre.

A coluna “% da rubrica na execução” refere-se à execução sobre o total da receita não financeira.

O PIB nominal foi calculado multiplicando o valor trimestral em USD pela taxa de câmbio média trimestral; o PIB petrolífero foi calculado multiplicando a taxa de câmbio média pela diferença entre as exportações do sector petrolífero e as aquisições de serviços às empresas petrolíferas. Em todos os casos, usámos como fonte a informação publicada pelo BNA. Existe aqui uma evidente incorrecção porque ignoramos o consumo interno de produtos do sector petrolífero, que desconhecemos. Relativamente a 2019, os valores do PIB total são muito semelhantes aos do relatório de fundamentação do orçamento de 2021, embora haja uma diferença significativa no desdobramento: o “PIB petrolífero” que calculámos era cerca de 22% superior, e o não-petrolífero 10% inferior. Aplicámos um factor de correcção de 1/1,20 sobre o PIB petrolífero para corrigir esta incongruência. Em 2019, a diferença ficou em 1% (valor arredondado), o que achámos aceitável, embora se desconheça se esta mesma correcção é aplicável a 2020 e 2021. Há, portanto, que ler as comparações, sobretudo com o PIB não-petrolífero, com alguma reserva.

Os quadros auxiliares do OGE 21 não foram actualizados após as alterações em sede de discussão na Assembleia. Como o relatório de fundamentação não apresenta detalhe suficiente, corrigimos os dados nas rubricas que nos pareceram mais adequadas.

As receitas não financeiras reduzem-se 18%, em termos reais, embora apresentem uma execução de 48%, correspondendo a 25% do PIB não-petrolífero.

As receitas correntes representam 100% das receitas não financeiras.

Os rendimentos do petróleo caem 30%, em termos reais, com variações similares nos impostos e nos direitos da concessionária. Os rendimentos do petróleo representaram 49% da receita, com uma execução de 48% do previsto e totalizando 12% do PIB não-petrolífero.

Os rendimentos não-petrolíferos decrescem 2% em termos reais, e a sua execução situa-se a volta de 49%

Embora o peso desses rendimentos já tenha atingido 51% e representado 13% do PIB não-petrolífero, é pouco provável que atinja no final do período o grau de execução acima do orçamentado, à semelhança de 2020, devido ao facto de agora estar sendo feita a manutenção da base de incidência do IRT e da estabilidade do IVA, factores que influenciaram grandemente no OGE de 2020.

Embora de forma modesta, os impostos e taxas não-petrolíferas continuam a crescer, 1%, em comparação com os do 1.º Semestre de 2020, em termos reais, com um grau de execução de 52% e representando 46% da receita total e 11,4% do PIB não-petrolífero. Infelizmente, o relatório continua a não apresentar dados com detalhe por cada tipo de imposto. O esforço de consolidação orçamental é essencial, mas, no que diz respeito à receita, devia ter começado pelo aumento dos impostos sobre a propriedade, cujas alterações foram mínimas e sem efeitos perceptíveis.

Tal como mencionado no relatório anterior, as contribuições para a Segurança Social foram drasticamente corrigidas no 4.º Trimestre (-248 mil milhões), do que resultou uma receita total anual de 218 mil milhões. Esta alteração, correspondente a mais de 100% da receita final anual, inverte completamente as análises anteriores. Com esta alteração, o total anual apresenta uma queda impossível de 22,5% em termos nominais (44% em termos reais)! Esta enormidade apenas mereceu a seguinte nota no Relatório de Execução fiscal do 4.º Trimestre: “As Receitas de Contribuições sociais, representaram uma redução acima dos 100%, resultante de ajustamentos efectuados pelo Órgão competente”! Recentemente, o INSS informou que a sua receita, no 1.º Semestre de 2020, havia sido de 151 mil milhões. Portanto, se no 1.º Semestre de 2020 a receita foi de 151, e o total anual foi de 218, então, no 2.º Semestre, foram arrecadados, apenas, 67 mil milhões! O curioso é que o INSS também informa de que, no 1.º Semestre de 2021, a arrecadação foi de 205 mil milhões, isto é, a receita teria oscilado entre 151 mil milhões no 1.º Semestre de 2020, 67 mil milhões no 2.º Semestre e 205 mil milhões no 1.º Semestre de 2021: como as receitas da Segurança Social não funcionam de harmonia, há aqui um erro evidente! Em 2021 a execução do OGE é, nesta rubrica absolutamente nula! Há uma evidente inconsistência de dados que o MinFin não consegue superar, preferindo apresentar a execução em branco. Os outros rendimentos patrimoniais e de capital não financeiro, tomados conjuntamente, representam apenas 1% da receita e 0,3% do PIB, não sendo, por isso, considerados materialmente relevantes, para efeito da presente análise.

Infelizmente, a informação sobre os diversos tipos de receitas é incompleta e muito pouco detalhada, não permitindo uma análise adequada!

4.3.2.2 DESPESA

Tabela/Gráfico 90 — Execução de 2021 — Despesa não financeira

Valores em 10 ⁹ Akz	Exec 20 Ac. em Akz 21	OGE 2021	Exec 2021 1º Sem	Exec. 21/ Exec 19	% Exec. Do OGE	% Rubric na Exec	% do PIB não- petrolífe ro
Despesas não financeiras	4 319	9 086	3 472	-20%	38%	100%	22,1%
Despesas Correntes	3 312	7 562	2 618	-21%	35%	75%	16,6%
Remuneração de empregados	1 212	2 484	992	-18%	40%	29%	6,3%
Juros	1 292	2 802	832	-36%	30%	24%	5,3%
Bens e Serviços	429	1 382	519	21%	38%	15%	3,3%
Bens	168	395	271	61%	69%	8%	1,7%
Serviços	261	987	248	-5%	25%	7%	1,6%
Subsídios e transferências correntes	379	894	275	-27%	31%	8%	1,7%
Outros subsídios e transferências	0	131	0	-	-	-	0,0%
Despesas de Capital não financeiro	1 007	1 524	854	-15%	56%	25%	5,4%
Investimentos	991	1 524	839	-15%	55%	24%	5,3%
Outras	16	0	16	-5%	###	0%	0,1%

Fonte: MinFin.

Para apurar os valores em Kwanzas de 2021, usámos o crescimento dos índices de inflação do final de cada trimestre.

A coluna “% da rubrica na execução” refere-se à execução sobre o total de despesa não financeira.

Os quadros auxiliares do OGE 21 não foram actualizados após as alterações em sede de discussão na Assembleia. Como o relatório de fundamentação não apresenta detalhe suficiente, corrigimos os dados nas rubricas que nos pareceram mais adequadas. Entre a tabela 11 da página 126 (6.284,4) e a tabela 15 da página 131, ambas do Relatório de Fundamentação do OGE 21, existe uma diferença na despesa primária de 705 mil milhões de Kwanzas, sendo a despesa por função superior à despesa por natureza!

Como podemos trabalhar com estes dados sem rigor, sem detalhe e sem actualização?!

Comparativamente ao período homólogo, no 1.º Semestre de 2021 a despesa não financeira recua 18% em termos reais, apresentando um nível de execução de 48%, correspondendo a 25% do PIB não-petrolífero.

O Ministério das Finanças apresentou saldos fiscais superavitários (573 mil milhões, em 2019) ou ligeiramente deficitários (-228 mil milhões, em 2020)); contudo, a emissão líquida de dívida cresceu 2,5 biliões, em 2019, e 1 bilião, em 2020.

Em 2021, o saldo do semestre é também superavitário (448 mil milhões), mas a dívida líquida facial cresce 1 bilião de Kwanzas. Porque foi necessário contratar quase 4,5 biliões de dívida se, nestes dois anos e meio, “sobraram” cerca de 800 mil milhões? Para onde foram estes quase 5,3 biliões em 2,5 anos, aproximadamente 2 biliões por ano?

Somando os saldos fiscais ao aumento facial da dívida, obtemos uma aproximação à despesa oculta na execução fiscal. Pensávamos tratar-se de cerca de 1,5 biliões por ano de subsídios aos combustíveis e de cerca de 500 mil de cobertura de prejuízos das empresas do estatais falidas, encobertos sob a forma de investimento financeiro, cuja execução nunca aparece nos REF. Contudo, olhando para as últimas contas auditadas da Sonangol, aparentemente os subsídios aos combustíveis estão a ser suportados pela empresa, não havendo qualquer compensação do OGE. Ficamos, assim, com um gravíssimo problema de cerca de 1,5 biliões de Kwanzas anuais sem qualquer explicação!

Esta falta de transparência pode esconder desvios de fundos, como aconteceu no passado, sendo urgente que se esclareça para onde foi o dinheiro!

Independentemente de outras considerações, estes 5,3 biliões serão sempre despesa corrente porque qualquer auxílio, mesmo por via de aumento de capital, a uma empresa para suprir a sua incapacidade própria de sobreviver não é um investimento financeiro! É, na verdade, um subsídio encapotado e, conseqüentemente, despesa fiscal. Conseqüentemente, estes montantes de despesa oculta têm de ser somados à despesa fiscal para se apurar a despesa total do Estado!

Poderá haver montantes colocados em reserva para anos posteriores ou provenientes de reservas constituídas no passado, isto é, verdadeiros movimentos de natureza financeira. Porém, cremos que estes movimentos sejam pontuais, anulando-se; podem explicar algumas variações trimestrais ou mesmo anuais, mas a média do um período relativamente longo de 2,5 anos deverá tender para zero.

Considerando o que acabámos de dizer, acrescentámos estes valores na rubrica de “outras transferências”, inscrevendo em cada trimestre metade do valor do semestre por não dispormos de dados para fazer outra repartição.

Tabela/Gráfico 91 — Execução de 2021 — Despesa não financeira, incluindo a despesa oculta

Valores em 10 ⁹ Akz	Exec 20 Ac. em Akz 21	OGE 2021	Exec 2021 1º Sem	Exec. 21/ Exec 19	% Exec. Do OGE	% Rubric na Exec	% do PIB não- petrolife ro
Despesas não financeiras	7 739	9 086	4 972	-36%	55%	100%	31,6%
Despesas Correntes	6 732	7 562	4 118	-39%	54%	83%	26,2%
Remuneração de empregados	1 212	2 484	992	-18%	40%	20%	6,3%
Juros	1 292	2 802	832	-36%	30%	17%	5,3%
Bens e Serviços	429	1 382	519	21%	38%	10%	3,3%
Bens	168	395	271	61%	69%	5%	1,7%
Serviços	261	987	248	-5%	25%	5%	1,6%
Subsídios e transferências correntes	3 799	894	1 775	-53%	199%	36%	11,3%
Outros subsídios e transferências	3 420	131	1 500	-56%	1146%	30%	9,5%
Despesas de Capital não financeiro	1 007	1 524	854	-15%	56%	17%	5,4%
Investimentos	991	1 524	839	-15%	55%	17%	5,3%
Outras	16	0	16	-5%	###	0%	0,1%

Fonte: MinFin.

Nestas condições, o valor aproximado da despesa total, incluindo a despesa oculta, decresce 36%, representando 32% do PIB não-petrolífero, o que indica que mais de 60% da despesa fiscal efectiva actual é financiada através dos rendimentos do petróleo ou da dívida!

As remunerações decrescem 18% em termos reais, o que era esperado pelo facto de continuar a não haver qualquer actualização salarial que compense a inflação. A sua execução de 40% deveria ser explicada, mas, como vem sendo hábito, reiteramos, falta detalhe para se poder fazer uma melhor análise. As remunerações correspondem a 20% da despesa não financeira, e 50% dos nossos impostos são destinados a salários dos servidores públicos!

Como resultado do adiamento parcial do pagamento, os juros decrescem, em termos reais, 36% e apresentam um grau de execução de 30%, representando 17% da despesa não financeira. Os juros representam 5,3% do PIB não-petrolífero e mais de 21% da receita total não financeira.

Pensamos que os juros não devam ultrapassar mais de 10% da receita. Para que este equilíbrio se pudesse alcançar, assumindo que as taxas de juros sobre a dívida se manteriam, teríamos de reduzir o volume da dívida, que não deveria ultrapassar 30% do PIB não-petrolífero, em mais de 80%!

Este esforço revela-se já muito difícil de alcançar, pelo que teremos, provavelmente, de optar por um equilíbrio intermédio, destinando mais recursos ao pagamento de juros, reduzindo a despesa primária e aumentando os impostos. Iremos desenvolver este tema na secção sobre a estratégia fiscal.

A rubrica de Bens cresce 61%, reforçando a correcção do declínio acentuado que vinha apresentando desde 2017. O seu grau de execução é de 69%. Apesar do crescimento dessa rubrica, esta continua a representar apenas 5% da despesa, revelando a insuficiência da programação do OGE. Esta despesa representa 14% da receita não-petrolífera e 1,7% do PIB não-petrolífero. Apesar do crescimento, continua a ser insuficiente, faltando de tudo nos serviços do Estado, o que os torna completamente ineficazes! É urgente que cresça de forma desproporcional para que as infra-estruturas existentes possam ser usadas e mantidas e os serviços públicos prestados aos cidadãos com uma qualidade mínima.

Embora decresçam menos, 22% na execução 2020/2019, os Serviços caem 5%, apresentando uma execução de apenas 25%, representando, apesar desta redução, 5% da despesa e correspondendo a 6% da receita não financeira e 1,6% do PIB não-petrolífero. Apesar do pouco detalhe que nos é apresentado, este crescimento relativo dos bens relativamente aos serviços de terceiros parece adequado à necessidade de rentabilizar os funcionários públicos, que todos dizem ser excessivos, embora nos pareça que já se atingiu um nível suficientemente baixo de relação com o PIB.

Nesse semestre, os investimentos públicos decrescem cerca de 15%, com uma execução de 55%, representando 17% da despesa (agora quase 1/8 da despesa), 42% da receita não-petrolífera e 5,3% do PIB não-petrolífero.

O apoio social directo às famílias continua a decrescer, não obstante a crise humanitária resultante da Covid-19 e não só!

Continuamos a não ter dados para distinguir, dentro da rubrica subsídios e transferências, o que são subsídios de natureza social (subsídios a preços) e transferências para as famílias e o que são subsídios à ineficiência (subsídios a custos de empresas estatais) e transferências para outros organismos.

Para uma análise mínima, assumimos que os subsídios a preços tenham sido os estimados no orçamento, deixando o restante para as transferências para as famílias.

Assim, os subsídios a preços caem 20%, representando 2% da despesa e 0,5% do PIB não-petrolífero.

As transferências para as famílias, considerando o nosso pressuposto, caem 30% em termos reais, apresentando uma execução de apenas 32%, o que constitui apenas 4% da despesa não financeira e 1,2% do PIB. Um exemplo do que não se deve fazer em termos de apoio social! Voltaremos a este tema na secção relativa à despesa por função.

Inscrevemos em “outros subsídios e transferências” a despesa necessária para que o saldo após operações de dívida seja zero, ou seja, a despesa oculta. Sabemos que o pressuposto de que não se tenham constituído ou utilizado reservas é, no mínimo, ousado, mas, a médio prazo, é muito aceitável. Assumindo este pressuposto, a despesa oculta reduziu-se 56% em termos reais, representando 30% da despesa não financeira, 75,5% da receita não petrolífera e 9,5% do PIB não-petrolífero. Mesmo quando decresce para metade e se situa abaixo da média dos últimos 3 anos e meio, a despesa desconhecida representa mais de 2/3 dos nossos impostos e quase 10% de tudo o que produzimos!

Para efeitos da presente análise, as outras despesas de capital não se manifestam como materialmente relevantes.

4.3.2.3 SALDOS ORÇAMENTAIS INCLUINDO SALDO DA DÍVIDA

Tabela/Gráfico 92 — Execução de 2021 — Saldos

Valores em 10 ⁹ Akz	Exec 20 Ac. em Akz 21	OGE 2021	Exec 2021 1º Sem	Exec. 21/ Exec 19	% Exec. Do OGE	% Rubric na Exec	% do PIB não-petrolífero
Saldo Orçamental Não financeiro – inc. desp. ocult	-2 954	-980	-1 052	-64%	107%	-27%	-6,7%
Saldo primário – inc. desp. oculta	-1 662	1 822	-220	-87%	-12%	-6%	-1,4%
Saldo primário não petrolífero – inc. desp. oculta	-4 413	-2 237	-2 153	-51%	96%	-55%	-13,7%

Fonte: MinFin.

Incluindo a dívida oculta, o saldo orçamental é negativo, no valor de 1,1 biliões de Kwanzas, embora se reduza cerca de 64%, em termos reais. O saldo orçamental corresponde a -6,7% do PIB não-petrolífero. A sua execução atingiu já 7% acima do previsto.

O saldo primário (sem juros) é negativo (-220 mil milhões), apresentando uma redução de 87% no 1.º Semestre de 2021 com relação ao período homólogo, bastante influenciado pelo saldo positivo de 514 mil milhões obtido no 2.º Trimestre, o que continua a demonstrar que a consolidação orçamental, é a prioridade da política fiscal em 2021.

O saldo primário (sem juros) não-petrolífero continua muito negativo (-2,2 biliões de Kwanzas), embora se tenha reduzido 51% em termos reais, representando -1,4% do PIB não-petrolífero.

Como temos vindo a enunciar, sem reduzirmos agressivamente a dívida com os rendimentos do petróleo que nos restam, nos encontraremos numa situação insustentável daqui a 10 anos. Foram feitos muitos sacrifícios para chegar a um saldo primário positivo; teremos de fazer mais para alcançar um saldo primário não petrolífero positivo e uma redução drástica da dívida. Sobretudo, a qualidade da receita e da despesa tem de melhorar muito!

4.3.2.4 OPERAÇÕES DE DÍVIDA
Tabela/Gráfico 93 — *Stock* e crescimento da dívida nominal

Dívida Governamental em biliões Kwanzas correntes	2018	2019			2020			2021							
		Valor	Creces.	%	Valor	Creces.	%	1.º Tri	Creces	%	2.º Tri	Creces	%	Creces.	%
Stock da dívida interna	8,590	10,721	2,132	25%	11,810	1,089	10%	11,354	-0,456	-4%	12,148	0,794	7%	0,338	3%
OT MN	6,600	8,700	2,100	32%	8,331	-0,369	-4%	7,819	-0,512	-6%	8,354	0,535	7%	0,023	0%
OT Indexadas	1,003	1,500	0,497	50%	2,046	0,546	36%	2,228	0,182	9%	2,851	0,624	28%	0,805	39%
BT	0,582	0,225	-0,357	-61%	1,031	0,806	358%	0,898	-0,133	-13%	0,571	-0,327	-36%	-0,460	-45%
Mútuo e diferenças	0,405	0,296	-0,109	-27%	0,403	0,106	36%	0,409	0,006	2%	0,372	-0,037	-9%	-0,030	-8%
Stock de dívida externa	13,120	21,380	8,260	63%	29,529	8,149	38%	29,405	-0,124	0%	29,803	0,399	1%	0,275	1%
Total	21,709	32,101	10,392	48%	41,339	9,238	29%	40,759	-0,580	-1%	41,952	1,193	3%	0,613	1%

Fonte: MinFin.

Esta informação mostra-nos o aumento do compromisso do Estado, em Kwanzas de 2021: parte deste corresponde à variação facial da dívida, isto é, ao aumento líquido da emissão de dívida, e parte à valorização da dívida em Kwanzas, em resultado da depreciação da moeda nacional. Medida desta forma, a dívida governamental aumentou 1,2 biliões de Kwanzas com relação ao 1.º Trimestre, representando uma variação de aproximadamente 3%.

Comparativamente ao 2.º Trimestre de 2020, o *stock* da dívida cresceu 613 mil milhões de Kwanzas.

Tabela/Gráfico 94 — *Stock* e crescimento da dívida facial

Dívida Governamental em biliões Kwanzas (valores denominados em moeda externa ao câmbio indicado)	2018 (kz 19)	2019	Creces. Facial	%	2019 (Kz 20)	2020	Creces. Facial	%	2020 Kz		Creces. Facial	%	1.º Tri Kz		Creces. Facial	%	Creces. Facial	%
									1.º Tri	1.º Tri			2.º Tri	2.º Tri				
Stock da dívida interna	9,154	10,721	1,567	17%	11,263	11,810	0,548	5%	11,713	11,354	-0,359	-3%	11,429	12,148	0,719	6%	0,360	
OT MN	6,600	8,700	2,100	32%	8,700	8,331	-0,369	-4%	8,331	7,819	-0,512	-6%	7,819	8,354	0,535	7%	0,023	
OT Indexadas	1,567	1,500	-0,067	-4%	2,041	2,046	0,005	0%	1,949	2,228	0,279	14%	2,302	2,851	0,549	24%	0,828	
BT	0,582	0,225	-0,357	-61%	0,225	1,031	0,806	358%	1,031	0,898	-0,133	-13%	0,898	0,571	-0,327	-36%	-0,460	
Mútuo e diferenças	0,405	0,296	-0,109	-27%	0,296	0,403	0,106	36%	0,403	0,409	0,006	2%	0,409	0,372	-0,037	-9%	-0,030	
Stock de dívida externa	20,501	21,380	0,879	4%	29,094	29,529	0,435	1%	28,123	29,405	1,282	5%	30,394	29,803	-0,590	-2%	0,692	
Total	29,655	32,101	2,446	8%	40,357	41,339	0,982	2%	39,836	40,759	0,923	2%	41,823	41,952	0,129	0%	1,052	

Fonte: MinFin.

Parte significativa deste aumento continua a ser devida à valorização da dívida em moeda externa (OT indexadas e *stock* de dívida externa). Para nos aproximarmos mais dos fluxos efectivos (que é o que interessa primordialmente na leitura da execução orçamental), valorizámos estes *stocks* de dívida de 2020 e do 1.º Trimestre de 2021 ao câmbio do 2.º Trimestre de 2021¹⁶.

Com esta operação, concluímos que a dívida interna facial aumentou 719 mil milhões de Kwanzas (6%) e que a dívida externa facial reduziu 590 mil milhões de Kwanzas (2%) com relação ao 1.º Trimestre, sendo que, em geral, o aumento total no 2.º Trimestre, em relação ao 1.º Trimestre, foi de 129 mil milhões.

Quando comparado os semestres homólogos, verificamos que a dívida total no 1.º Semestre de 2021 atingiu já o valor de 1,0 bilhão de Kwanzas (aumento de 14%), sendo que tal montante representa o valor total da dívida aumentada em 2020.

O *stock* da dívida interna continua a ser extraordinariamente influenciado pela emissão de títulos de dívida indexada, cuja variação entre o 1.º e o 2.º Trimestres foi de cerca de 28% (2,9 biliões de Kwanzas), e o crescimento facial semestral homólogo foi de 828 mil milhões de Kwanzas.

A dívida externa recuou 590 mil milhões (2%), do 1.º ao 2.º Trimestres de 2021. No entanto, comparando com o período homólogo registou um crescimento facial de 692 mil milhões no 1.º Semestre.

¹⁶ Note-se que, para que esta valorização fosse exacta, teríamos de valorizar a dívida em cada moeda ao câmbio correspondente.

4.3.2.5 DESPESA POR FUNÇÃO
Tabela/Gráfico 95 — Execução de 2021 — Despesa por função

Valores em 10 ⁹ Akz	Exec 20 Ac. em Akz 21	OGE 2021	Exec 2021 1º Sem	Exec. 21/ Exec 20 Inflac	% Exec. Do OGE	% da receita não-petrolífera	% do PIB não-petrolífero	% Despesa
Sector Social e Segurança pública	1 495	3 515	1 290	-13,7%	36,7%	64,9%	9,3%	48,9%
Educação	392	1 023	315	-19,8%	30,7%	15,8%	2,3%	11,9%
Saúde	287	851	363	26,5%	42,7%	18,3%	2,6%	13,8%
Protecção social	239	561	110	-54,0%	19,6%	5,5%	0,8%	4,2%
Habitação e serviços comunitários	119	314	141	18,4%	44,9%	7,1%	1,0%	5,3%
Segurança pública	418	709	341	-18,5%	48,1%	17,2%	2,5%	12,9%
Outros:	39	56	20	-48,7%	35,5%	1,0%	0,1%	0,8%
Recreação, cultura e religião	35	46	18	-49,5%	39,3%	0,9%	0,1%	0,7%
Protecção ambiental	3	11	2	-40,2%	19,0%	0,1%	0,0%	0,1%
Assuntos económicos	530	1 079	572	7,8%	53,0%	28,8%	4,1%	21,7%
Combustíveis e energia	184	402	320	74,4%	79,7%	16,1%	2,3%	12,1%
Transportes	202	318	191	-5,4%	59,9%	9,6%	1,4%	7,2%
Outras	145	358	61	-58,1%	17,0%	3,1%	0,4%	2,3%
Defesa	552	627	345	-37,4%	55,1%	17,4%	2,5%	13,1%
Serviços públic. gerais e Assuntos Ec. gerais, com	451	1 769	432	-4,2%	24,4%	21,7%	3,1%	16,4%
Total	3 028	6 990	2 639	-12,8%	37,8%	132,8%	19,0%	100,0%

Fonte: MinFin.

Continuamos a incluir a segurança pública no sector social porque consideramos que os serviços de polícia devem ser serviços civis de protecção dos cidadãos contra a violação dos seus direitos por outros cidadãos e não uma função de defesa do Estado. Esta perspectiva explica muitos dos problemas relacionados com a democracia e os direitos dos cidadãos em África. A nossa perspectiva é económica, mas a liberdade de empreendimento é indissociável dos direitos de cidadania, e não acreditamos que haja progresso económico sem que as actividades de polícia se desmilitarizem, transformando-a de um corpo de combate em defesa do Estado (para isso, existem as FAA e a Segurança de Estado) num corpo civil de combate à marginalidade.

Juntámos os serviços públicos gerais com os assuntos económicos, comerciais e laborais, que, em conjunto, constituem, no essencial, a burocracia do Estado. Na verdade, estes últimos são, hoje, residuais, e apenas mantivemos esta agregação por coerência com os relatórios anteriores.

Para facilidade de leitura, usaremos a expressão “despesa primária” para a despesa não financeira sem juros e “receita” como sinónimo de receita não-petrolífera.

A despesa social assim considerada apresenta uma queda real de 14%, representando quase 50% da despesa primária e 65% da receita. Cremos que esta despesa deva aumentar significativamente, passando para valores próximos de 80% da despesa primária.

A despesa com educação cai 20% em termos reais (o que se justifica pelo confinamento), representando 12% da despesa primária e 16% da receita. Os gastos de educação devem, na nossa opinião, crescer, mantendo o peso orçamentado relativamente à despesa primária (15%).

A despesa de saúde apresenta um crescimento real de 26,5% e uma execução de 43%. A despesa efectiva representou apenas 14% da despesa primária e 18% da receita.

A protecção social desce, em termos reais, 54%, representando 4,2% da despesa primária e 5,5% da receita. Apesar do elevado grau de necessidade, a execução desta rubrica é de apenas 20%!

A segurança pública decresce 18,5% em termos reais, com uma execução que, embora apresente um peso de 13% na despesa primária, ultrapassa os 10% orçamentados.

A despesa económica cresceu 8% em termos reais, representando 22% da despesa primária e 29% da receita. Dos 22% da despesa primária, 19% são referentes a “combustíveis e energia” e “transportes”, que, esperamos, sejam infra-estruturas de energia eléctrica e estradas.

Comparativamente ao 1.º Semestre de 2020, a despesa com a defesa apresenta um decréscimo real de 37% e uma execução de 55%, correspondendo a um peso efectivo de 13% na despesa primária e de 17% da receita!

A burocracia do Estado reduziu 4% com relação ao 1.º Semestre de 2020, apresentando uma execução de 24% e correspondendo a 22% da receita e a 16% da despesa. Apesar disso, ainda representa um gasto excessivo e, na maior parte dos casos, prejudicial.

A variação do 1.º ao 2.º Trimestre de 2021 foi de 24%.

Tabela/Gráfico 96 — Despesa por função comparada com a proposta do CINVESTEC

Valores em 10 ⁹ Akz	% Despesa	Proposta a CINVESTEC em % despesa	% no OGE 2021	África do Sul 2020/2021	Dif. Da desp. 1.º Sem. e % CINVESTEC	Variação da despesa e/ % CINVESTEC
Sector Social e Segurança pública	48,9%	75,5%	50,3%	82,2%	703	54,5%
Educação	11,9%	15,0%	14,6%	21,8%	81	25,9%
Saúde	13,8%	14,0%	12,2%	14,3%	6	1,7%
Protecção social	4,2%	25,0%	8,0%	23,9%	550	499,0%
Habitação e serviços comunitários	5,3%	10,0%	4,5%	12,2%	123	86,9%
Segurança pública	12,9%	10,0%	10,1%	9,5%	-77	-22,6%
Outros:	0,8%	1,5%	0,8%	0,5%	20	99,0%
Assuntos económicos	21,7%	16,5%	15,4%	11,1%	-136	-23,9%
Defesa	13,1%	4,0%	9,0%	3,1%	-240	-69,4%
Serviços públic. gerais e Assuntos Ec. gerais, com	16,4%	4,0%	25,3%	3,6%	-326	-75,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	0	0,0%

Fonte: MinFin

O quadro acima apresenta a comparação da distribuição da despesa com o OGE e a proposta da distribuição do CINVESTEC.

Apesar de apresentar um peso sobre a despesa na ordem de 49% no sector social, 22% nos assuntos económicos, 13% com defesa e 16% com serviços públicos gerais, quando comparados com o de outros países, e aqui trazemos a África do Sul, quase ficamos com a indicação de que o nosso sector social é pouco importante, pois representa menos de metade da despesa primária. A África do Sul destina a essa rubrica mais de 80%, aos assuntos económicos, 11%, a defesa, 3% e aos serviços públicos gerais, 4%.

O CINVESTEC propõe cerca de 75,5% para o sector social, 16,5% para os assuntos económicos e, para a defesa e serviços públicos gerais, 4% cada.

A aplicação dessa proposta representaria +703 mil milhões à despesa do 1.º Semestre e registaria uma variação de cerca de 55% no sector social. Deste acréscimo, +550 mil milhões seriam para a protecção social, +123 mil milhões para habitação e serviços sociais, +81 mil milhões para educação, +6 mil milhões para a saúde e uma redução (-77 mil milhões) na segurança pública.

A aplicação da proposta representaria ainda reduções de: 326 mil milhões (variação de -76%) nos serviços públicos, 240 mil milhões (variação de -69%) na defesa e 136 mil milhões (variação de -24%) nos assuntos económicos.

A despesa social destina-se a um sector cujos subsectores visam o atendimento de questões essencialmente conjunturais e inadiáveis, especialmente nos países em desenvolvimento, devido às suas limitações, agora agravadas pela Covid-19. É preciso dar maior atenção a este campo e aumentar a capacidade de resposta.

A despesa com educação deve, na nossa opinião, crescer, mantendo o peso orçamentado relativamente à despesa primária (15%).

Entendemos que a **protecção social** deva ser uma função fundamental do Estado e que esta rubrica deva representar 25% da despesa primária, contrariamente aos 4,2% actuais e aos 8% que representa no OGE.

A função do Estado é a de dinamizar programas imobiliários privados, permitindo o acesso a terrenos às empresas do sector ou directamente aos cidadãos, permitindo a aquisição de terrenos infra-estruturados a preço de mercado, acompanhados do respectivo título de propriedade, livremente comercializável.

A **política de habitação social** actual transfere rendimentos da classe média para alguns privilegiados da classe média, já que consiste, maioritariamente, no desenvolvimento de urbanizações e centralidades, habitação que, pelos seus custos e efectivos beneficiários, se destinou à classe média, em especial aos funcionários públicos.

É necessário que se desenvolvam programas de apoio directo aos mais desfavorecidos para fomentar a sua habitação condigna sem ficar amarrado a bens imóveis que apresentam, pela sua natureza, grande dispersão e ínfima flexibilidade, gerando descontrolo, apropriação indevida e situações de injustiça.

Quanto a despesa económica, devido ao enorme *deficit* de infra-estruturas de electricidade, água e estradas, e à dimensão do impacto dessas na economia, aceitamos que esta despesa se mantenha em cerca de 16,5%.

Pensamos que parte significativa da despesa da Defesa corresponda, realmente, a despesa social com os antigos militares e que deve passar para a rubrica de despesa social, destinando às forças de defesa e segurança modernizadas e profissionalizadas cerca de 4% da despesa primária.

Quanto a burocracia do Estado, é nossa opinião que, através da simplificação de regras e procedimentos, esta rubrica não deva ultrapassar 4% da despesa primária.

Reiteramos que esta é uma proposta inicial de distribuição sem qualquer outra pretensão que não seja a de apontar um caminho de reforço do apoio social em detrimento da burocracia, aproveitando para clarificar o que, na função Defesa, é, na verdade, função social de apoio, mais do que merecido, aos antigos militares, incluindo aqueles para quem tarda a desejada passagem à situação de reforma, com uma remuneração digna do seu contributo para a história!

Ela supõe também que se cumpram os orçamentos, não se distorcendo a distribuição na fase de execução, como aconteceu em 2020, em que os orçamentos da educação e saúde totalizavam 28,4% da despesa, mas a sua execução, até Setembro, apenas 22,5%, enquanto a segurança pública e a defesa totalizavam 19,8%, mas a sua execução alcançava 30,1%!

Desvios elevados entre o orçamentado e o realizado podem indiciar, academicamente, um défice na capacidade de projecção dos cenários económicos, o que seria absolutamente preocupante.

4.3.3 ESTRATÉGIA ORÇAMENTAL - CENÁRIO MACROFISCAL ATÉ 2035

Partimos dos dados do OGE de 2022

Tabela/Gráfico 97 — Cenário macrofiscal e pressupostos

Valores em mil milhões de Kz de 2022	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Exportações petrolíferas (mil barris dia)	915	830	745	660	575	490	405	320	235	150	65	0	0	
Receita petrolífera	6 118	5 550	4 981	4 413	3 845	3 276	2 708	2 140	1 571	1 003	435	0	0	0
Dívida	38 967	38 629	38 359	38 139	37 950	37 769	37 569	37 323	37 000	36 925	37 109	37 431	37 455	37 151
Dívida em % do PIB Não petrol.	96%	92%	89%	86%	83%	80%	77%	74%	72%	69%	68%	66%	64%	62%
Redução da dívida	438	338	270	220	189	182	199	246	324	75	-185	-321	-25	305
Juros em valor	3 021	3 004	2 978	2 957	2 940	2 926	2 912	2 896	2 877	2 852	2 847	2 861	2 886	2 887
Juros em % PIB Não-petrolífero	7,4%	7,2%	6,9%	6,6%	6,4%	6,2%	6,0%	5,8%	5,6%	5,4%	5,2%	5,1%	5,0%	4,8%
Despesa primária – valor	8 179	8 179	8 179	8 179	8 179	8 179	8 179	8 179	8 179	8 179	8 179	8 179	8 179	8 179
Despesa Primária em % PIB Não-petrolífero	20,1%	19,5%	18,9%	18,4%	17,8%	17,3%	16,8%	16,3%	15,8%	15,4%	14,9%	14,5%	14,1%	13,7%
Corrente % PIB não-petrolífero	17,9%	17,3%	16,7%	16,2%	15,6%	15,1%	14,6%	14,1%	13,6%	13,2%	12,7%	12,3%	11,9%	11,5%
Investimento % PIB em % do PIB não-petrolífero	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%
PIB Não-petrolífero	40 753	41 975	43 235	44 532	45 868	47 244	48 661	50 121	51 624	53 173	54 768	56 411	58 104	59 847
Receita não-petrolífera - % PIB não-petrolífero	13,5%	14,2%	14,9%	15,6%	16,3%	17,0%	17,6%	18,3%	19,0%	19,0%	19,0%	19,0%	19,0%	19,0%
Saldo primário não petrolífero % PIB não-petrolífero	-6,5%	-5,3%	-4,0%	-2,8%	-1,6%	-0,4%	0,8%	2,0%	3,2%	3,6%	4,1%	4,5%	4,9%	5,3%
Saldo fiscal em % do PIB Não petrolífero	1,1%	0,8%	0,6%	0,5%	0,4%	0,4%	0,4%	0,5%	0,6%	0,1%	-0,3%	-0,6%	0,0%	0,5%

Fonte: MinFin, BNA, INE, OPEP.

O cenário apresentado na tabela é apenas uma hipótese; há milhares de outras combinações possíveis. O nosso cenário procura equilibrar os sacrifícios de redução da dívida e da despesa e do aumento da receita. Esperemos que alguém apresente um cenário viável menos penalizante.

Pressupostos:

1. Todos os valores são apresentados em Kwanzas de 2022, isto é, admite-se que a inflação seja homogênea para todas as rubricas apresentadas;
2. Apesar da produção petrolífera ter decrescido anualmente, desde o final de 2017 até Agosto de 2021, entre 100 e 150 mil barris/dia, com uma média de 126 mil em todo o período e de 150 mil nos 8 meses de 2021, aceitámos o pressuposto optimista de redução média de apenas 85 mil barris/dia, considerando a possível descoberta de novas reservas, o que, infelizmente, não aconteceu nos últimos 5 anos;
3. Aceitámos que a receita petrolífera seja proporcional à evolução da produção petrolífera, o que nos parece algo optimista, considerando a necessidade de atrair novos investimentos para reduzir a queda da produção;
4. A dívida estimada, no Relatório de Fundamentação do OGE de 2022, para o final de 2021, parece-nos optimista, mas possível, tudo dependendo da evolução da taxa de câmbios nos últimos meses;
5. A redução da dívida é igual à receita petrolífera menos o saldo fiscal em valor, mantendo-se estável em valor;
6. Juros – manutenção ao longo de todo o período da percentagem aproximada dos juros do OGE 22 (valor dos juros a dividir pela dívida no início de 2022); redução do valor real dos juros de 3 biliões para 2,85 biliões até 2032, crescendo ligeiramente a partir dessa data; descida progressiva da percentagem dos juros sobre o PIB não-petrolífero de 7,4% para 4,8%, em 2035.
7. Assumem-se as seguintes reduções da despesa em 2022:
 1. que $\frac{1}{4}$ dos subsídios aos combustíveis, estimados em 1,5 biliões, se mantêm sob outra forma; os restantes $\frac{3}{4}$ mantêm-se fora do orçamento, sendo $\frac{1}{4}$ reduzido em 2022 e $\frac{1}{2}$ em 2023;

2. assume-se que os gastos de natureza financeira, que têm rondado os 0,5 biliões por ano, desde 2018, e têm mais de 300 mil milhões consagrados no OGE 22 são eliminados, fixando-se como seu limite o montante das receitas de privatizações, já em 2022;
3. assume-se uma redução adicional da despesa no valor de 200 mil milhões de Kwanzas em 2022;
4. assume-se a redução imediata do investimento para 2,2% do PIB não-petrolífero.
8. Manutenção da despesa primária após as reduções apontadas, a partir de 2022, reduzindo a sua percentagem dos actuais 20% (após reduções) para 13,7% relativamente ao PIB não-petrolífero, em função do crescimento deste último;
9. Crescimento de 3% do PIB não-petrolífero a partir de 2022, o que é um pressuposto muito optimista;
10. Crescimento homogéneo da receita não-petrolífera de 13,5% para 19% do PIB não-petrolífero, em oito anos através de:
 1. aumento do IP de 0,2% para 2% do PIB não-petrolífero;
 2. alargamento da base tributária através da formalização da economia, protegendo a actividade da extorsão por parte de mixeiros de toda a ordem e reduzindo outros custos do exercício da actividade de forma que beneficiem os negócios e que o Estado consiga arrecadar receita no montante de 2% do PIB não-petrolífero;
 3. melhorar a eficiência (10%) geral dos vários impostos e Segurança Social de forma a alcançar os restantes 1,7% do PIB não-petrolífero.
11. o saldo primário não-petrolífero inicia-se em -6,5%, alcançando valores positivos em 2028;
12. os saldos fiscais (incluindo juros e receita petrolífera) estabilizam em cerca de 0,5% até 2030, caindo para próximo de zero ou negativo entre 2031 e 2034, para voltarem aos valores de 0,5% a partir de 2035.

Hoje já é tarde demais para que se alcancem os níveis ideais de 15% de despesa primária e 16,5% de receita sobre o PIB não-petrolífero. Hoje, necessitamos de reduzir a despesa primária para 13,2% (o que só será alcançado depois de 2035) e de aumentar a receita para 19%!

Amanhã será pior, se continuarmos a iludir o problema!

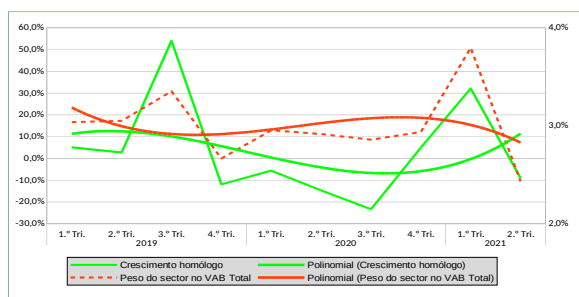
5 ANEXO

5.1 VAB DOS RESTANTES SECTORES

5.1.1 INDÚSTRIA EXTRACTIVA

Tabela/Gráfico 98 — Evolução do VAB da actividade extractiva

Fonte: INE.

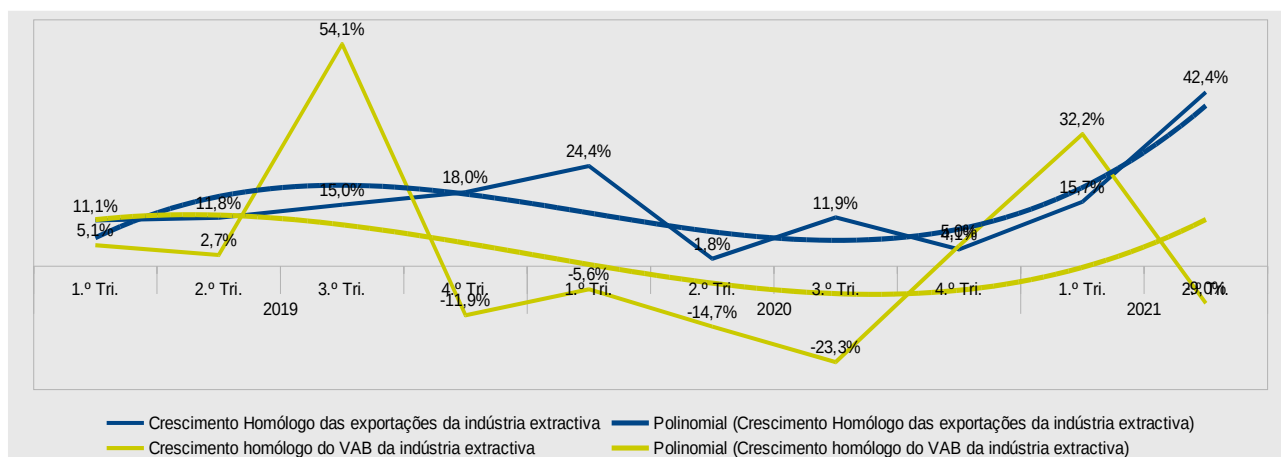


Este sector é composto, maioritariamente, pela produção de diamantes brutos para exportação.

Ignorando o pico do 3.º Trimestre de 2019, a curva do crescimento homólogo desce acentuada e regularmente entre +5% e -23% até ao final do ano passado, recuperando posteriormente para 5%, no 4.º Trimestre de 2020.

Em 2021, assistimos a um movimento irregular, com um pico de +32% no 1.º Trimestre e uma queda de -9% no 2.º Trimestre.

Tabela/Gráfico 99 — VAB e exportações da indústria extractiva



Fontes: INE e BNA.

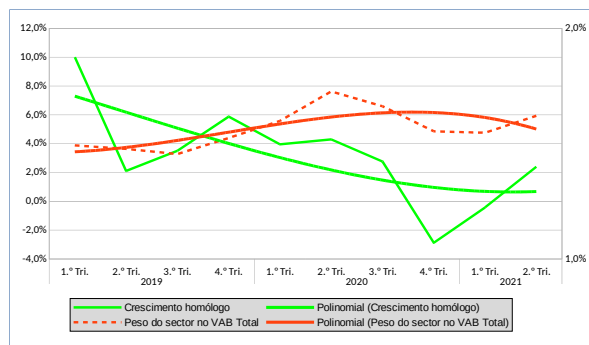
Comparando a evolução do VAB com a das exportações da indústria extractiva (diamantes, mármore e granitos), verificamos uma estranha variação muito mais negativa e irregular no VAB do que nas exportações.

O peso do sector é irrisório, com uma linha de tendência quase horizontal, próxima de 3%.

5.1.2 ELECTRICIDADE E ÁGUA

Tabela/Gráfico 100 — Evolução do VAB do sector eléctrico e das águas

Fonte: INE.



Após um crescimento de 10%, no 1.º Trimestre de 2019, os crescimentos estabilizam à volta de 4% entre os 2.ºs Trimestres de 2019 e 2020, baixando com a pandemia até -2%, no 4.º Trimestre, e recuperando para +2,4%, no 2.º Trimestre de 2021. A linha de tendência descreve o arco descendente de uma curva côncava.

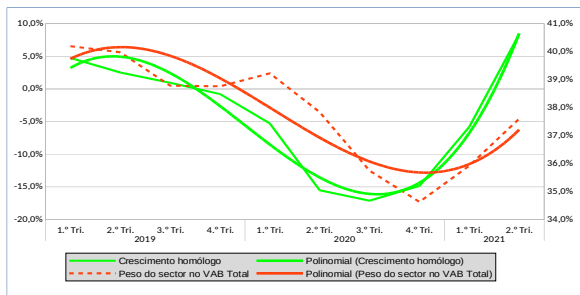
O peso do sector é muito reduzido, situando-se próximo em 1,5%. Não se entende muito bem o que

significa este sector, uma vez que a distribuição de energia e água sempre apresentou um crescimento significativo que deveria estar aqui patente.

5.1.3 PRODUÇÃO TOTAL DE BENS E DE SERVIÇOS

Tabela/Gráfico 101 — Evolução do VAB da produção total de bens

Fonte: INE.



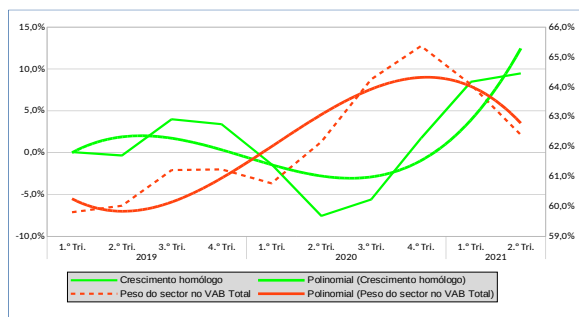
A inconsistência dos dados dos VAB do INE depois da pandemia expressa-se nos gráficos da produção total de bens e de serviços, que, obviamente, apresentam variações quase simétricas.

A produção total de bens apresenta variações positivas contínuas, embora com tendência para a estagnação, entre os 1.º e 4.º Trimestres de 2019. Nos dados anteriores, o 1.º Trimestre de 2020 apresentava uma

variação positiva (+1,2%), mas, agora, o VAB da produção de bens entra em terreno negativo mesmo antes da pandemia, caindo acentuadamente até -17,1%, no 3.º Trimestre de 2020, e recuperando depois em flecha ascendente até 8,4%, no 2.º Trimestre de 2021. Ao contrário de todos os países do mundo cujo padrão com a pandemia foi uma queda da produção em V, com o ramo da queda (esquerda) acentuado e o da recuperação (direita) suave, a nossa produção cai suavemente e recupera estrondosamente. Sempre um país atípico!

Tabela/Gráfico 102 — Evolução do VAB da produção de Serviços

Fonte: INE.



Mais ainda, os serviços, cujo crescimento rondava os 3% a 4% (nos dados anteriores 5%) no final de 2019 caem no 1.º Trimestre de 2020 para -1,4%, atingindo um mínimo de -7,6%, no 2.º Trimestre, crescendo também vigorosamente a partir dessa data, insensíveis ao confinamento a que continuaram sujeitos; ou seja, os serviços, impedidos de funcionar pelo confinamento, decresceram menos do que a produção de bens, cujas restrições sanitárias foram muito menores. Mais uma prova da atipicidade da nossa

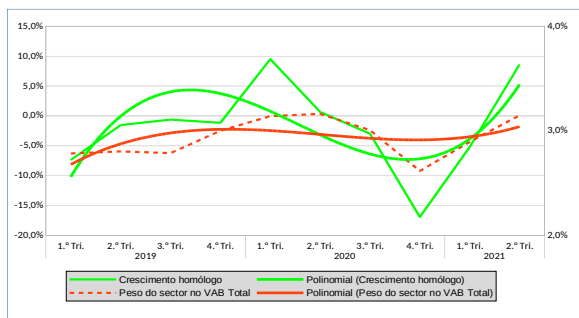
economia! Ou dos cálculos do INE, sabe-se lá!

Estranhamente, os pesos dos bens e dos serviços, que são, naturalmente simétricos, crescem onde deviam cair (serviços) e descem onde deveria crescer (bens).

5.1.4 TELECOMUNICAÇÕES

Tabela/Gráfico 103 — Evolução do VAB dos serviços de telecomunicações

Fonte: INE.



As telecomunicações, ao contrário do resto do mundo, são fortemente afectadas pela pandemia, com variações sempre negativas a partir do 3.º Trimestre de 2020.

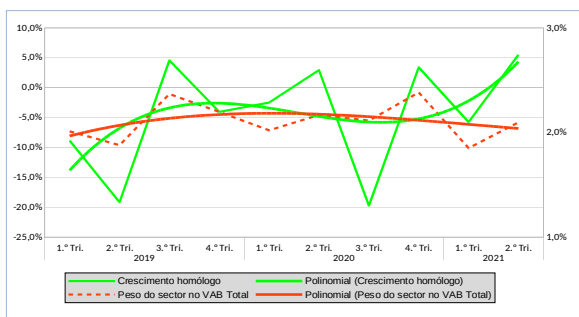
A linha de tendência é sinusoidal, variando entre os +5% e os -7,5%.

O peso situa-se próximo de 3%.

5.1.5 INTERMEDIACÃO FINANCEIRA E DE SEGUROS

Tabela/Gráfico 104 — Evolução do VAB da intermediação financeira e de seguros

Fonte: INE.



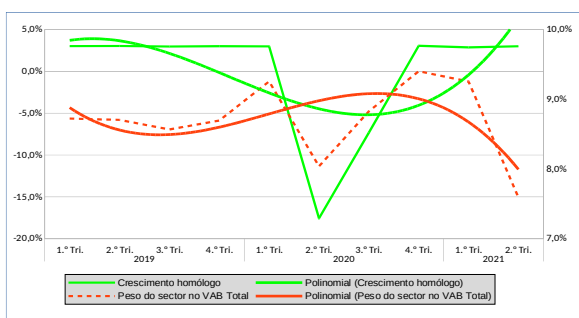
É notória a irregularidade do crescimento trimestral, embora a tendência oscile regularmente à volta de -5%.

O peso do sector é muito reduzido, oscilando à volta de 2%.

5.1.6 IMOBILIÁRIO

Tabela/Gráfico 105 — Evolução do VAB dos serviços imobiliários

Fonte: INE.



Os dados deste sector pecam por defeito, por haver muitos arrendamentos e serviços de intermediação imobiliária sem qualquer contrato e registo.

Mesmo assim, o peso do sector é significativo, com a tendência para variar entre 8% e 10%.

Os crescimentos eram absolutamente constantes (3%), caindo para -18%, no auge do confinamento, recuperando, no 3.º Trimestre, para -7% e voltando aos +3% no 4.º Trimestre.